



Manuel Correia de Andrade

SECRETARIA DA FAZENDA

SECRETARIA DA FAZENDA
Um Século de História

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

SECRETARIA DA FAZENDA:

Um Século de História

RECIFE

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

1991

Foto da Capa:

EDMOND DANSOT

Capista:

JÚLIO GONÇALVES

Equipe de Pesquisa:

MARCOS ROBERTO NUNES COSTA

MARIA N. SARÉ DA SILVA DE ALBUQUERQUE

NEIDE MARIA MELO DE OLIVEIRA

Coordenação:

Benes Alencar Sales

Carlos Eduardo Pinto Carvalheira

Fernanda Cornils

Manoel Rodrigues Quintas Neto

Widja Maia de Brito

Agradecimento pela Orientação da Normalização Bibliográfica:

MIRIAM CUNHA DE AQUINO — Professora do Depto. de
Biblioteconomia da UFPE.

Governador do Estado de Pernambuco
JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI

Vice-Governador
CARLOS ROBERTO GUERRA FONTES

Secretário da Fazenda
HERALDO BORBOREMA HENRIQUES

Secretário Adjunto
IVO DE LIMA BARBOZA

Instituto de Administração Fazendária — IAF
DALVA AMÉLIA ALVES ARRAES

Diretoria de Administração Geral — DAG
JESUS MIGUEL DE PAULA CAVALCANTE

Diretoria de Finanças do Estado — DFE
LIVINO TAVARES NETO

Diretoria de Administração Tributária — DAT
GERARDO DE QUEIROZ SAMPAIO

Diretoria de Sistemas e Métodos — DSM
JOÃO MACÊDO FILHO

ANDRADE, Manuel Correia de, 1922 — Secretaria da
Fazenda: Um século de história / Manuel Correia
de Andrade — Recife : Secretaria da Fazenda do Estado
de Pernambuco, 1991.

XII — 192 p.

1 Pernambuco — História — Secretaria da Fazenda
I Secretaria da Fazenda
II Título

SUMÁRIO

	Págs.
Apresentação	IX
I N T R O D U Ç Ã O	1
1 A C A M I N H A D A D O S C E M A N O S	7
1.1 De Província à Estado	9
1.2 As Dificuldades da Transição	17
1.3 O Período de Domínio de Rosa e Silva	25
1.4 A Reorganização do Sistema Oligárquico	35
1.5 A Era Getuliana	45
1.6 A Democracia Restaurada	57
1.7 Do Período Autoritário à Nova República	67
1.8 Cem Anos de Luta pelo Equilíbrio Orçamentário	87
2 F I S C O, C U L T U R A E A R T E	111
2.1 Arquitetura Revolucionária no Campo das Princesas	113
2.2 Passagem de Cícero Dias	121
2.3 Poeta Também Cobra Impostos	129
2.4 Ação e Vida Cultural	141
3 O C O T I D I A N O D A F A Z E N D A	147
3.1 A «Revolução» Feminina	149
3.2 O Doce e o Amargo na Vida do Fazendário	157
3.3 O Fazendário se Organiza e Luta: Associações, Sindicato e FENAFISCO	167
Anexos	179
Caderno Iconográfico	183
Referências Bibliográficas	185

APRESENTAÇÃO

Extremamente oportuno este livro do Professor MANUEL CORREIA DE ANDRADE, no momento em que assinalamos o transcurso do centenário da promulgação da primeira Constituição da República, trazendo-nos um painel da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, revelador, em seus vários matizes, de uma trajetória percorrida à busca do bom funcionamento do Estado, no que concerne à atividade fazendária.

A conquista da democracia pressupõe o exercitar consciente dos direitos e deveres da cidadania, o que importa em informar ao povo, sempre e mais, sobre os instrumentos de que o Poder Público dispõe no trabalho pelo bem-estar social e econômico. Com seriedade e apuro, o presente livro enuncia os fatos mais importantes que marcaram a existência da Secretaria da Fazenda, desde a sua criação, a 21 de setembro de 1891, através da Lei Nº 6, quando teve como titular Afonso de Albuquerque e Melo, até o cotidiano dos tempos atuais, com destaque para a presença do Órgão na Cultura e Arte de Pernambuco. As dificuldades da transição do período autoritário à Nova República, a Era de Getúlio, a restauração democrática, os cem anos de luta pelo equilíbrio orçamentário são, entre outros temas, abordados num trabalho minucioso, do ponto de vista histórico e sociológico. Contribuição que estava faltando, por sua importância, inclusive documental, à nossa bibliografia.

Como se não bastasse a evolução político-administrativa do órgão fazendário estadual, o Professor MANUEL CORREIA nos traz passagens emocionantes, como a evocação do inesquecível poeta Ascenso Ferreira, entre os integrantes do corpo

de funcionários, até o desenrolar do modo como se fez o convite ao pintor Cícero Dias para a criação dos nove murais no prédio que, desde 1941, lhe serve de sede. E um toque de atualidade vamos encontrar quando se vê ressaltada a participação feminina entre os profissionais fazendários, juntamente com a luta sindical para o atendimento às reivindicações dos associados.

O compromisso do homem público é sempre grave. A realização das obras e a prestação dos serviços estatais passam pela existência de recursos muita vez escassos e pelo dever de captar e aplicar tais recursos de forma distributivamente justa. Quanto maior, contudo, o desafio, mais cresce o estímulo para corresponder a essa responsabilidade.

Assim, vemos que são de todos os tempos as dificuldades atravessadas, como também é permanente, nos que honram a causa pública, a tenacidade e o combate. O equilíbrio das finanças do Estado é propósito tanto do administrador como do contribuinte, do cidadão em geral, como do fazendário em particular. E é, sem dúvida, a todo esse histórico esforço coletivo que o Professor MANUEL CORREIA presta, com a presente publicação, admirável e oportuna homenagem.

Recife, 19 de agosto de 1991, data do nascimento de Joaquim Nabuco, Dia da Cultura Pernambucana.

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Governador do Estado de Pernambuco

INTRODUÇÃO

Este livro nasceu da necessidade e do desejo dos que fazem a Secretaria da Fazenda, de comemorar o seu Centenário. Centenário que está ligado ao da Proclamação da República e ao da organização política do país, dentro do sistema federativo, pois a Secretaria foi criada pela Constituição Estadual de 1891, com o fim de disciplinar a receita e a despesa do Estado, que conquistara a autonomia, dentro da Federação, tendo que prover os recursos necessários à sua manutenção. Praticamente ganhara a maioria.

Ao ser formulado o Anteprojeto das comemorações do Centenário da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), sugeriu a Comissão, composta de seis dos seus funcionários graduados — Maria Nasaré da Silva de Albuquerque, Neide Maria Melo de Oliveira, Widja Maia de Brito, Pedro de Alcântara P. Lira Lins, Benes de Alencar Sales e Manoel Rodrigues Quintas Neto — que constasse das comemorações a publicação de um livro sobre a sua história. Aprovado o Anteprojeto, foi constituída a Comissão que levaria a cargo a realização de uma série de atos e solenidades comemorativas, composta do Diretor de Administração Geral, José Alencar de Araújo, depois substituído por Jesus Miguel de Paula Cavalcante, do Coordenador Geral do Instituto de Administração Fazendário, Eli Alves de Oliveira, substituído por Dalva Amélia Alves Arraes, da Chefe da Assessoria de Comunicação Fazendária, Sueli de Souza Leão, substituída por Paulo Barreto.

Estabelecida a decisão da elaboração de um livro, resolveu a Comissão fazer a indicação do que deveria ser tratado no mesmo, a fim de dar o maior relevo à participação da SEFAZ na história republicana de Pernambuco e salientar a sua importância no mecanismo governamental. A Fazenda é

quem possibilita a realização das obras indispensáveis ao desenvolvimento do Estado e nela se reflete a orientação de cada Governo. Resolvido o problema, foi feita uma licitação, na qual o autor deste livro foi o vitorioso. Assinado o contrato para elaboração do livro, a 22 de janeiro de 1991, passou o autor a fazer o levantamento do material bibliográfico necessário, recebendo um decidido apoio da Biblioteca e do Instituto de Administração Fazendária na coleta de informações e na seleção de pessoas a serem entrevistadas. O livro se baseia, assim, tanto em uma bibliografia e documentação escrita como também em depoimentos que nos foram dados em entrevistas gravadas e transcritas.

Como recebíamos uma assistência total das bibliotecárias Neide e Nasaré, além de auditores, como Benes, Quintas, Ely, Widja, organizamos uma longa lista de pessoas a serem consultadas e que se dispusessem a dar entrevistas, para selecionar quinze delas; terminamos por entrevistar 22 pessoas, dentre as quais se encontram ex-Secretários da Fazenda, como José do Rego Maciel, Paulo Frederico do Rego Maciel, Oswaldo de Souza Coelho, Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Luís Otávio de Melo Cavalcanti, Everardo de Almeida Maciel e Tânia Bacelar de Araújo. de funcionários fazendários, como Eneida Orenstein Ende, Dolores Garcia Farrapeira, Widja Maia de Brito, Josué Souto Maior Mussalém, Nilo Otaviano da Silva Filho, Gilberto Campelo Pimentel, Gildo Lins de Araújo, Cláudio Couceiro d'Amorim, José de Souza Leão Wanderley, Carlos de Barros Paiva, Ordolito José de Azevedo, Ivo de Lima Barboza, Petrônio Omar Querino Tavares, do arquiteto Antônio Bezerra Baltar que participou da construção do Palácio da Fazenda e do advogado Caio Magarinos de Souza Leão que supervisionou os trabalhos de recuperação dos murais de Cícero Dias, existentes no referido palácio.

Ainda foi de grande utilidade a consulta de entrevistas existentes no CEHIBRA (Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade) do Instituto de Documentação (INDOC) da Fundação Joaquim Nabuco, prestadas pelo ex-governador Cid Sampaio e pelo ex-deputado e líder sindical, Edgard Moury Fernandes. O fazendário Vital Corrêa de Araújo, em conversa informal, nos cedeu uma importante documentação sobre as atividades de escritores que trabalham na Secretaria, muitas informações foram dadas também pelo Auditor Ely Alves de Oliveira. O Professor Marcos Roberto Nunes Costa nos deu um grande apoio nas pesquisas que fez em documentos oficiais e em jornais, no

período de cem anos — 1891/1991 —, coletando uma grande quantidade de documentos indispensáveis à redação do livro. Quanto à tomada de entrevistas, merecem um agradecimento especial as pesquisadoras Clara Suassuna Fernandes e Eliane Gonçalves Moury Fernandes e o universitário Walter Jorge Correia Bradley, que trabalharam com o maior carinho no desempenho desta atividade. A socióloga Sandra Maria Correia de Andrade teve participação ativa na seleção de textos e na discussão dos vários capítulos do trabalho à proporção que foram sendo escritos. Maria de Lourdes Correia de Andrade, minha esposa, fez a leitura e correção do texto, dando uma contribuição importante ao estilo com que foi escrito. Yolanda Coelho da Silveira, com dedicação, realizou o trabalho datilográfico. E, finalmente, o trabalho foi concluído, a fim de que demonstrássemos o respeito à confiança que nos foi depositada pelos amigos da SEFAZ e pelos secretários da Fazenda, arquiteto Wilson Campos Júnior, em cuja administração foi iniciado, e o advogado Heraldo Borborema, em cuja administração foi concluído.

A importância do livro resulta do fato de mostrar que foi grande o esforço dos que fizeram a SEFAZ, durante cem anos, atravessando épocas em que ela foi grandemente apoiada e compreendida pelos governadores e épocas, ao contrário, em que ela foi colocada em segundo plano e até extinta. Pernambuco demorou a compreender que o sistema de dispor, o Governo, de apenas um Secretário Geral, era altamente concentrador e carente de eficiência. Só a partir do Governo Sérgio Loreto, que restaurou a Secretaria em 1924, é que ela permaneceu sem solução de continuidade até os nossos dias.

No livro se procura contar a história da SEFAZ não só em suas estruturas e ações internas, mas a sua integração à ação administrativa dos vários governos e o seu relacionamento com outras secretarias e com a sociedade em geral. Ela não pode ser isolada do contexto em que vive e atua e muito menos olhada de forma isolada, sem uma visão de totalidade. Daí o livro se dividir em três partes: a primeira, intitulada “A Caminhada de Cem Anos”, que compreende oito capítulos, nos quais se traça a história propriamente dita da SEFAZ; a segunda, intitulada “Fisco, Cultura e Arte”, compreendendo quatro capítulos, onde se analisa as atividades culturais e artísticas dos fazendários; e a terceira, intitulada “O Cotidiano da Fazenda”, onde se analisa a vida e trabalho dos fazendários e a luta dos mesmos para manterem salários e condições de trabalho condizentes com os serviços que

prestam à sociedade e ao Estado, compreendendo três capítulos. Desta forma, se procura demonstrar que a história não é uma disciplina morta, voltada para o passado, mas uma disciplina viva onde se examina tanto os acontecimentos do passado, como a situação atual, produto destes acontecimentos. Uma história atuante e viva, se baseia sempre no princípio de que o passado elabora o presente e que este oferece as condições necessárias à elaboração do futuro.

O que se espera é que o livro sirva à SEFAZ para que compreenda a sua identidade e contribua para que se projete no futuro com a mesma energia e competência com que construiu o seu passado.

1 A CAMINHADA DE CEM ANOS

2025年3月5日 星期三

1.1 DE PROVINCIA A ESTADO

A idéia geral é de que a Proclamação da República, feita através de um golpe de Estado, não teria provocado traumas, quer em escala federal quer em escala provincial, e que, deposto e exilado o Imperador, tivessem os presidentes de Província sido substituídos normalmente pelos governadores de Estado e que a vida política e institucional tivesse continuado sem grandes alterações.

Os fatos em Pernambuco, porém, não decorreram bem assim. O Presidente Segismundo Gonçalves, que assumira a 15 de novembro, passou o poder, imediatamente após receber a notícia do evento, ao Comandante das Armas, Gal. Cerqueira Aguiar, que, em seguida, o transferiu para o Gal. José Semeão, designado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Mas, como organizar e governar o Estado, agora autônomo, dispondo de legislação, hábitos e costumes do período Imperial? Fazia-se necessário esperar a promulgação da Constituição Federal, a 24 de fevereiro de 1891, para se partir para a elaboração de uma Constituição Estadual que desse ao Estado as condições de funcionamento, em um esquema constitucional em que ele dispusesse de autonomia.

Na verdade, de acordo com a Constituição Imperial, de 25 de março de 1824, modificada pelo Ato Institucional, de

12 de agosto de 1834, a Província vivia sob completo controle do poder central, sendo os seus presidentes (art. 165 da Constituição) e secretários gerais designados pelo Imperador, de acordo com o Presidente do Conselho de Ministros. A Assembléa Provincial, composta por 36 deputados eleitos por dois anos (art. 2º do Ato Adicional), se reunia em uma sessão anual de dois meses, podendo ser prorrogada por mais um mês para decidir sobre assuntos especificados, como a divisão política, civil e judiciária, instrução pública, desapropriação de imóveis, polícia e economia municipal, fixação de despesas municipais e provinciais, repartição da contribuição direta pelos municípios da Província, fiscalização do emprego das rendas públicas provinciais e municipais, criação e supressão de empregos municipais e provinciais, obras públicas, emprego e demissão de funcionários, fixar a força policial da província, autorizar as câmaras municipais e o Governo Provincial a contrair empréstimos, regular a administração dos bens provinciais, organizar a estatística da Província, a catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias, decidir sobre a suspensão do Presidente, quando submetido a processo, determinar a suspensão e demissão dos magistrados, etc. Eram muitas as atribuições e poucos poderes, frente a presidentes que representavam o Gabinete Ministerial.

Os presidentes nomeados pelo Imperador quase sempre não eram políticos da Província, mas verdadeiros funcionários, constantemente removidos de uma Província para outra, ou deputados gerais ou senadores nos períodos em que o Parlamento Imperial se encontrava em recesso; recessos que eram prolongados, de vez que as sessões do Poder Legislativo se estendiam apenas por 3 a 4 meses por ano.

Sendo esses presidentes, estranhos à Província, se ligavam, de um modo geral, ao grupo que apoiava o seu partido, recebiam também o apoio do Ministério e discriminavam os opositoristas. Muitas vezes utilizavam o cargo para postular cadeiras de Deputado Geral ou de Senador. Daí haver no Senado Imperial — em que os senadores eram vitalícios — alguns que não tinham qualquer ligação com a Província que representavam.

Estes fatos eram muito criticados e discutidos tanto na imprensa como no próprio Parlamento; estudiosos, como o Visconde de Uruguai, especialista em direito administrativo, analisou com equilíbrio e imparcialidade os impasses da admi-

nistração provincial.¹ Tavares Bastos, jovem político alagoano, defendeu a necessidade de que o Império se tornasse uma federação de estados autônomos², e o próprio Joaquim Nabuco, após ganhar a batalha da Abolição, lançou-se na luta pela Federação como única fórmula para se salvar o Império, que ele sentia já agonizante.

Mas, apesar do enfraquecimento do Império, que não conseguia solucionar os mais difíceis problemas do país e que procrastinava uma série de reformas indispensáveis, o controle do jogo eleitoral fazia com que o Parlamento continuasse sob o controle dos dois partidos tradicionais, surgidos no período regencial, o Conservador e o Liberal, e que o movimento republicano não tivesse representação expressiva no Parlamento. As autoridades subestimavam a disseminação da idéia republicana entre o povo e as elites, não imaginavam que a Monarquia cairia tão facilmente, mais por falta de vontade dos responsáveis por ela do que mesmo pela impetuosidade republicana.

O partido republicano em Pernambuco, liderado pelo advogado e professor de Direito, Martins Júnior, que deveria receber o apoio do Governo Provisório e assumir o Poder, foi preterido em face das ligações do Marechal Deodoro da Fonseca com o Barão de Lucena, velho político conservador, e foi rapidamente desarticulado durante a administração Barbosa Lima. Na verdade, continuaram a dominar os conservadores, liderados pelo Barão de Lucena e por Rosa e Silva, de vez que o Conselheiro João Alfredo não aderiu à República e se colocou no ostracismo, e os liberais, que tinham em José Floriano a sua maior figura. Este era, inegavelmente, o político mais popular do Recife e, com José Maria de Albuquerque, preparou-se para disputar o poder local.

Passado o primeiro impacto, foi organizada a Assembléia Constituinte, onde Pernambuco se fez representar por 18 parlamentares, dentre eles alguns experientes políticos do Império, como Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira e André Cavalcanti; aguardou-se a promulgação da nova Constituição que garantiria a autonomia estadual, determinando, em seu artigo 5º, "Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração", e em seu art. 9º, para garantir a autonomia financeira dos esta-

1) URUGUAI, Visconde de. **Estudos Práticos Para a Administração das Províncias do Brasil**. Rio de Janeiro : B. L. Garnier, 1865. v. 1-2.

2) BASTOS, Tavares. **A Província**. 2. ed. Rio de Janeiro : Nacional, 1937.

dos, sem a qual a autonomia política não pode ser realizada, determinou que seria de competência exclusiva dos mesmos decretar sobre: exportação de mercadorias de sua própria produção; imóveis rurais e urbanos; transmissão de propriedade; indústrias e profissões; assim como taxas de selo quanto aos atos emanados dos seus respectivos governos; sobre importação de mercadorias estrangeiras quando destinadas ao consumo em seu próprio território, etc.

Tais atribuições e outras de caráter administrativo, tornavam mais complexa a administração estadual do que a provincial e os estados teriam que se estruturar institucionalmente para exercer os seus direitos e obrigações. Suas despesas seriam bem superiores às provinciais, porque teriam que ampliar a força pública, dinamizar a educação, construir obras públicas, administrar a justiça e dinamizar e modernizar a vida econômica.

Os primeiros governadores, Barão de Lucena, Correia da Silva e Barbosa Lima, tiveram uma grande preocupação em desenvolver e modernizar a economia açucareira, principal fornecedora de rendas ao Estado, e passaram a emprestar grandes somas a senhores de engenho, ricos e influentes politicamente, a fim de que substituíssem os velhos engenhos coloniais por modernas usinas de açúcar. Créditos foram votados e empréstimos feitos a dezenas de empresários para que montassem as fábricas e organizassem os transportes para as mesmas, representados por estradas de ferro particulares. Até certo ponto, esta política continuava a política imperial dos engenhos centrais, com a diferença de que estes pertenciam a empresas, muitas vezes de capital estrangeiro, que se comprometiam a não cultivar a cana, comprando-a dos proprietários de terra que abandonavam a atividade industrial³. O apoio a senhores de engenho e comissários de açúcar que viviam no Estado e tinham influência política era compreensível, de vez que os chefes do executivo necessitavam dos seus votos para se eleger. Fortalecia-se, assim, o poder estadual frente ao poder nacional, sobretudo nos estados mais ricos e importantes.

Pernambuco, apesar de vir perdendo importância para os estados do Sudeste, na primeira República, ainda estava cotado entre aqueles de expressão política, numa posição inferior apenas a São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mas em nível equivalente ao Maranhão, a Bahia e ao Rio de

3) ANDRADE, Manoel Correia de. **História das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. Recife : Massangana, 1989.

Janeiro, tendo dado dois vice-presidentes da República: Rosa e Silva, no Governo Campos Sales, e Estácio Coimbra, no Governo Artur Bernardes.⁴

Em todo o período republicano anterior à Revolução de Trinta, as usinas se multiplicaram e os governadores ou eram usineiros ou delegados dos mesmos; daí haver sido o Estado um grande defensor de uma política protecionista à agro-indústria, por parte do Governo Federal, e haver sempre defendido os interesses pernambucanos contra os fluminenses, ligados à agro-indústria de Campos.

Promulgada a Constituição Federal, reuniu-se uma Assembléia Constituinte Estadual que elaborou a Constituição promulgada a 17 de junho do mesmo ano. Ela estabelecia que a antiga Província se constituiria em Estado autônomo (art. 1º) sob a forma “republicana representativa”, sendo governado por um Governador eleito, e auxiliado pelo Poder Legislativo, formado por uma Câmara, com trinta deputados eleitos com mandato de três anos, e um Senado, com quinze membros, com mandatos de seis anos.

Nas sessões de abertura e encerramento, as duas casas se reuniam formando o Congresso Legislativo; os períodos de sessões teriam a duração de três meses, podendo ser prorrogados por mais um mês em cada ano.

Em face da grande complexidade da administração estadual, entenderam os constituintes que o Governador não poderia se restringir a contar com apenas um auxiliar de sua confiança para gerir e fiscalizar toda a administração do Estado. Esta se tornara tão complexa que se fazia necessário que ele contasse com uma equipe de confiança e competência para assessorá-lo e auxiliá-lo. Daí o dispositivo do art. 58, estabelecer que “Para auxiliar na administração, o Governador nomeará quatro secretários de Estado, escolhidos entre os cidadãos mais notáveis por sua habilitação e experiência dos negócios públicos”.

Estes secretários seriam de “exclusiva e pessoal confiança” do Governador e demissíveis **ad nutum**, sendo vedado aos mesmos, no período do exercício do cargo, exercer qualquer outra atividade pública; para isso, eles receberiam ordenados, sendo responsáveis apenas pelos atos por eles referendados e não por qualquer ato do Governador (art. 61).

4) LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A Verdade Sobre a Revolução de Trinta**. São Paulo : Unitas, 1933.

Suas funções cessavam com a conclusão do mandato do Governador.⁵

O primeiro Governador eleito, o Barão de Lucena, se encontrava no Rio de Janeiro tentando assessorar o Mal. Deodoro que estava com dificuldades com o Congresso Nacional e recebia mal a oposição, conduzida por Prudente de Moraes, ao mesmo tempo em que temia a ação do Vice-Presidente, Mal. Floriano Peixoto, que havia sido eleito sem o seu apoio e que logo passou a conspirar com elementos descontentes da Armada e do próprio Exército. Lucena, político arguto e experiente, ficou ao lado de Deodoro, tornando-se seu Ministro e, na verdade, o homem que detinha maior poder no Ministério. Assumiu então o Governo de Pernambuco o Desembargador José Antônio Corrêa da Silva, político não muito expressivo mas profundamente ligado à oligarquia dominante e que procurava um ponto de equilíbrio entre os grupos políticos mais fortes que disputavam o poder. Caberia a ele iniciar a estruturação do Estado Federado e por isto, a 21 de setembro de 1891, sancionava a Lei nº 6, que criava quatro secretarias de Estado, a de Finanças (atual Secretaria da Fazenda); a de Instrução Pública e Particular, Assistência Pública e Estatística; a do Estado, da Justiça, Legislação, Polícia e Segurança Pública; e, finalmente a da Agricultura, Comércio, Obras Públicas, Correios, Telégrafos, Imigração, Colonização, Artes e Indústrias.

A Lei estabelecia os deveres e obrigações dos secretários, copiando mesmo os dispositivos constitucionais. A Secretaria absorveu o Tesouro do Estado, como repartição fiscal, e as diversas estações arrecadoras das rendas, sendo mantida a organização e distribuição das mesmas.

O Tribunal do Tesouro do Estado funcionava como órgão de assessoramento a ser ouvido pelo Secretário quando se tivesse de corrigir abusos na arrecadação, distribuição e contabilidade das rendas públicas. Caberia ainda à Secretaria expedir instruções às repartições a ela subordinadas, normatizando a escrituração e a contabilidade, regulando o que for relativo a ordenado, aposentadoria, armamento dos próprios estaduais, a administração dos bens do Estado que não estivessem sob a guarda de outras secretarias, e a organização do orçamento e do balanço cujas propostas deveriam ser submetidas ao Congresso do Estado.

5) FREIRE, Felisbelo. **As Constituições dos Estados e a Constituição Federal**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1908.

O Tribunal do Tesouro do Estado tinha tal importância que era presidido pelo Secretário de Finanças, tendo assento ao mesmo ainda o Diretor Geral do Tesouro, o Contador e o Procurador Fiscal.

As atribuições e responsabilidades deste Tribunal eram as mais amplas, competindo a ele decidir questões ligadas a conflitos de jurisdição, julgar recursos interpostos às decisões das repartições fiscais, examinar e julgar contas, suspender exatores da Fazenda que não atendessem às determinações legais, passar quitação a tesoureiros e coletores em suas prestações de contas, impor multas e estabelecer regras para o arbitramento de fianças de funcionários da Fazenda (arts. 2 e 3, da Lei nº 31, de 18 de dezembro de 1891).

Eram ainda atribuições do Secretário a administração das várias repartições preexistentes que foram anexadas à Secretaria, podendo tomar resoluções receber promessa e juramento de qualquer membro do Tribunal e dos demais empregados da Secretaria na ocasião da posse, deliberar sobre o pagamento das dívidas passivas do Estado e de sua inscrição no livro competente, suspender e licenciar funcionários. O regulamento da Secretaria seria, de acordo com o art. 4, da lei citada, submetido à aprovação do Congresso. Como se vê, as atribuições do Legislativo eram muito amplas, descendo até a problemas de economia interna das repartições administrativas, dependentes do Executivo.

A atribuição de amplos poderes ao Legislativo e as limitações ao Executivo eram uma consequência da filosofia dominante na elaboração da Constituição Federal de 1891, cujo artífice máximo foi Rui Barbosa. O grande jurista, que aderira à República e participara do seu primeiro Ministério, adotou o modelo americano para a elaboração da Constituição e da organização política do Brasil. Até o nome oficial do país, Estados Unidos do Brasil, denuncia esta influência. Esquecia o grande jurista e os seus seguidores que os Estados Unidos da América do Norte haviam sido formados por um grupo de colônias inglesas, independentes umas das outras, e que se uniram para formar uma Federação, zelosas em guardar as suas características tradicionais. Assim, abriram mão de algumas prerrogativas a fim de que pudessem formar uma Nação. Tanto que a Constituição americana admite até a hipótese de secessão do Estado, ex-colônia, que quisesse se separar para formar uma outra República. A este grupo de colônias foram agregados, posteriormente, territórios adquiridos à França — Luiziana —, ao México — Texas, Co-

lorado, Arizona, Califórnia, etc — e comprado à Inglaterra — Washington.

No Brasil, ao contrário, os estados federados surgiram de um movimento de dentro para fora, de vez que vinham, desde o período colonial, sendo governados por um governo central, unitário. Embora alguns estados tivessem forte individualidade, características próprias, não tinham nenhuma experiência de auto-administração, sendo difícil que pudessem funcionar como os estados americanos, ou, posteriormente, as províncias semi-soberanas de Austrália e do Canadá. Daí uma série de problemas que os governos estaduais enfrentaram durante a Primeira República (1889-1930).

Mas a Secretaria de Finanças herdava do Império, distribuídos em várias repartições fiscais, categorias especializadas de funcionários, como os procuradores dos feitos, solicitadores, amanuenses, contadores, tesoureiros, procuradores fiscais, arquivistas, lançadores, coletores e escrivães. Na capital funcionavam quatro secções, além de coletorias que se distribuíam nas cidades do interior. Para estimular a fiscalização e aumentar a receita, sempre insuficiente para as despesas, havia funcionários que recebiam percentagem da arrecadação da dívida ativa e nas coletorias 25% da arrecadação eram distribuídos com o ajudante do procurador dos feitos (5%), com os coletores (12%) e com o escrivão (5%). Gratificava-se, a fim de estimular estes funcionários que estavam diretamente ligados à arrecadação para que tivessem um maior interesse em aumentá-la e se mostrassem mais resistentes a propostas de suborno.

Como se vê, a República utilizou o sistema Imperial de arrecadação, sistematizou-o e lhe deu maiores condições de eficiência na execução das leis e regulamentos, colocando nas mãos de um alto funcionário a coordenação do mesmo. Também se poderia melhor controlar o problema da dívida do Estado e de se racionalizar a aplicação dos capitais disponíveis.

Quando a Lei nº 31 foi promulgada, já Correia da Silva renunciara ao Governo do Estado, estando no exercício o Barão de Contendas, senhor de engenho e velho político do Partido Liberal no tempo do Império.

O primeiro secretário de Finanças teria sido Afonso de Albuquerque e Melo, no período 1891 a 1893, quando foi substituído por Ribeiro da Costa Diniz Júnior.⁶

6) LEVINE, Robert M. **A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira 1889-1937.** São Paulo: Paz e Terra, 1980.

1.2 AS DIFICULDADES DA TRANSIÇÃO

Logo após a promulgação da primeira Constituição Republicana Estadual (junho de 1891), ficou determinada a substituição do cargo de Secretário Geral da Província e a divisão de suas atribuições por quatro secretarias; o que causa espécie, porém, é que esta norma só seria aplicada regularmente trinta e três anos depois, em 1924, no Governo Sérgio Loreto.

Logicamente, a mudança era necessária e urgente, uma vez que o Estado recebia, como consequência de sua autonomia, uma série de poderes e de encargos que não estavam afetos à antiga Província. Além disto, o Presidente e o Secretário Geral da Província eram funcionários gerais, ou seja, do Governo do Império,⁷ administravam ouvindo e atendendo às atribuições da Assembléia Provincial e estavam no cargo por merecer a confiança do Governo Imperial; eles não tinham um mandato, sendo substituídos à proporção que os gabinetes mudavam. A maioria deles não permanecia no cargo por um período que excedesse a um ano, mesmo porque, muitas vezes o Presidente designado era um Deputado ou Senador que

7) URUGUAI, Visconde de. **Estudos Práticos Para a Administração das Províncias do Brasil**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1865. v. 2, p. 1.

ocupava o cargo durante o período em que o Senado Imperial e a Assembléa Geral não estavam em funcionamento. Com a República, o Governador do Estado passou a ser eleito pelo povo, com um mandato prefixado e, não devendo obediência e fidelidade ao Governo Federal, naturalmente escolhia o seu Secretário. Este porém era demissível **ad nutum**, podendo ser substituído no momento em que perdesse a confiança do Governador ou que este necessitasse do cargo para as suas manobras de sustentação política.

De qualquer forma, a maior complexidade da administração estadual, advinda da autonomia, tornava necessário uma concentração das numerosas repartições existentes, agrupando-as, de acordo com as suas afinidades, em secretarias. Na área financeira, por exemplo, não era compreensível que a Receita e o Tesouro do Estado não estivessem ligadas e subordinadas a uma mesma Secretaria.

O problema tributário era muito complexo; no Império, com o Ato Adicional, a competência das Assembléas Provinciais para legislar no setor financeiro limitava-se a um grupo de impostos, impostos estes que não geravam uma receita expressiva, como “a contribuição de polícia, a décima urbana, os legados e heranças, os direitos de postagem, os direitos de aguardente, o imposto de réis em libra de carne, as passagens de rios; novos e velhos direitos, próprios provinciais, dizimos, quota do dízimo do açúcar, quotas dos dízimos do café, terças partes dos officios, quotas de chancelaria, impostos nas casas de leilão e modas, emolumentos de passaportes, emolumentos de visitas de saúde, impostos sobre seges, bens de eventos”.⁸ É verdade, que as províncias também participavam de impostos estabelecidos pela Assembléa Geral e cobrados pelo Governo Imperial. Mas, no caso da maioria deles, os recursos disponíveis eram insuficientes à sua administração o que levou o Governo Imperial, pelo art. 24, de lei de 21 de outubro de 1835, o admitir que elas recebessem suprimentos do mesmo.

A Proclamação da República e a concessão de autonomia aos estados, antigas províncias, naturalmente ampliou a atribuição da competência e da ação dos mesmos, elevando as despesas e tornando necessário que se fizesse uma racionalização da fiscalização e da arrecadação dos impostos e taxas; a maioria dos estados não dispunha de estrutura nem de pessoal qualificado para o dinamização da arrecadação.

8) URUGUAI, Visconde de. **Estudos Práticos Para a Administração das Províncias do Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865. v. 1-2.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891, era taxativa, em seu artigo 5º, ao determinar que “Incumbe a cada Estado prover, às expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração” cabendo à União subsidiá-los apenas em casos de calamidade pública, quando solicitada.

O Estado poderia prover as suas necessidades com o estabelecimento de impostos que seriam regulados e recebidos pela União, em seu território, e dos quais recebiam quotas-partes, ficando autorizado a cobrar outros, classificados como estaduais.

Os impostos e taxas de competência do governo federal, de acordo com o art. 7º da Constituição, seriam os de:

- 1 — Impostos sobre importação de procedência estrangeira;
- 2 — Direitos de entrada, saída e estada de navios, sendo livre o comércio de cabotagem às mercadorias nacionais, bem como as estrangeiras que já tenham pago o imposto de importação;
- 3 — Taxas de selo, salvo as restrições do art. 9º, § 1º, inciso I;
- 4 — Taxas dos correios e telégrafos federais.

Cabia ainda à União a instituição de bancos emissores e a criação e manutenção de alfândegas.

O art. 9º da mesma Constituição estabelecia que era da competência dos Estados decretar impostos:

- 1 — Sobre exportação de mercadorias de sua própria produção;
- 2 — Sobre imóveis rurais e urbanos;
- 3 — Sobre transmissão de propriedade;
- 4 — Sobre indústrias e profissões.

Os estados ainda podiam emitir “taxa de selo quanto aos atos emanados de seus respectivos governos e negócios de sua economia” e “contribuições concernentes aos seus telégrafos e correios”.

Para proteger os estados centrais ou aqueles que não possuísem portos aparelhados, o art. 9, § 2º isentava de impostos “no Estado por onde se exportar a produção de outros estados” e no § 3º autorizando o Estado a tributar a importação de mercadorias estrangeiras destinadas ao consumo em seu próprio território. Este item iria fazer um certo confronto com o art. 7º, onde se concedia à União o controle da importação de produtos estrangeiros.

Ainda proibía, no art. 11, que o Estado cobrasse impostos pelas mercadorias produzidas em outros estados e que transitassem pelo seu território.

Este dispositivo traria problemas práticos muito sérios, quando os estados passassem a cobrar impostos de importação e de exportação sobre mercadorias que atravessavam as suas fronteiras, e que se constituiu de motivo para grandes divergências durante a Primeira República, quando os estados passaram a tributar as mercadorias oriundas dos outros estados.

Primeiro levantou-se a inconstitucionalidade da cobrança, mas, com a pressão de grandes estados, a Justiça não o considerou inconstitucional, fato que levou o governador Segismundo Gonçalves, de Pernambuco (1904/08), a extingui-lo em relação a este Estado⁹, causando grande prejuízo ao erário, sem que fosse correspondido pelos demais estados.

Os políticos pernambucanos não estavam preparados para a administração, na nova forma traçada sob a influência da Constituição Norte-Americana, onde havia uma larga tradição de administração local e estadual. O fato pode ser demonstrado pela análise das ocorrências políticas nas primeiras décadas da República, de vez que esta não resultara de um forte movimento de opinião que levasse os republicanos ao poder, ou mesmo de um movimento revolucionário que fizesse a derrocada das instituições monárquicas.

O povo, tanto na Corte como nas províncias, estava marginalizado do movimento republicano, tanto assim que a República foi aceita com surpresa.¹⁰ Na verdade, a deterioração da Monarquia era visível diante da degradação física do velho Imperador, ao temor de um Terceiro Reinado em que

9) FACTOS e Cifras: O Governo de Pernambuco. Recife : Typografia do Jornal de Recife, 1908. p. 1-16.

10) CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

a Soberana, pouco simpatizada pela população, seria, possivelmente, influenciada pelo Consorte, de nacionalidade francesa, e face ainda à falta de convicção dos políticos dos dois grandes partidos que procuravam disputar o poder dentro dos parâmetros formais da Constituição Imperial, sem um maior comprometimento ideológico com o destino do país.

Em Pernambuco, o partido Republicano era inexpressivo, sendo formado mais por intelectuais e profissionais liberais, sob a liderança do jurista Martins Júnior, que não tinha nenhuma influência popular. A máquina política era controlada pelos líderes dos partidos monarquistas — Liberal e Conservador — que se revejavam no poder.

Proclamada a República, não tinham os republicanos condições de assumir o Governo e controlar a vida política do novo Estado, sobretudo porque os políticos da Monarquia se apressaram, com exceção do Conselheiro João Alfredo¹¹, em aderir ao novo Governo e se manter no poder. O próprio Presidente e Proclamador da República, que se dizia republicano de 15 de novembro, entregou a política pernambucana ao Barão de Lucena, político e magistrado que fizera sua carreira no período imperial, ocupando os cargos mais importantes. Fora, inclusive, Presidente da Província de Pernambuco no Ministério do Visconde do Rio Branco. Preocupado com a manutenção da ordem e ligado aos interesses da área canavieira, procurou manter a paz imperial e auxiliar os senhores de engenho, financiando-os para que implantassem usinas, sendo os recursos obtidos com o lançamento de apólices do Tesouro. Procurava consolidar a agro-indústria açucareira, principal contribuinte aos cofres do Estado, substituindo o velho sistema dos engenhos centrais, que separava a atividade agrícola da indústria, pelo da usina em que se fazia a integração vertical, sendo o empresário responsável por todo o processo produtivo do açúcar.

A queda de Deodoro e a ascensão de Floriano à Presidência da República, provocou uma queda do prestígio de Lucena e a ascensão ao poder de Alexandre José Barbosa Lima, homem destemido e convicto republicano que deu substancial apoio a Floriano durante a revolta da Armada¹² e a re-

11) ANDRADE, Manoel Correia de. **João Alfredo: O Estadista da Abolição**. Recife: Massangana, 1988. p. 233-249.

12) PERNAMBUCO. Governo. (1892-1896: Barbosa Lima). **Mensagens Apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco em 1893, 1895 e 1896: Homenagem do Governo Revolucionário**. Recife: Imprensa Oficial, 1931.

volução federalista. Foi um Governo agitado, com períodos em que o Congresso Legislativo não funcionou, a ponto de não ser votado o orçamento do Estado, sendo o de 1892 prorrogado para o exercício de 1893. Barbosa Lima, inquieto e bom articulador, conseguiu eliminar ou afastar do poder os políticos mais proeminentes, como Martins Júnior, Lucena, José Mariano mas, face à posição esquiva e realista de Rosa e Silva, não conseguiu se livrar do que seria, posteriormente, o seu maior inimigo e que conseguiria o controle político do Estado por cerca de 15 anos.¹³

Rosa e Silva se formara na linha política de João Alfredo e quando este, no seu ostracismo, se recolheu à vida privada, na ocasião em que era o mais forte líder conservador do Estado, soube manobrar para ser o seu herdeiro. Homem rico, insinuante, de conduta aristocrática e autoritário, soube formar em torno de si uma equipe egressa dos partidos monárquicos que o acompanhava e que guardava a maior fidelidade. Sua ascendência se fez naturalmente nos embates dos primeiros anos da República, mas se consolidou em 1896 com a eleição de Joaquim Correia de Araújo para o governo do Estado.

O Estado tinha grandes despesas, uma vez que estava a seu cargo a manutenção dos serviços de educação e saúde, de construção de estradas, de navegação fluvial, de auxílio aos municípios, de justiça, etc. e os recursos da receita eram, em geral, insuficientes. Nas mensagens de abertura do Congresso Legislativo, os governadores estavam sempre a reclamar dos déficits públicos e da necessidade de emissão de apólices de dívida pública, para cobrir os mesmos. Lamentavam também a falta de pessoal qualificado no setor fazendário para efetivar a cobrança dos impostos com mais rigor e, naturalmente, admitiam que, além de insuficiente, não tinha poder de pressão sobre os chefes políticos locais. Nos municípios limítrofes com os estados vizinhos, dificilmente conseguiam cobrar os impostos de importação e de exportação de mercadorias, mesmo quando os governadores destes estados tinham uma postura mais rigorosa para com os produtos pernambucanos. Era o então chamado imposto de "porteira", que João Pessoa utilizou com grande energia em período governamental, a fim de evitar que a produção de algodão do sertão da Paraíba fosse comercializada através do porto do Recife. Atitude que contribuiu para que ele entrasse

13) COSTA, Porto. **Tempos de Rosa e Silva**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco: 1970. p. 162-217.

em choque com prestigiados chefes políticos sertanejos, como José Pereira e João Suasuna, nas vésperas da Revolução de Trinta, e com o próprio Governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, que apoiava os mesmos.

É muito estranho que os governadores de Pernambuco, visando solucionar problemas administrativos, tivessem deixado de cumprir um dispositivo constitucional, regulamentado, que poderia contribuir para uma maior racionalização da administração e para maior colaboração entre as várias repartições que seriam agrupadas em quatro secretarias e que daria ao Governador a facilidade de melhor articulação política, de vez que em lugar de um nomearia quatro secretários de Estado. Com um maior número de secretários ele poderia aquinhoar e aproximar grupos políticos que poderiam lhe fazer oposição.

1.3 O PERÍODO DE DOMÍNIO DE ROSA E SILVA

Rosa e Silva foi um dos mais hábeis políticos pernambucanos, tendo dominado inteiramente a política do Estado de 1896 a 1911. Iniciado na vida política pelo Conselheiro João Alfredo, ele, filho de rico comerciante, Comendador Albino Silva, casou em família da oligarquia açucareira e começou a vida pública no Partido Conservador, antes da Proclamação da República, tendo sido Ministro e Presidente de Província.

Surpreendido com a República, assistiu aos dias difíceis por que passou Pernambuco logo após o 15 de novembro, com a sucessão de governadores que procuravam ocupar o espaço deixado pelos partidos monárquicos.

Barbosa Lima, utilizando o período discricionário do Governo Floriano Peixoto, conseguiu eliminar as várias lideranças mas não conseguiu dinamizar a administração pública, ainda montada nas estruturas do período Imperial. As repartições fazendárias, por exemplo, continuavam dependendo, na capital, da Recebedoria, dirigida, em 1890, pelo Coronel Luís Cesário do Rego, e do Tesouro, que, abastecido pela Recebedoria, fazia os pagamentos ligados ao Estado.¹⁴ No inte-

14) PERNAMBUCO. Governo (1890-1891 : J. A. Corrêa da Silva). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife : Typ. Manoel Figueirôa de Farias & Filhos, 1891.

rior, funcionavam as Coletorias de Rendas, geralmente nas sedes municipais, mas os funcionários encarregados da fiscalização não dispunham de meios eficazes para conter a sonegação e o contrabando. Dificilmente um coletor poderia conter a ação de um chefe político ligado ao Governador, que dependia do seu voto. E o Estado, tendo que prover a manutenção dos serviços, se via em apuros para obter rendas que pudessem manter em dia o pagamento do funcionalismo, as aposentadorias dos antigos funcionários e, sobretudo, financiar as usinas.

Na verdade, a agro-indústria açucareira representava um grande problema para o Estado; este, tinha na exportação do produto para os estados do Centro-sul, a sua principal fonte de renda, mas dependia do controle dos grandes proprietários da área canavieira. Procurava justificar esses empréstimos aos senhores de engenho para que montassem usinas, com a afirmativa de que sendo o açúcar o principal produto do Estado, a sua indústria necessitava se modernizar para enfrentar a concorrência. Ocorre, porém, que foi liberado muito dinheiro, desde 1887,¹⁵ em benefício dos usineiros, mas nem sempre as usinas foram montadas ou conseguiram produzir de forma compensatória. Daí ter o Estado passado vários anos a lançar apólices de dívida pública para cobrir a falta de pagamento do capital e dos juros devidos por esses industriais, o que acarretava a sua quase inviabilidade financeira.

De 1893 a 1894, houve uma queda na arrecadação, agravada com o problema do estabelecimento dos impostos que deveriam ser cobrados pelos municípios para a sua manutenção, e a criação do Imposto Territorial, destinado a melhorar as rendas estaduais; a elevação deste imposto trazia, naturalmente, problemas entre o Governo e os proprietários de terra que alegavam já se encontrar muito onerados por impostos e sabiam a importância do seu poder frente às autoridades constituídas.¹⁶

Não compreendiam os governadores que a dependência de um único produto para manter o Estado era profundamente perniciososa, porque a sua economia ia depender das

15) FACTOS e Cifras : O Governo de Pernambuco. Recife : Typ. do Jornal do Recife, 1908. p. 18.

16) PERNAMBUCO. Governo (1892-1896. Barbosa Lima). **Mensagens Apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco em 1896** : Homenagem do Governo Revolucionário. Recife : Imprensa Oficial, 1931. p. 30.

oscilações do volume das safras e do preço do produto. Na verdade, o imposto de “exportação” do açúcar e do álcool representava um percentual superior a 70% da arrecadação do Estado.

A política federal também causou prejuízos muito sérios ao Estado quando em 1894 reduziu o imposto de exportação do açúcar para os Estados Unidos, reduzindo o seu orçamento em 50%.¹⁷ Além disso, a falta de moeda divisionária (cobre, níquel e papel), criava dificuldades ao comércio e, conseqüentemente, à arrecadação.

Em 1896, foi eleito Governador do Estado, o Dr. Joaquim Correia d’Araújo, que apesar de ser pessoa independente e procurar manter uma certa autonomia em relação ao seu partido, iniciou o período de domínio de Rosa e Silva sobre a política pernambucana.

Pensava o Governador em realizar a remodelação e renovação da cidade do Recife, mas os recursos de que a Prefeitura dispunha, oriundos do Imposto Predial, do dízimo do gado e sobre as reses abatidas para o consumo, eram insuficientes; certos serviços públicos estavam sob controle de companhias particulares que não tinham interesse em investir no melhoramento dos mesmos, como o do abastecimento d’água, o serviço de esgotos, dos transportes urbanos e de iluminação a gás.¹⁸

O Governador queixava-se da dificuldade de melhorar as rendas do Estado, em face do nepotismo e do afilhadismo que fazia com que os funcionários deixassem de cobrar os impostos a parentes, amigos e correligionários, enquanto cobravam de forma exorbitante dos opositores políticos e dos desafetos.

Como a evasão fiscal no alto São Francisco era muito grande, em face da influência de Salvador sobre o sertão pernambucano, o Governo criou uma Mesa de Rendas em Petrolina, com jurisdição sobre este município e os de Boa Vista, (hoje Santa Maria da Boa Vista), Salgueiro, Leopoldina (hoje Parnamirim), Ouricuri, Exu, Granito e Cabrobó.¹⁹ A Bahia já

17) PERNAMBUCO. Governo (1892-1896 : Barbosa Lima). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco em 1896** Recife : Imprensa Oficial, 1931, p. 188.

18) PERNAMBUCO. Governo (1892-1896 : Barbosa Lima). **Mensagens Apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco em 1893, 1895 e 1896 : Homenagem do Governo Revolucionário.** Recife : Imprensa Oficial, 1931. p. 214.

19) Obra citada, pág. 215.

havia criado uma Mesa de Rendas em Juazeiro e, naturalmente, Pernambuco reagia com a Mesa de Petrolina, visando impedir uma evasão maior para o Estado vizinho; tratava-se de uma luta para manter ou expandir a influência do Recife no sertão pernambucano, então polarizado para a Capital da Bahia.

Procurando melhorar a qualidade dos serviços da Recebedoria e do Tesouro, o Governo estabeleceu que os funcionários fazendários deveriam ser nomeados após concurso, sistema que só seria implantado em relação aos vários cargos, décadas depois. No desespero para sanar as finanças do Estado, ainda procurou fazer concessão para exploração do fosfato existente na ilha Rata, em Fernando de Noronha, que continua até hoje a não ser explorado.

O primeiro ano do Governo de Correia de Araújo foi muito difícil devido à inadimplência das usinas, à queda do preço do açúcar e à isenção do imposto sobre o produto exportado para o exterior pelo Governo Federal.²⁰ A salvação era o imposto de 14% cobrado sobre o açúcar demerara exportado. É interessante salientar que até 1940 costumava-se distinguir dois tipos de exportação, aquela feita para o exterior e outra para os demais estados da Federação. Certamente que este critério resultava de se admitir, na Primeira República, que a autonomia estadual correspondia quase que legalmente à soberania.

Apesar das numerosas coletorias em funcionamento, a situação da Secretaria de Finanças, que tinha como titular Felipe Figueiredo Faria Sobrinho, era muito difícil por ser o orçamento do Estado insuficiente para cobrir as despesas com o auxílio às usinas de açúcar, as despesas ordinárias e o pagamento dos juros da dívida pública. As coletorias, que funcionavam com baixa arrecadação, se classificavam em três classes, situando-se as de 1a. classe na região úmida da Mata — Água Preta, Cabo, Escada, Goiana, Gameleira, Vitória, Palmares, Olinda, Jaboatão e Nazaré; as de 2a. classe na Mata e no Agreste — Amaraji, Barreiros, Bom Jardim, Bonito, Caruaru, Igarçu, Itambé, Ipojuca, Limoeiro, Muribeca, Paudalho, Panelas, Rio Formoso, Sirinhaém e Timbaúba e as de 3a. classe no Agreste e Sertão, representadas por Alagoa de Baixo, Águas Belas, Altinho, Boa Vista, Buíque, Bom Conselho, Brejo, Bezerras, Cabrobó, Cimbres (Pesqueira), Correntes, Canhotinho, Floresta, Flores, Granito, Garanhuns, Glória

20) PERNAMBUCO. Governo (1896-1899: Joaquim Correia d'Araújo). *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco*. Recife: Typ. Manoel Figueirôa de Farias Filhos, 1897. p. 90.

de Goitá, Gravatá, Ingazeira, Leopoldina (Parnamirim), Ouricuri, Pedra, Quipapá, Salgueiro, São José do Egito, São Bento (hoje São Bento do Una), São Lourenço, Triunfo, Tacaratu, Taquaritinga e Vila Bela (Serra Talhada).²¹ Em Petrolina funcionava a Mesa de Rendas.

Na maioria das vezes elas funcionavam de forma precária, dirigidas por escritvães, pois havia dificuldade na nomeação de coletores, uma vez que o funcionário tinha que prestar uma fiança relativamente elevada, daí não ser fácil encontrar quem quisesse submeter-se a este risco. Nessa época não havia uma rede bancária eficiente, cabendo ao coletor receber os impostos, guardar o numerário, transportá-lo para a Capital e efetuar o pagamento dos compromissos do Estado, incluindo os funcionários em sua jurisdição. Numa época em que não havia estradas, sendo as viagens feitas muitas vezes em lombo de burros, correndo o risco de ataque de bandidos, pode-se calcular os perigos por que passava um titular de coletoria. Era freqüente o caso de coletorias que passavam meses sem arrecadar para os cofres públicos.

A escrituração fazendária era feita a mão, em grossos e pesados livros, havendo ocasiões de se necessitar prorrogar o expediente da Secretaria da Fazenda para preparar em tempo o Orçamento.

Um dos grandes problemas do Estado era o pagamento dos juros das apólices emitidas para auxiliar as usinas, quase sempre inadimplentes; muitas vezes havia dificuldade em manter os compromissos com o Montepio dos Empregados do Estado, criado pela Lei nº 122, de 03 de julho de 1895, e organizado em fevereiro de 1896, e do Estado não dispor de dinheiro para pagar o salário dos seus funcionários, substituindo a moeda por apólices que, ao serem emitidas, já estavam desvalorizadas em 50%.

Eram grandes as dificuldades do Secretário da Fazenda, Bel. João Diniz Ribeiro da Cunha, para manter em equilíbrio as contas do Estado.²²

O Governo de Antônio Gonçalves Ferreira (1900/1904) não foi dos mais felizes, tendo atravessado um período de crise; o Governador, ligado à oligarquia açucareira, não en-

21) PERNAMBUCO Governo (1896-1899 : Joaquim Correia d'Araújo). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife : Typ. Manoel Figueirôa de Farias Filhos, 1897. p. 19.

22) PERNAMBUCO. Governo (1899-1900 : Segismundo Gonçalves). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo de Pernambuco**. Recife : Typ. Manoel de Figueirôa e Filhos, 1900.

frentou o problema da inadimplência, fazendo com que a situação financeira do Estado se deteriorasse ainda mais e que ocorressem desfalques na Fazenda e descrédito das referidas apólices.²³

O Governo, procurando atenuar a crise do Tesouro, partiu para a criação de novos impostos sobre álcool, aguardente, mel, algodão, couro e pólvora e também sobre transferência de imóveis, sobre a importação de produtos nacionais, sobre exportação de açúcar, peles e courinhos e o imposto predial.²⁴ O problema porém não seria a criação de impostos, mas uma atitude mais enérgica na cobrança daqueles já existentes, fazendo cair a sonegação e o contrabando, mas a Fazenda não tinha condições para agir neste sentido.

Preocupado com o problema financeiro e sem decisão política para tomar medidas mais enérgicas, o Governador partiu para abrir créditos suplementares e abrir agências fiscais em estações ferroviárias fronteiriças, como Rosa e Silva ao norte, no município de Timbaúba, e Glicério ao sul, no de Palmares. Tratava-se das últimas estações ferroviárias antes das divisas de Pernambuco com a Paraíba e Alagoas, respectivamente, e visava intensificar a fiscalização sobre os produtos que saíam ou entravam no Estado pela estrada de ferro. Em seguida, seria aberta, sem resultados compensadores, agências fiscais móveis nos próprios trens da Great Western.

Em 1904, Segismundo Gonçalves voltou a governar o Estado, que já administrara duas vezes, procurando tomar medidas enérgicas no setor financeiro. Para isto procurou renegociar os acordos existentes entre o Estado e os usineiros, fazendo liquidação das dívidas dos mesmos por valores muito inferiores,²⁵ livrando o Estado do pagamento dos juros das apólices de ajuda às usinas, e reorganizou os serviços de arrecadação. Estruturou a Fazenda, tendo como centro a Recebedoria, que funcionava na capital, e cinqüenta e seis coletorias em cidades do interior, além da Mesa de Rendas de Pe-

23) PERNAMBUCO. Governo (1900-1904 : A. G. Ferreira). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco.** Recife : Typ. Manoel de Figueirôa & Filhos, 1901. p. 10.

24) PERNAMBUCO. Governo (1900-1904 : A. G. Ferreira). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco.** Recife : Typ. do Diário de Pernambuco, 1902. p. 31.

25) FACTOS e Cifras: O Governo de Pernambuco. Recife : Typ. do Jornal do Recife, 1908. p. 17-35.

trolina e dos postos fiscais de Rosa e Silva, Glicério e da Great Western.²⁶

Não concordando com a existência de impostos de exportação interestaduais, resolveu abolir os impostos sobre as mercadorias importadas por Pernambuco, esperando que os outros estados tivessem atitudes de reciprocidade. Não foi compreendido, de vez que, enquanto isentou o charque gaúcho de qualquer imposto de importação, o Rio Grande do Sul manteve um imposto de 200% *ad valorem* sobre o álcool pernambucano.²⁷ A Paraíba, Alagoas e a Bahia, estados limítrofes e que tinham grande intercâmbio comercial com Pernambuco, não adotaram uma política semelhante, levando o Governador a recuar de sua atitude.

As intenções do Governador Segismundo Gonçalves não conseguiram melhorar as condições orçamentárias do Estado, apesar dos esforços de secretários como o Dr. Elpídio de Abreu e Lima Figueiredo, e em 1906 o Governador ficava abismado pelo fato de não se conhecer sequer o montante da dívida do Estado. Fracassara a sua política de contenção do imposto de exportação e importação interestadual, apesar do mesmo não ter sido considerado inconstitucional, e a sua política de renovação do contrato dos débitos das usinas, apesar de diminuir o ônus aos cofres do Estado, não conseguiu eliminá-lo. Os déficits orçamentários levaram à criação de novas agências fiscais em povoações próximas às divisas como Gravatá do Jaburu, Poções, Umbuzeiro, Jatobá de Tacaratu (Itaparica), ou outros estados, mas as rendas não fluíam.²⁸

O sucessor de Segismundo Gonçalves foi o político de Nazaré da Mata, Herculano Bandeira de Melo, que viera do Partido Conservador do período Imperial e que merecia a maior confiança do Conselheiro Rosa e Silva. Homem culto, enérgico e com experiência administrativa, tinha senso de humor e energia e iria enfrentar dois problemas que afligiam o Estado desde os fins do Século XIX; o dos impostos interes-

26) PERNAMBUCO, Governo (1899-1900 : Segismundo Gonçalves). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo de Pernambuco**. Recife : Typ. Manoel de Figueirôa e Filhos, 1901. p. 7.

27) FACTOS e Cifras: O Governo de Pernambuco. Recife : Typografia do Jornal de Recife, 1908. p. 1-16.

28) FIGUEIREDO, Elpídio de Abreu e Lima. **Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco em 30 de janeiro de 1907**. (Recife) : Typ. do Diário de Pernambuco, 1907.

taduais, sobretudo com o Rio Grande do Sul,²⁹ nosso fornecedor de charque, então alimento básico dos pobres, e o problema das usinas de açúcar, sendo ele próprio proprietário de engenho — Conceição — e seus filhos usineiros de Musurepe, São José e Salgado.

Afirma-se que quando bem humorado dizia que só se podia viver bem em dois lugares no mundo, Paris e Conceição e por isso se preocupava com a necessidade de renovação do Recife, com a conclusão das obras do porto e com a construção de grandes avenidas que facilitassem o escoamento do tráfego. Obras que seriam realizadas por seus sucessores.

Quanto ao problema das usinas, foi em seu Governo que numerosas delas entraram em falência, passando às mãos dos comissários de açúcar, comerciantes sólidos, como Mendes Lima, que as transferiram a novos proprietários, quando viáveis, ou as desmontaram, quando inviáveis.³⁰

No final do mandato teve o seu Governo perturbado pela política de intervenção federal de Hermes da Fonseca que, através do combate às oligarquias, apoiou ostensivamente a candidatura de Dantas Barreto à sua sucessão. A situação ficou crítica e o próprio Rosa e Silva, que preferia ficar no Senado, vivendo no Rio de Janeiro, se candidatou também, na esperança de deter a campanha do General, que se apresentava como salvador do Estado.

Herculano Bandeira se viu forçado a renunciar, a fim de antecipar a eleição. Realizada esta, Rosa e Silva obteve maioria dos votos, em eleição naturalmente fraudulenta, de vez que na Velha República o voto era aberto e havia uma grande pressão sobre o eleitor, ocorrendo até o uso do direito de voto pelos mortos. O Comandante da Região Militar, Gal. Carlos Pinto, porém, interveio acintosamente no processo eleitoral e coagiu o Congresso Legislativo a depurar os votos de numerosas urnas em que Rosa e Silva fora vencedor, dando maioria ao Gal. Dantas Barreto³¹ que governaria o Estado de 1911 a 1915, quando foi sucedido por Manoel Borba.

29) PERNAMBUCO. Governo. (1908-1911 : H. Bandeira de Melo). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife : Typ. do Diário de Pernambuco, 1909.

30) ANDRADE, Manoel Correia de. **História das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. Recife : Massangana, 1989. p. 37-56.

31) PORTO, Costa. **Tempos de Rosa e Silva**. Recife : UFPE, 1970. p. 198-212.

A queda da oligarquia, porém, mudou em parte os detentores do poder, mas manteve os hábitos, os usos e as instituições, fazendo com que os crônicos problemas financeiros do Estado não se resolvessem.

Iniciava-se um período turbulento da vida política de Pernambuco, que iria até 1930, quando a Primeira República foi destruída.

1.4 A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA OLIGÁRQUICO

O período de domínio do grupo de Rosa e Silva caracterizou-se por uma tentativa de fazer com que o Estado não sofresse grandes modificações na sua estrutura político-social, mantendo-se o sistema de poder, em grande parte, dentro dos parâmetros do período Imperial. Várias concessões porém, tiveram que ser feitas, de vez que, para fazer os governadores, a cúpula partidária tinha que dar maior atenção aos chefes municipais que lhe garantiam os votos necessários à manutenção do controle dos poderes Executivo e Legislativo.

Tendo o Estado que se manter com os próprios recursos, tornou-se mais difícil a sua situação econômica, daí os governadores terem que usar a imaginação para cobrir as despesas públicas, procurando racionalizar a cobrança dos impostos e a fiscalização dos agentes de produção, lançando apólices de dívida pública ou obtendo empréstimos externos. O Estado vivia numa certa estagnação e as oportunidades de acesso a cargos e empregos eram restritas aos grupos oligárquicos. Tal fato fazia com que a oposição fosse se organizando e pressionando o grupo dominante, à espera de uma ruptura que lhe abrisse espaço.

Este espaço foi aberto no quadriênio de Hermes da Fonseca, quando o Ministro da Guerra, Gal. Mena Barreto, estimulou ou tolerou que os seus colegas de farda entrassem

na disputa pelo poder, nos estados, em nome da necessidade de uma democratização, aliando-se às forças oposicionistas. Por isto, com o apoio aberto das autoridades militares federais, foram derrubadas as oligarquias na maioria dos estados nordestinos, tendo assumido o Governo de Pernambuco o Gal. Dantas Barreto que “derrotou” o próprio Rosa e Silva nas eleições de 1911. Na verdade, em uma eleição resolvida com fraudes, Rosa e Silva foi o vencedor, mas ao chegar a fase do reconhecimento das eleições pelo Congresso Legislativo (Câmara e Senado estaduais), sob pressão do exército, foi reconhecido como vencedor o Gal. Dantas Barreto.

Os quatro anos do seu Governo foram dos mais violentos da história pernambucana; sem habilidade política nem ascendência sobre os seus correligionários, logo entrou em choque com várias facções e permitiu que fossem cometidos numerosos crimes, com o assassinato de Trajano Chacon. Seu sucessor, Manoel Borba, também muito autoritário mas com grande apoio no interior do Estado, teve que enfrentar o difícil período da Primeira Guerra Mundial, quando caíram as exportações e houve uma crise econômica; ele, porém, conseguiu fazer o sucessor, José Rufino Bezerra Cavalcanti, que se apresentou como o homem da conciliação. Falecendo antes de concluir o mandato, não conseguiu eleger o sucessor — José Henrique Carneiro da Cunha —, o que levou as facções políticas a fazerem um acordo, elegendo o juiz Sérgio Loreto, como Governador.

Sérgio Loreto realizou um Governo dinâmico mas muito contestado; tendo favorecido a eleição de Estácio Coimbra contra o grupo de Manoel Borba, foi fortemente combatido. Combate que não soube distinguir os seus méritos — realização de vários empreendimentos no Recife — das suas fraquezas — uma forte tendência ao nepotismo.³² Estácio Coimbra, que era um verdadeiro fidalgo, usineiro, político experiente, que já fora Governador do Estado, Deputado, Senador, Ministro e Vice-Presidente da República, tentou reconstruir uma oligarquia à moda de Rosa e Silva — de quem era dis-

32) Dois livros indicam bem o estado de espírito dos seus opositores:

BORBA, Manoel. **Sérgio Loreto e Seu Governo em Pernambuco: História de Quatriênio Calamitoso, 1922-1926.** Rio de Janeiro: (s.n.), 1926.

CAVALCANTI, Carlos de Lima, **Pernambuco Saqueado.** Recife: [s.n.], 1927.

cípulo — mas teve os seus projetos destruídos pela Revolução de Trinta.

Neste período de 19 anos (1911 a 1930), os problemas financeiros foram constantes para os governadores, com o crescimento da dívida interna, o lançamento de apólices da dívida política, o crescimento da dívida externa, o levantamento de empréstimos, como o feito em 1927 à firma americana White Word & Cia., representada em Pernambuco pelo advogado José Tomaz Nabuco, filho do grande abolicionista Joaquim Nabuco,³³ e a tentativa de intensificação e aperfeiçoamento dos sistemas de cobrança e impostos.

Tentando racionalizar os serviços públicos, Dantas Barreto, já em 1913, compreendeu que era necessário desativar a Secretaria Geral, criada em 1905, após a segunda reforma da Constituição Estadual,³⁴ e criar duas secretarias: a de Indústria, Obras Públicas, Agricultura, Comércio e Higiene e a de Justiça, Instrução Pública e Fazenda. Não se falava mais em Secretaria de Finanças, mas especificamente em Secretaria da Fazenda. O grande problema é que, mesmo com a divisão, uma só Secretaria para compreender três setores bem diversificados — Justiça, Educação e Fazenda — não teria condições de funcionar com eficiência. Mas esta Secretaria teria duração efêmera, e, em 1915, o Governador Manoel Borba, alegando a necessidade de economia e de maior centralização dos serviços públicos, restaurou a Secretaria Geral, por ato de 31 de outubro de 1915,³⁵ entregando a direção da mesma a pessoa de sua inteira confiança, o Dr. Olintho Victor.

Certamente foi para compensar a extinção da Secretaria da Fazenda que ele determinou, no mesmo ano, uma reformulação geral da Recebedoria do Estado, elevando o número de funcionários e os salários (ato nº 426 de 02 de fevereiro de 1916), e dividiu o Estado em três circunscrições fiscais, elevando as mesmas, em seguida a quatro.

33) PERNAMBUCO. Governo (1926-1930: Estácio Coimbra). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco na Abertura da 4ª Seção da 12ª Legislatura.** Recife, 1927. p. 35.

34) PERNAMBUCO. Governo (1911-1915: Dantas Barreto). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco.** Recife: Typ. d'O Tempo, 1913. p. 5.

35) PERNAMBUCO. Governo (1915-1919: M. Borba). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco, na 3ª Seção da 9ª Legislatura.** Recife, 1916. p. 4.

Os problemas administrativos e financeiros se agravavam a cada dia, de vez que o Estado ampliava os seus serviços, aumentava o quadro de funcionários e tinha que obter mais recursos.

O Governo Sérgio Loreto teve entre outros méritos, o de compreender que a necessidade de modernização levava também à necessidade de descentralização e especialização dos serviços. Daí a sua coragem de propor, em mensagem de 6 de março de 1925, ao Congresso Legislativo, uma reforma da Constituição bem mais profunda do que as realizadas em 1898 e em 1904. A Constituição reformada estabeleceu, em seu art. 50, que "Para auxiliá-lo (ao Governador) na administração e de acordo com as necessidades do serviço, o Governador nomeará seus secretários, que serão escolhidos dentre os cidadãos notáveis por suas habilitações, integridade moral e experiência dos negócios públicos". A partir daí foi criada a Secretaria da Fazenda, que passou a funcionar continuamente até hoje. O primeiro Secretário foi o Dr. José de Goes Cavalcanti, contra-parente do Governador — tio do seu genro Amauri de Medeiros — que era diretor da Recebedoria do Estado. O contra-parentesco provocou forte crítica dos seus inimigos³⁶, mas o próprio Governador saberia, posteriormente, defender a sua administração.³⁷

No Governo Estácio Coimbra, a Secretaria seria dirigida por Joaquim Bandeira de Melo, político atuante que já fora Deputado em várias legislaturas; era empresário na área açucareira e representava no Governo um grupo influente desde o período imperial. Seu pai, Herculano Bandeira de Melo, fora Governador de Pernambuco (1908/11) e seu cunhado, Arquimedes de Oliveira, Prefeito do Recife. Ele se oporia à Revolução de Trinta, combateu o Governo de Carlos de Lima Cavalcanti e, já na década de Quarenta, teve destaque na luta contra o Estado Novo, apoiando a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República.

No período em estudo (1911/1930) houve iniciativas visando melhorar a situação financeira do Estado, sobretudo quando se tornou mais sensível a crise provocada pela Primeira Guerra Mundial, e preocupações com mudanças que diminuíssem a inteira dependência do Estado à indústria açucareira. Em 1915 o Estado concedeu isenção de impostos por

36) Sérgio Loreto e seu Governo em Pernambuco, obra citada, pág. 45.

37) LORETO, Sérgio. **Subsídios para a História Política e Administrativa de Pernambuco: 1922-26.** Rio de Janeiro: Typ. Gráfica Brasil, 1931.

15 anos a indústrias ligadas à produção de louças e tijolos refratários, produtos de vime, envelopes e tinturaria de papel, beneficiamento de arroz, confecções, tintas químicas, fios de algodão, botões, gravatas, sabão e óleos de coco e algodão, camas de ferro com lastro de arame, produtos silico-calcáreos e armazenagem frigorífica, cerveja de baixa fermentação, moinhos de trigo e ao estabelecimento balneário situado sobre os arrecifes, de propriedade de Carlos José de Medeiros,³⁸ a famosa Casa de Banhos.

Alarmado com a pequena importância advinda dos impostos, o Governo, já em 1914, propunha que se fizesse uma "mudança no sistema tributário, elevando-se os impostos territoriais."³⁹ Compreendia Dantas Barreto que pagando tributos poucos expressivos os proprietários eram estimulados a aplicar os seus capitais na aquisição de terras, formando verdadeiros latifúndios que permaneciam sub-aproveitados e improdutivos; esquecendo-se da função social da propriedade, eles viam na expansão dos latifúndios a forma mais segura de fazer crescer o seu capital, de vez que a propriedade da terra era pouco atingida pela inflação. Ele alegava a necessidade de estimular, através da tributação, o desenvolvimento da pequena propriedade que provocaria o crescimento da produção para o mercado interno, distribuiria a renda e diversificaria a produção. Isto em um momento em que a população urbana começava a crescer, sendo necessário dinamizar o abastecimento alimentar dos cidadãos. Como proposições semelhantes e mais recentes, a do Gal. Dantas Barreto não surtiu efeito, merecendo ser salientada apenas como uma tentativa precursora das lutas sociais mais recentes.

Na década de Vinte, houve um movimento muito forte de modernização do Recife, quando em 1918 o Governador José Bezerra, reformou o Palácio do Governo, transformando o sótão em um segundo andar. Este palácio abrigava, ao mesmo tempo, repartições públicas e servia de residência ao Governador.⁴⁰ Começava-se com esta obra a modernização da Praça da República, anteriormente denominada de Campo das Princesas, onde se localizavam três edifícios de destaque:

38) PERNAMBUCO. Governo (1911-1915: Dantas Barreto). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife: Jornal do Recife, 1915.

39) _____ . Recife: Typ. d'O Tempo, 1914. p. 20.

40) MENEZES, José Maria Mota. **Palácio do Campo das Princesas**. 2. ed. Recife: Pool Ed., 1986. p. 14-15.

o Palácio do Governo, construído em 1840 por Francisco Rego Barros e reformado por José Bezerra, em 1920, o Teatro de Santa Isabel, obra do engenheiro francês Vauthier, e o Liceu de Artes e Ofícios.

Sérgio Loreto, como juiz, naturalmente sentiu a necessidade de construir um Fórum e escolheu como local ideal a própria Praça da República, em frente ao Palácio do Governo. Para isto transferiu um velho quartel de polícia para o Dérby, derrubou uma série de velhos prédios e iniciou a construção do Palácio da Justiça que só seria concluído no Governo Estácio Coimbra.⁴¹ Só no Governo de Agamenon Magalhães é que se concluíram as obras da Praça da República, com a construção do edifício da Secretaria da Fazenda, de linhas arquitetônicas modernas e revolucionárias.

Ainda com Sérgio Loreto, tiveram continuidade as obras do Porto do Recife, de grande interesse para o Estado e para a Região, uma vez que por ele eram exportados produtos de outros estados, sobretudo da Paraíba; foi feita a construção da primeira ponte do Pina e a urbanização de Boa Viagem, que seria transformada na grande praia de veraneio do Recife, além da modernização do sistema de saúde do Estado, sob a direção do médico Amauri de Medeiros, e o melhoramento do nível de ensino.

Estácio Coimbra, que apesar de político conservador e tradicional, estava também preocupado com mudanças, sobretudo na área de educação, continuou as obras do Palácio da Justiça, construiu a Maternidade do Dérby, a Escola de Agricultura e Veterinária, o valado (travessão que separava as terras de agricultura das de pecuária) da serra do Araripe, a estrada de Ouricuri e a linha de adutora d'água da Estrada dos Remédios.⁴² Empreendimentos que trouxeram grandes benefícios ao Estado, mas que, naturalmente, requeriam grandes investimentos. Para obter o numerário necessário a estas realizações, foi preciso que o Governo olhasse com o maior interesse o funcionamento e a eficiência da Recebedoria, repartição ligada à Secretaria da Fazenda.

A Secretaria, em 1915, compreendia o Tesouro, a Recebedoria, as Coletorias, as Mesas de Rendas, as Agências

41) MENEZES, José Maria Mota; REINAUX, Maurício. **O Palácio da Justiça**. Recife : Comunicarte, 1990. p. 52-58.

42) PERNAMBUCO. Governo (1926-1930 : Estácio Coimbra). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife, 1929.

Fiscais, etc.;⁴³ Também contribuía com rendas a Great Western Brasil Railway, a Companhia de Trilhos Urbanos de Olinda e o Matadouro da Cabanga.

Havia uma tendência generalizada de denominar a própria Secretaria da Fazenda de Tesouro do Estado, por ser o lugar onde o dinheiro era guardado em Grande Cofre. Em entrevista, o fazendário Gilberto Campelo Pimentel, que trabalhou na Fazenda durante mais de 50 anos, tendo começado como modesto carteiro e chegando a ocupar interinamente o cargo de Secretário da Fazenda, informou que na década de Vinte o Diretor do Tesouro, Cel. Fernando Griz, costumava trabalhar de fraque e que o Tesoureiro Geral do Estado, Bel. Normando Gonçalves da Silva, todos os dias pela manhã convocava uma guarda do Palácio que vinha até o prédio do Tesouro e acompanhava os funcionários até a porta da Caixa Forte. Esta solenidade se realizava todos os dias, pela manhã, ao abrir o expediente, e à tarde, na hora do encerramento do mesmo. Na ocasião, o Tesoureiro fazia uma oração pedindo a Deus que não ocorresse nada de anormal. O historiador Nilo Pereira,⁴⁴ que foi líder do Governo no segundo período da administração de Agamenon Magalhães, conta que este só chamava a Secretaria da Fazenda do Tesouro e ao seu secretário, Irineu de Pontes Vieira, de secretário do Tesouro. Certa vez, Agamenon transferiu um funcionário da Secretaria da Agricultura para a da Fazenda e a oposição fez forte campanha, afirmando que a transferência era feita por perseguição política. Em certa ocasião Nilo Pereira entrou na sala em que se encontrava o Governador e este perguntou:

- “— Leu o Jornal Pequeno?
- Li
- Um artigo violento e excessivo.

E indaga de sobrelho cerrado:

- Você acha alguma coisa demais pôr um funcionário à disposição do Tesouro?
- Não. Demais é botar o Tesouro à disposição de um funcionário, respondeu o Deputado.”

43) PERNAMBUCO. Governo (1911-1915: Dantas Barreto). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco.** Recife: Jornal do Recife, 1915. p. 21.

44) PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães: Uma Evocação Pessoal.** Recife: Tapeorá, (19--). p. 151.

Com esta resposta Agamenon, que não gostava de ser contrariado, se descontraíu e compreendeu, certamente, que as críticas eram próprias do regime democrático em que então vivíamos.

Ainda na década de Vinte, foram funcionários fazendeiros os famosos poetas Ascenso Ferreira e Jaime Griz, além do historiador João Medeiros Perretti.

Na luta para aumentar as rendas do Estado, Manoel Borba, em 1917,⁴⁵ fez restaurar o imposto interestadual, que havia sido abolido em Pernambuco, mas que era mantido pelos estados vizinhos, prejudicando os pernambucanos. Estas divergências se agravariam nos anos Vinte, sendo uma das razões que levaram à luta os governadores de Pernambuco e da Paraíba e a colocarem no Presidente João Pessoa o apelido de “João Porteira”. João Pessoa intensificou a cobrança do imposto de fronteira para forçar a produção sertaneja paraibana a utilizar o porto de Cabedelo ao invés do de Recife, seu escoadouro natural. Daí a revolta de políticos paraibanos ligados ao Sertão, como José Pereira, João Suassuna e os irmãos Pessoa de Queiroz, ligados ao comércio do Recife.

Manoel Borba cuidou ainda de intensificar a fiscalização no interior, dividindo o Estado em três circunscrições fiscais. Na verdade, sendo o Estado muito longo no sentido dos paralelos e não dispendo de um bom sistema rodoviário, tornava-se difícil aos coletores transportar para a Capital o numerário arrecadado, levando-se em conta a inexistência de um sistema bancário eficiente e o risco de viagens em áreas constantemente ameaçadas por cangaceiros famosos como, dentre outros, Antônio Silvino e Virgulino Ferreira Lampeão. Em certo momento também o Sertão esteve conflagrado pela passagem pelo território pernambucano da Coluna Prestes.

No fim do seu Governo, Manoel Borba reformulou o Regulamento do Tesouro (ato nº 613, de 31 de maio de 1918), aumentou os vencimentos dos funcionários do Tesouro e da Recebedoria e classificou as coletorias do interior em três classes. Os principais impostos eram, então, o do selo, o da estatística e o territorial.⁴⁶

45) PERNAMBUCO. Governo (1915-1919: M. Borba). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife: Imprensa Oficial, 1917, p. 5.

46) PERNAMBUCO. Governo (1915-1919: M. Borba). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife: Imprensa Oficial, 1919.

Ao assumir o Governo de Pernambuco, Estácio Coimbra se defrontou com uma situação financeira difícil, diante da necessidade de continuar as obras do seu antecessor, da necessidade de dinamizar e baratear a arrecadação, que consumia 12% da renda do Estado, com a transferência do Tesouro do prédio em que se encontrava, praticamente em ruínas para o andar térreo do Palácio do Governo,⁴⁷ tendo que transferir para os pequenos prédios laterais ao mesmo, as secretarias da Justiça e de Agricultura, isto sem contar com a luta contra a Coluna Prestes.

Nos anos que se seguiram, a situação melhorou em vista das medidas tomadas pelo Secretário Joaquim Bandeira de Melo, que se reuniu com o Presidente da Associação Comercial e elaborou um novo regulamento. De acordo com este regulamento, o Estado foi dividido em zonas, cada uma delas sob a jurisdição de um fiscal que, além das suas atribuições ordinárias, fiscalizava as coletorias e prestava contas ao Tesouro. Foi feita também uma revisão do imposto predial.⁴⁸

Era esta a situação do Estado e da Secretaria da Fazenda quando ocorreu a Revolução de Trinta e o poder foi conquistado pelos revolucionários, os jovens tenentes, chefiados por Juarez Távora, Agildo Barata e Juraci Magalhães, pelo Coronel de Polícia Muniz de Faria e por civis liderados por Carlos de Lima Cavalcanti; político da velha oligarquia, mas atritado com Sérgio Loreto e Estácio Coimbra, Carlos de Lima articulou-se com os militares, apoiou-os e alcançou o lugar de Interventor de Pernambuco. A história da Revolução de Trinta vem sendo discutida e divulgada por vários estudiosos, e a capacidade política do Governador foi muito grande, de vez que ele foi o único civil a ocupar, desde os primeiros momentos, uma interventoria num Estado do Nordeste. Ele faria um dos governos mais conturbados de nossa história, tanto pela composição dos seus quadros, quanto pelos acontecimentos que se sucederam, como as rebeliões de 1931 e 1935.

47) PERNAMBUCO. Governo (1926-1930: Estácio Coimbra). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco na Abertura da 4ª Seção da 12ª Legislatura.** Recife, 1927.

48) PERNAMBUCO. Governo (1926-1930: Estácio Coimbra). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco.** Recife, 1929.

1.5 A ERA GETULIANA

A derrubada da velha oligarquia, pela Revolução de Trinta, provocou um forte impacto em Pernambuco; os ânimos estavam exacerbados, tendo o Governador Estácio Coimbra que se retira, a princípio para Barreiros, onde possuía usina, e daí para a Bahia e depois para a Europa. Exilava-se à espera de melhores dias para voltar ao Estado e cuidar de suas propriedades, esperando, naturalmente, ter outras oportunidades políticas. A Revolução, apesar de ter tido uma grande participação popular,⁴⁹ foi um usineiro, o Dr. Carlos de Lima Cavalcanti, sócio da Usina Pedrosa, quem assumiu a interventoria do Estado. Sua ascensão ao poder, numa ocasião em que os interventores eram sempre escolhidos entre os oficiais revolucionários, resultou tanto de sua ligação com estes oficiais, sobretudo com Juarez Távora, como da luta que desenvolveu durante a campanha da Aliança Liberal e da notoriedade que alcançara, graças à combatividade dos seus dois jornais: o Diário da Manhã e o Diário da Tarde.

49) LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A Verdade Sobre a Revolução de Trinta**. São Paulo: Unitas, 1933. p. 215.

ANDRADE. Manuel Correia de. **A Revolução de Trinta: Da República Velha ao Estado Novo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 47-55.

O Governo de Carlos de Lima, que se estenderia até novembro de 1937, muito conturbado; era preciso serenar os ânimos dos seus partidários, sanar as divergências entre os mesmos e solucionar a difícil situação econômica em que se encontrava o Estado. Ao assumir, fez estancar o motim popular e o ataque a casas e empresas dos políticos decaídos, realizar prisões de adversários, demitir funcionários, substituir prefeitos e formar um secretariado que o auxiliasse nas tarefas de Governo; substituiu, na Secretaria da Fazenda, Agricultura e Viação, o Dr. Afonso Neves Batista, que ocupava o cargo desde 31 de outubro de 1929, pelo engenheiro Edgar Teixeira Leite, que a ocuparia por apenas seis meses.

Com a Revolução, foram fechadas as casas legislativas e criado um Conselho Consultivo de assessoramento ao Interventor, que votava as leis e organizava o orçamento.⁵⁰ Conselho que funcionou até 1935, quando foi promulgada a nova Constituição. Carlos de Lima Cavalcanti encontrou uma grande dificuldade em vista da indefinição ideológica do grupo que tomou o poder, onde parte procurava encontrar caminhos socialistas e parte se inspirava no fascismo italiano, tentando direcionar a reorganização nacional em modelos corporativistas. Este corporativismo seria alcançado em sua plenitude a partir de 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas deu um golpe e implantou o Estado Novo. Nessa ocasião, Carlos de Lima profundamente desgastado pelo levante de 1935 e incompatibilizado com Vargas, foi substituído por Agamenon Magalhães que iria controlar o Estado de forma quase absoluta, até 1945. Desse modo, no período getuliano dois homens foram os “poderosos” senhores de Pernambuco.

Carlos de Lima, ao organizar o seu secretariado, procurou conciliar as duas tendências dominantes, formando uma equipe a tal ponto heterogênea, que, em 1935, o Secretário de Segurança, Cel. Malvino Reis, chegou a prender o secretário da Fazenda, Silvio Granvile, e da Justiça, Nelson Coutinho, por considerar que ambos estavam comprometidos com a revolta da Aliança Nacional Libertadora.

Em 1930, por medida de economia as atuais secretarias da Fazenda, Agricultura e Viação formaram uma unidade, tendo o Governador Carlos de Lima Cavalcanti confiado a mesma ao Engenheiro Edgar Teixeira Leite. Sua permanência no cargo foi de apenas 6 meses porque ela foi dividida em três secretarias, passando a ocupar a mesma o Professor

50) DELGADO, Luís. **Carlos de Lima Cavalcanti: Um Grande de Pernambuco**. Recife : [s.n.], 1975. p. 150.

Francisco Barreto Campelo, líder católico que se destacava por sua ação política desde a campanha de Dantas Barreto, advogado e professor de Direito, a quem coube, com os seus seguidores, reformular praticamente a Secretaria. Na verdade, a junção de três setores em uma única Secretaria não deu resultado, levando o Interventor, seis meses depois, a fazer voltar a unidade inicial, estabelecida por Sérgio Loreto, a fim de enfrentar as necessidades do momento histórico que o Estado vivia.

Para enfrentar essa crise, o Governo compreendeu que deveria fazer uma grande reforma interna, que implicaria, inclusive, na metodologia de trabalho. A remodelação da contabilidade então utilizada, determinou a implantação de um novo sistema de contas, baseado na escrituração em partidas dobradas. O técnico que fez esta mudança, Professor Francisco D'Auria, contabilista de renome nacional, reformulou o Tesouro, que passou a ter uma Diretoria Geral a que se ligavam a Tesouraria, a Pagadoria, o Arquivo e a Portaria, acrescida de uma Diretoria da Despesa, de uma Diretoria da Receita, de uma Contadoria Geral e de uma Procuradoria Fiscal. O cargo de Contador Geral do Estado passou a ter grande importância, tendo sido ocupado sempre por pessoas de notório saber, como Mariano Teixeira que, ao lado de sua habilitação técnica, tinha uma grande sensibilidade, sendo barítono amador, grande cultivador de orquídeas e poeta.

Ainda eram subordinados à Secretaria da Fazenda, a Imprensa Oficial cujo material técnico teria que ser renovado, e as Docas do Porto, que davam grandes despesas em face da necessidade de se proceder, de forma quase permanente, a dragagem da foz do Capibaribe, que estava sujeito a uma intensa sedimentação causada pela deposição de sedimentos transportados pelos rios Capibaribe e Beberibe. O Estado, diante da insuficiência da receita, necessitou fazer um empréstimo de 30.000 contos de réis ao Banco do Brasil, a juros de 7% ao ano, empréstimo que foi saldado regularmente em prestações mensais; de 1931 a 1935 o Governo foi conseguindo, paulatinamente, pagar os débitos e os juros, fazendo cair a dívida do Estado, ao mesmo tempo em que regularizava a escrituração.⁵¹

51) PERNAMBUCO. Governo (1930-1935: Carlos de Lima Cavalcanti). **Mensagem Apresentada à Assembléia Constituinte do Estado de Pernambuco**: Anaes da Assembléia Constituinte. Recife, 1935. p. 39-47.

No Governo Lima Cavalcanti a Secretaria da Fazenda teve 7 titulares, o que representa um para cada ano. Assim, após Edgar Teixeira Leite, assumiu o cargo o Professor de Direito, Francisco Barreto Campelo — abril a setembro de 1931 —, em seguida o engenheiro Heitor da Silva Maia — setembro de 1931 a dezembro de 1934 —, depois o advogado Nelson Coutinho — dezembro de 1934 a abril de 1935 —, em seguida o bancário Silvio Granville Costa — de abril a dezembro de 1935 — depois José Lagreca que permaneceu no cargo de dezembro de 1935 a fevereiro de 1937, quando foi substituído por Alfredo Duarte Filho que permaneceu até a deposição do Governador.

Como a Revolução de Trinta pregava posições centralizadoras, ficou claro que os estados iriam perder grande parte de sua autonomia frente à União, tendo sido feitas algumas modificações no período discricionário, anterior à promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934. A renda estadual era insuficiente e provinha sobretudo do imposto de exportação, seguido do de indústria e profissão, do imposto sobre vencimentos, honorários e gratificações, do predial, do de selo, do de estatística, do de consumo e do territorial.⁵² Para melhor controlar a relação entre receita e despesa foi criado o “empenho” para a saída de qualquer pagamento. No Governo Lima Cavalcanti o Estado ainda lançou apólices no valor de 60.000 contos de réis, visando atender a despesas com obras complementares no Porto do Recife.

Havia uma grande preocupação com as instalações da Secretaria da Fazenda, tanto na capital, onde a Recebedoria e o Tesouro estavam mal instalados, como no interior, onde quase sempre as coletorias funcionavam em casas alugadas. O Tesouro era uma repartição muito movimentada, porque na década de Trinta todas as verbas, excetuando-se as pequenas de pronto pagamento, tinham que ser pagas aí.

As atribuições do Governador não eram apenas de ordem política — o levante de 1931 e a rebelião de 1935 —, mas também de ordem econômica; além de uma grande crise na economia açucareira, o Sertão, em 1932, foi vitimado por uma grande seca. A crise do açúcar era consequência da grande crise mundial de 1929, que fizera cair a demanda e o preço do produto no mercado internacional. Essa queda provocou, como era de esperar, a queda do preço da cana pago

52) PERNAMBUCO. Governo (1930-1935 : Carlos de Lima Cavalcanti). **Mensagem Apresentada à Assembléia Constituinte do Estado de Pernambuco.** Recife : Imprensa Oficial. 1936.

pelas usinas aos fornecedores e estes ficaram sem poder produzir, porque o preço pago era inferior ao custo da produção. Travou-se, na ocasião, séria luta entre usineiros e fornecedores, com ameaças de incêndio nos canaviais e de dinamitação das usinas. A crise se agravou de tal forma que o Governador, apesar de ser usineiro, deu um certo apoio aos fornecedores,⁵³ atritando-se com o grupo social a que pertencia. No auge dessa crise o Governo Federal resolveu criar uma Comissão de Defesa do Açúcar e, em seguida, o próprio Instituto do Açúcar e do Alcool, que passou a estabelecer quotas de produção por estados e estabelecimentos e a controlar a exportação.⁵⁴ A crise só seria acalmada na década de Quarenta, com a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira.

A seca, que ocorreu numa ocasião de intensa luta política, provocou grandes perdas na safra de algodão e de cereais, dizimação do rebanho, sobretudo bovino, expulsando o sertanejo, que se tornou retirante, abandonando seus lares e procurando refúgio nas áreas úmidas das serras ou próximo ao litoral. O Governo Federal carregou recursos para minorar o sofrimento dessas populações, através da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, mas as verbas foram insuficientes para atender à demanda do Estado e Carlos de Lima Cavalcanti entrou em luta com o Ministro de Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, alegando que ele estava privilegiando o seu Estado natal, a Paraíba, em detrimento de Pernambuco.

A maior crise, porém, ocorreu em novembro de 1935, quando parte da tropa do exército aquartelada em Socorro, levantou-se, apoiando movimento liderado pela extinta Aliança Nacional Libertadora, de tendência esquerdista. Os rebeldes, apesar da resistência do Capitão Mindelo, em Socorro, conseguiram cercá-lo no cassino dos oficiais e marchar em direção ao Recife, detendo-se no Largo da Paz, sob o comando do Tenente Lamartine Coutinho Corrêa de Oliveira. Após três dias de luta e recebendo socorro de tropas da Paraíba e do Rio Grande do Norte, a rebelião foi debelada e seus líderes presos. Como alguns dos secretários de Estado tinham idéias

53) FERNANDES, Anibal. **Pernambuco no Tempo do Vice-Rei**. Rio de Janeiro : Schmidt, (19--). p. 263-271.

54) SZMRECSTNYI, Tamás. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil: 1930-1975**. São Paulo : HUCITEC : UNICAMP, 1979. p. 159-331.

progressistas, foram presos Sílvio Granvile Costa, que tinha militância sindical e que fora acusado de simpático à greve, pelo deputado Antônio da Fonte, em plena Assembléia,⁵⁵ e Nelson Coutinho, Secretário de Justiça e irmão do médico Alcedo Coutinho que era acusado de ser elemento de ligação entre os revolucionários de Largo da Paz e os do centro do Recife. O Governador, que se encontrava ausente do Recife, na Europa, foi acusado de conivente com os rebeldes por não os ter reprimido e por ter secretários apontados como ligados à Aliança Nacional Libertadora. Na atmosfera de terror que se implantou no Estado, sofreram perseguição homens como Paulo Berredo Carneiro, Secretário da Agricultura e criador do Instituto de Pesquisas Agronômicas e, na década de Sessenta, Embaixador do Brasil junto a UNESCO, e Ulisses Pernambucano, grande psiquiatra que vinha reformando o ensino e a política de assistência aos alienados em Pernambuco.

Os inimigos de Carlos de Lima Cavalcanti aproveitaram a oportunidade para denunciá-lo perante o Tribunal de Segurança Nacional e, embora ele tenha sido despronunciado, teve o seu prestígio e a sua credibilidade abaladas frente ao Presidente da República. Para consolidar a sua queda, ele não cooperou com Vargas no processo conspiratório que visava cancelar as eleições presidenciais e mantê-lo no Poder. Para coordenar esta conspiração em Pernambuco, Vargas contou com o apoio de seu Ministro do Trabalho e, durante alguns meses, da Justiça, Agamenon Magalhães, que desejava o poder em Pernambuco.

Dado o golpe, no dia 10 de novembro, já no dia 11 o Comandante da Região Militar, Cel. Amaro Azambuja Vilanova, depunha o Governador e formava o secretariado, cabendo a Fazenda ao Major Benedito Cezar Rodrigues, que ficaria no cargo apenas por vinte e dois dias. No início de dezembro Agamenon chegava ao Recife e compunha um secretariado formado, em sua maioria, por jovens, cabendo a Fazenda ao jornalista e funcionário do Banco do Brasil, Manuel Lubambo.

Manuel Lubambo fazia parte do grupo de congregados marianos, de ativa vida política e ideológica ligada aos grupos católicos de orientação mais conservadora e liderado pelo jesuíta indiano (originário da cidade de Goa) Padre Antônio Fernandes.

55) PERNAMBUCO. Governo (1930-1935: Carlos de Lima Cavalcanti). **Mensagem Apresentada à Assembléia Constituinte do Estado de Pernambuco: Anaes da Assembléia Constituinte.** Recife, 1935.

Agamenon, político de formação católica, procurou organizar o seu secretariado dando grande espaço à Igreja, colocando no mesmo, além de Manuel Lubambo, Etelvino Lins, na Segurança Pública, Apolônio Sales, na Agricultura, Arnóbio Tenório Wanderley, no Governo e Nilo Pereira, no Departamento de Educação, todos jovens. Mas contrabalançou o grupo jovem e mais ligado à militância católica, com Gercino de Pontes, na Viação, Artur Moura, na Justiça e Novaes Filho, na Prefeitura do Recife.⁵⁶ Influuiu muito na escolha dos titulares dos cargos federais, em Pernambuco, entregando a Caixa Econômica a Ferreira Lima e Padre Arruda Câmara e a Delegacia do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a Vicente do Rego Monteiro, cargo para o qual teria sido indicado Gilberto Freyre, vetado pelo Interventor.

Lubambo era jornalista e funcionário do Banco do Brasil, intelectual muito irrequieto e muito convicto de suas idéias, tendo verdadeira aversão a socialistas, comunistas, sociais-democratas e mações. Na revista *Fronteiras* liderou um movimento corporativista, à direita do Integralismo, e em livro famoso⁵⁷ defendeu idéias favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo sem qualquer compromisso com o social. Apoiou forte campanha contra Gilberto Freyre por considerar *Casa Grande & Senzala* um livro comunista e imoral. Sua revista o apelidava de "Casa Grande sem Sala" e defendeu a idéia de que o livro fosse queimado em fogueira em solenidade pública, como se fazia na Alemanha Nazista. Suas posições religiosas eram tão intransigentes que foram combatidas pelo Padre Romeu Pereira,⁵⁸ confessor de Agamenon. Desprezando os princípios democráticos, era natural que Lubambo, numa Secretaria importante como a Fazenda, em um período de Governo ditatorial, se sentisse um verdadeiro reformador e esquecesse que Agamenon não admitiria que se fizesse sombra à sua pessoa. O Interventor sabia que estava vivendo o seu momento histórico, decisivo, e, embora imbuído de idéias corporativistas e convencido de que a democracia liberal era

56) PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife : Massangana, 1984. p. 48-49.

57) LUBAMBO, Manuel. **Capitais e Grandeza Nacional**. São Paulo : Ed. Nacional, 1940.

58) PERÉIA, Romeu. **Diálogos com Agamenon Magalhães**. Recife : Governo do Estado de Pernambuco, 1977. p. 48-50.

coisa do passado,⁵⁹ investiu em uma política social e de conciliação de classes, tentando unir patrões e empregados, ao menos formalmente. Daí os desentendimentos com Lubambo que não se conformava de o Interventor ter amigos maçons e por desenvolver ações sociais, através dos Centros Educativos Operários e do Serviço Social Contra o Mocambo.

A Constituição outorgada de 1937, reduzia os estados quase que à situação das províncias do período Imperial, eliminando o uso de suas bandeiras, hinos, escudos e armas (art. 2º). No art. 8º estabelecia que “A cada Estado caberá organizar os serviços de seu peculiar interesse e custeá-los com os seus próprios recursos”. Isto significa que caberia à Secretaria da Fazenda materializar este direito e dever estadual. E, se por três anos o Estado não fosse capaz de manter sua autonomia financeira, ele cairia para a categoria de território até recuperar-se economicamente. Para que ele pudesse se auto-manter, recebia, de acordo com o art. 23, a competência exclusiva para decretar impostos sobre:

- 1 — a propriedade territorial, exceto a urbana;
- 2 — transmissão de propriedade “causa mortis”;
- 3 — transmissão de propriedade imóvel, intervivos, inclusive a sua incorporação ao capital da sociedade;
- 4 — vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, isenta a primeira operação do pequeno produtor, como tal definido em lei estadual;
- 5 — exportação de mercadorias de sua produção até o máximo de 10% ad valorem, vedados quaisquer adicionais;
- 6 — indústrias e profissões;
- 7 — atos emanados do seu governo e negócios de sua economia, ou regulados por lei estadual;
- 8 — cobrar taxas dos serviços estaduais.

Em seu art. 24, a Constituição permitia ainda aos estados criar novos impostos desde que não desse margem à bi-

59) MAGALHÃES, Agamenon. **Idéias e Lutas**. Recife : Raiz, 1985. p. 159-173.

tributação, quando seria válido o imposto cobrado pela União. Era vedada ainda a existência de barreiras alfandegárias interestaduais por se considerar o território nacional uma unidade, do ponto de vista alfandegário (Art. 25). Eliminava-se, assim, um problema que se constituiu em elemento de divergências e de hostilidades entre os estados durante a Primeira República.

Com tão amplos poderes, dentro de um sistema autocrático, era natural que os desentendimentos entre o Interventor e o Secretário se acentuassem no dia a dia da repartição e das ações administrativas, levando Lubambo a se demitir. Agamenon considerou então que o novo Secretário da Fazenda deveria ser um homem calmo, competente, conhecedor profundo de Direito Fiscal e Tributário e foi buscá-lo na sua própria equipe, no Procurador Fiscal, Bel. José do Rego Maciel. Ele também facilmente se entrosaria com a sua equipe, de vez que era católico praticante e congregado mariano. E Maciel permaneceria à frente da Secretaria, de 1939 até 1945, quando se procedeu à redemocratização do país e à derrubada do Estado Novo. Foi o Secretário que permaneceu maior espaço de tempo no cargo e fez uma administração marcante.

Homem prudente, sem arestas ideológicas radicais, compreendeu que tinha uma obra a realizar, adequada ao momento histórico em que vivia. Assim, preocupado com a infraestrutura material, tratou de mandar construir o edifício da Secretaria da Fazenda, em linhas modernas e funcionais, mesmo sofrendo forte oposição de grupos mais conservadores; procurou também dar à mesma um suporte legal que permitisse o seu melhor funcionamento e a sua modernização, dedicando-se a administrar o dinheiro público, evitando déficits orçamentários. No término de sua administração entregou a Secretaria ao seu sucessor, José de Barros Lima, com um grande superavit.

Assumindo o cargo em julho, já em 1º de setembro de 1939, era promulgado o Decreto nº 377, que estabelecia o Regimento da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de Pernambuco e os direitos, os deveres e o campo de ação da mesma, a qual estavam subordinados órgãos os mais diversos, como o Tesouro do Estado, a Recebedoria do Estado, a Procuradoria Fiscal, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado — criado por Agamenon para substituir o antigo Montepio —, a Caixa de Crédito Mobiliário e Cooperativo, o Banco de Crédito Agrícola e Comercial do Estado e a Imprensa Oficial.

No seu quadro, a Secretaria compreendia o Gabinete do Secretário e a Divisão Administrativa (Art. 2º). O quadro de funcionários era numeroso, levando-se em conta que a Secretaria, como órgão meio, tinha o controle dos recursos recolhidos ao Tesouro do Estado e os repassava para as secretarias que desenvolviam as atividades fins e que apareceriam como as realizadoras das obras públicas e responsáveis pelos serviços prestados à população.

Não menos importante foi o Regulamento das Coletorias, advindo da promulgação do Decreto nº 467, de 22 de fevereiro de 1940. Neste Decreto se estabeleceu que a coleta das rendas no interior seriam feitas através de coletorias instaladas em todas as sedes municipais (art. 2º), sendo as suas jurisdições determinadas pelos limites dos municípios. As coletorias foram classificadas em cinco categorias, de acordo com a renda anual que produziam (art. 5º). Nas divisas com os estados vizinhos funcionariam postos fiscais, em número que se fizesse necessário (art. 8º). O artigo 21 determinava que os escrivães de coletoria só poderiam ser nomeados mediante prestação de concurso. Agamenon, no enunciado do Decreto, procurava salientar este fato, afirmando que “Os exatores do fisco estadual não são mais recrutados na clientela política. São escolhidos por meio de concurso. Nenhum deles deve a sua nomeação ao chefe político, que hoje não há, nem a qualquer amigo do Governo. Deve a si mesmo. Deve ao seu próprio esforço. É um funcionário que tem autonomia e tem deveres”. Mas a exigência do concurso não atingia outros funcionários, como os auxiliares de escrita, os guardas fiscais e os estafetas, que eram nomeados em comissão (art. 22). Havia, assim, uma válvula de escape para os chefes políticos do interior, ciosos do controle dos seus “feudos” eleitorais.

Além dos concursos exigidos para que o funcionário ingressasse no quadro de escrivão de coletoria, os coletores e escrivães eram obrigados a depositar fiança, ao serem nomeados e antes da posse (art. 37), a qual “responderá pela gestão do funcionário responsável, seus prepostos e guardas e só poderão tomar posse e assumir o exercício do cargo, depois de assinado, no Tesouro, o necessário termo de fiança e o compromisso de bem e fielmente cumprirem os seus deveres”. O Regulamento detalhava os direitos, deveres e obrigações a que estavam sujeitos os funcionários das coletorias. A fiscalização era rigorosa e os coletores tinham a obrigação de prestar contas e recolher ao Tesouro, mensalmente, as im-

portâncias arrecadadas. Não poderiam reter nos cofres da coletoria, por mais de cinco dias, importâncias superiores ao dobro do valor de sua fiança.

Os coletores estavam sujeitos, hierarquicamente, ao Diretor do Tesouro e só a ele deviam se dirigir (art. 205); eles e os escrivães tinham direito a percentagem sobre as rendas que arrecadassem (art. 214) assim como quotas-partes nas multas que aplicassem, em razão de infração regulamentar ou de apreensão fiscal, da ordem de 50% das mesmas. Conforme as faltas cometidas, poderiam ser punidos com penas que iam desde a simples advertência até a exoneração ou demissão (art. 234), sendo estas punições impostas pelo Diretor Geral do Tesouro, cabendo recurso para o Secretário da Fazenda (art. 254).

Como se vê, o Regulamento baixado pelo Decreto nº 467, era muito detalhado, dava grande importância à hierarquia e procurava controlar a cobrança, o recolhimento e o gasto do dinheiro público. Isto fazia com que os funcionários fiscais lutassem, no interior, contra uma série de problemas estruturais, como o mandonismo dos chefes políticos, acostumados a dizer que para os “amigos os favores da lei e para os inimigos as penas da lei” e que procuravam minimizar os impostos a serem pagos pela sua grei; contra a tendência natural de comerciantes e de proprietários que procuravam minimizar o valor dos impostos pagos, sob a alegação da falta de recursos e de que os impostos não retornavam sob a forma de serviços e de assistência à população; e contra o próprio princípio de inércia, que impedia que se operassem as mudanças de que o Estado necessitava para acompanhar a evolução social, e que eram cada dia aumentadas.

O Estado estava sempre a necessitar de recursos para desenvolver uma rede viária, para dar maior assistência à agricultura, para garantir a segurança pública, expandir o ensino e a assistência à saúde e fazer a maximização das rendas que permitisse a sua modernização. Estes recursos teriam que ser coletados, obtidos através da Secretaria da Fazenda, para ser distribuídos com as demais secretarias que os executavam. Daí ocorreram divergências e atritos entre os vários secretários e o Secretário da Fazenda, de vez que aqueles nem sempre dispunham, em tempo, das verbas de que necessitavam para executar os seus programas.

Em outubro de 1945, o Estado Novo foi derrubado por um golpe militar que destituiu Getúlio Vargas e entregou o poder ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Li-

nhares, a fim de que ele presidisse às eleições que seriam disputadas entre o Gal. Eurico Gaspar Dutra, o Brigadeiro Eduardo Gomes e o Engenheiro Yedo Fiúza. Linhares resolveu transferir para os estados o modelo adotado a nível federal (com exceção de Alagoas onde o Interventor, Isnar de Góes Monteiro, foi substituído pelo próprio irmão, devido à influência do Gal. Góes Monteiro, um dos chefes do golpe) e entregou o Governo de cada um ao Presidente do Tribunal de Justiça. Em Pernambuco, o Desembargador José Neves assumiu o Governo do Estado, designando Secretário da Fazenda, o seu colega de Faculdade de Direito, funcionário da Receita Federal e poeta, José de Barros Lima, que ocuparia o cargo apenas de novembro de 1945 a fevereiro de 1946, não podendo assim fazer modificações na estrutura fazendária.

1.6 A DEMOCRACIA RESTAURADA

Com a derrubada do Estado Novo, em outubro de 1945, Getúlio foi exilado para sua fazenda de Itur, no Rio Grande do Sul, e José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, foi empossado na Presidência da República. Os interventores foram depostos e substituídos pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça.

Em Pernambuco, o Desembargador José Neves Filho assumiu o Governo e nomeou o poeta e funcionário da Receita Federal, José de Barros Lima, como Secretário da Fazenda, que encontrou o órgão com um superavit da ordem de oitenta contos de réis; sabendo que sua permanência no cargo era por pouco tempo, procurou manter em funcionamento os serviços que haviam sido organizados pelo seu antecessor, José do Rego Maciel, para entregá-lo, três meses depois, ao Coronel João Rosendo Carneiro de Albuquerque, nomeado pelo novo Interventor José Domingues.

De novembro de 1945 a fevereiro de 1948, o Governo de Pernambuco esteve muito instável, passaram pelo Palácio do Campo das Princesas quatro governadores — José Neves, José Domingues da Silva, Amaro Gomes Pedrosa e Otávio Correia de Araújo. Após as eleições presidenciais, foram realizados os trabalhos da Constituinte, até setembro de 1946,

e, em seguida, as eleições para governadores e deputados estaduais, a fim de elaborarem as cartas constitucionais estaduais de 1947. Três políticos de grande expressão eleitoral disputaram as eleições em Pernambuco: Barbosa Lima Sobrinho, pelo Partido Social Democrático, Manuel Netto Campelo, pela União Democrática Nacional e Pelópidas Silveira, por uma coligação de partidos de esquerda. Eurico de Souza Leão, como candidato do Partido Republicano, teve uma votação inexpressiva.

Barbosa Lima Sobrinho e Neto Campelo tiveram votações muito aproximadas, o que provocou uma batalha judiciária que durou mais de ano, até ser vencida pelo primeiro. Durante esse período o Estado foi governado por Otávio Correia de Araújo que teve como Secretário da Fazenda o Promotor Público Otávio Pinto, que ficou por pouco tempo, (31 de julho de 1947 a 18 de fevereiro de 1948). Na época, todas as atenções do Estado ficaram voltadas para a batalha judicial e os secretários, sabendo-se interinos, não fizeram transformações de importância nas suas secretarias nem os governadores empreenderam obras de vulto.

Ao vencer a batalha judiciária, Barbosa Lima Sobrinho compreendeu que teria um mandato curto, de três anos, e procurou compensar o tempo perdido com mais ação. Querendo marcar a sua administração, tratou de conduzir as energias do Estado para a construção de uma rede rodoviária moderna, que ligasse o Recife aos mais diversos pontos do território estadual, fortalecendo a ação do Departamento de Estrada de Rodagem (DER-PE), onde não só utilizou os recursos específicos da União (Fundo Rodoviário Nacional), como também os do Estado, e para racionalizar a sua ação contratou os serviços da empresa americana Morrison Knudsen do Brasil. O Diretor do DER foi o engenheiro Antônio Bezerra Baltar, homem estudioso e sério que procurou orientar da melhor forma o plano rodoviário a ser implantado.⁶⁰ mas deixou o cargo quando Barbosa Lima deixou o Governo.

Para enfrentar os problemas financeiros, com despesas acrescidas pela necessidade de implementar a construção das rodovias, Barbosa Lima confiou a Secretaria da Fazenda a Miguel Arraes de Alencar, economista do Instituto do Açúcar e do Alcool, com quem trabalhara durante alguns anos, quando Presidente deste Instituto.

60) ANDRADE, Manuel Correia de. **Departamento de Estradas de Rodagem: 40 Anos a Serviço de Pernambuco**. Recife: DER: FUNDAJ, 1990. Mimeografado. p. 34-36.

Arraes, que voltaria a ser Secretário da Fazenda no Governo Cid Sampaio e seria posteriormente Prefeito do Recife e duas vezes Governador de Pernambuco, procurou manter um equilíbrio financeiro, combatendo a sonegação de impostos, a corrupção funcional e os gastos desnecessários, ao mesmo tempo que tentou modernizar o sistema de escrituração das contas da Fazenda, feitos até então a mão em livros grandes, grossos e pesados. Era ainda o domínio do velho sistema de escrituração, que não fora atingido pelos sistemas mecanizados. Na sua administração ocorreu um fato da maior significação: o pintor Cícero Dias, que residia em Paris, estando de férias no Recife resolveu presentear a sua cidade com uma série de painéis, pintando 9 deles em pontos diversos do prédio da Secretaria da Fazenda, famoso por ser um edifício moderno, dentro das linhas arquitetônicas de Le Corbusier, em uma praça onde se encontravam apenas construções em estilos clássico e neo-clássico. Havia painéis no hall de entrada, hoje denominado de Espaço Cultural José do Rego Maciel, em numerosas salas e no próprio gabinete do Secretário.

A situação financeira do Estado era muito difícil, o orçamento foi deficitário em vários anos e o Governador ainda era impugnado judicialmente pelos partidários de Neto Campelo, fazendo temer a qualquer momento a sua deposição. Procurando contornar a situação, ele cortou despesas na dotação orçamentária, evitando a votação de créditos suplementares e demitindo funcionários extra-numerários.

A dificuldade de enfrentar a falta de verbas levou-o a tentar elevar o Imposto Territorial e combater o apadrinhamento feito aos grandes proprietários, mas sem obter o êxito esperado.⁶¹

Arraes permaneceu à frente da Secretaria da Fazenda por pouco mais de dois anos, de fevereiro de 1948 a julho de 1950, tendo tido como sucessor Félix Fausto Furtado de Mendonça, que manteve a orientação que vinha sendo seguida pelo Governo Barbosa Lima.

Barbosa Lima foi sucedido por Agamenon Magalhães, que venceu com dificuldade a João Cleofas de Oliveira, político da UDN (União Democrática Nacional) e que seria Ministro da Agricultura de Vargas em seu segundo Governo.

61) PERNAMBUCO. Governo (1948-1951 : Barbosa Lima Sobrinho). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 1949. p. 6-7, 23.

Tentava Agamenon fazer uma administração dinâmica, que marcasse o Estado como marcara durante o Estado Novo e, ao mesmo tempo, tentava demonstrar que, da mesma forma que mudara o sistema político, ele também mudara de suas posições corporativistas para a democrática. A sua grande meta foi travar o que chamou de Batalha da Pavimentação, que foi conduzida pelo seu Secretário de Viação e Obras Públicas, engenheiro Armando Monteiro Filho. Para isto e para manter os compromissos do Estado, teria que dinamizar a Secretaria da Fazenda, responsável pelo financiamento de uma administração dinâmica. Ocorre, porém, que em agosto de 1952, vítima de um enfarte no miocárdio, Agamenon faleceu, sendo sucedido interinamente pelo Presidente da Assembléia, Deputado Torres Galvão. Como não decorrera ainda dois anos de seu mandato, foi procedida nova eleição, na qual Etelvino Lins foi candidato, apoiado pelos partidos conservadores, enfrentando apenas o jornalista Osório Borba, homem de esquerda, que concordou em ser candidato de protesto e venceu nas cidades do Recife, Olinda e Jaboatão.

Etelvino Lins continuou a política de Agamenon, mantendo em linhas gerais as suas diretrizes de Governo, mas, pretendendo chegar à Presidência da República, patrocinou a candidatura do Gal. Cordeiro de Farias a sua sucessão, contrariando compromissos que assumira em 1952 com João Cleofas.

No período governamental Agamenon-Etelvino se sucederam três secretários da Fazenda: o político de Caruaru, Irineu de Pontes Vieira, com experiência parlamentar (01/02/1951 a 12/12/1952), que foi sucedido por Nilo de Souza Coelho, político de Petrolina, que ficou de 11 de dezembro de 1952 a 21 de setembro de 1954, e Mário Pinto de Campos, de 21 de setembro de 1954 a 01 de fevereiro de 1955, funcionário fazendário e técnico de competência comprovada, que voltaria a ocupar o cargo após o golpe de 1964, no Governo Paulo Guerra. Como grande estudioso das questões tributárias e trabalhando em um Estado em que a principal fonte de rendas advinha da agroindústria canavieira, Mário Pinto de Campos tornou-se também um expert neste setor da economia.

No quadriênio seguinte o Governo foi ocupado pelo Gal. Cordeiro de Farias, que não tendo conseguido eleger o seu sucessor, Jarbas Maranhão, e tendo tido grandes entreeiros e recebido fortes questionamentos durante a campanha sucessória, renunciou poucos meses antes da posse do candidato vitorioso, o engenheiro Cid Feijó Sampaio.

Cordeiro de Farias enfrentaria sérias dificuldades para atender aos pagamentos da dívida flutuante e equilibrar o orçamento, o que o levou a decretar um Código Tributário que foi considerado prejudicial às chamadas classes produtoras. Tomou várias medidas duras:

- evitou a criação de cargos novos, sustou a admissão de extranumerários e manteve sem provimento cargos considerados dispensáveis ao andamento dos serviços;
- limitou ao mínimo a movimentação orçamentária nas consignações de “material permanente”;
- reduziu de 30% os duodécimos de “material de consumo”, exceto os dos hospitais e penitenciárias;
- reduziu o levantamento por conta de “Despesas Diversas” e manteve dentro do estritamente necessário, as despesas chamadas de encargos constitucionais.⁶²

Foi duro quanto à fiscalização no interior e na Capital, onde criou dois postos de fiscalização um em Sucupira e outro em Prazeres. Este fato desagradou as classes produtoras que admitiam ter o Governo uma atitude hostil para com eles, o que contribuiu para que se opusessem à promulgação de um Código Tributário, que consideravam draconiano para os seus interesses. O empresário Cid Feijó Sampaio, conhecedor dos problemas econômicos e financeiros do Estado e com condições de liderança, conseguiu organizar as associações das classes produtoras e realizar alianças com as lideranças de esquerda e operários. Conquistou espaço na imprensa, doutrinou a população, mobilizou empresários e trabalhadores e realizou um lock-out que desestabilizou o Governo e conduziu os grupos de oposição, que desde 1946 eram derrotados pelo Partido Social Democrático, de Agamenon Magalhães, à vitória nas eleições de 1958. Só então a UDN alcançou o poder. Cordeiro se defendeu, alegando que pela quantidade e valor das mercadorias apreendidas pela fiscalização se observava que “antes de tudo (esta ação) era a cooperação que o

62) PERNAMBUCO. Governo (1955-1958 : Cordeiro de Farias). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 1955. p. 122.

Estado pode dar aos comerciantes e industriais que exercem, com honestidade, as suas funções”⁶³

Com esta política enérgica, ele conseguiu reduzir a dívida flutuante de 117 para 85 milhões de cruzeiros.

As despesas do Governo eram muito elevadas, provocando pressão sobre a Secretaria da Fazenda; assim, ele necessitava continuar a pavimentação das estradas, ampliando a malha rodoviária do Estado, procurava modernizar a agricultura, através da implantação de uma Companhia de Armazéns e Silos (CAGEP) que permitisse aos agricultores se livrar dos intermediários na época da colheita, quando os preços dos produtos agrícolas baixavam, e desenvolver um programa de eletrificação, negociando a dívida do Estado com a CHESF, na expansão de sua rede de transmissão.

O problema mais sério deve ter sido a grande seca que se prolongaria até 1958, quando o Governo Federal se viu obrigado a intervir, criando a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que durante muito tempo obrigou o Governo Estadual a manter frentes de trabalho nas áreas atingidas pelo déficit de chuvas, pagando salários aos habitantes pobres da região, a fim de que se alimentassem e de que não migrassem.⁶⁴ Deve ser lembrado que nestes momentos é que atuam empresários e políticos inescrupulosos, desenvolvendo aquilo que está consagrado pelo nome de “indústria da seca”.

Nesse período a Secretaria da Fazenda esteve sob a direção do então deputado estadual Clélio Lemos, técnico fazendário, de 01 de fevereiro de 1955 a 11 de março de 1957, e do bacharel José Henrique de Abreu Wanderley, desta data até 14 de novembro de 1958, quando foi substituído pelo advogado Isaac Pereira da Silva, nos três últimos meses do quadriênio. José Henrique voltaria a ser Secretário da Fazenda por mais de dois anos no período autoritário, de 1964 a 1967.

Cid Sampaio, eleito por uma grande maioria de votos, se apresentava como o candidato que viria modernizar e dinamizar o Estado, enfrentando certa má vontade do Governo Federal e chegando a entrar em choque com a SUDENE, dirigida pelo economista Celso Furtado, e que ele considerava como um órgão que reduzia a autonomia do Governo Estadual. Seus

63) PERNAMBUCO. Governo (1955-1958 : Cordeiro de Farias). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 1957. p. 13.

64) PERNAMBUCO. Governo (1955-1958 : Cordeiro de Farias). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 1958.

secretários da Fazenda foram Miguel Arraes de Alencar (de 31 de janeiro a 22 de agosto de 1959), Salviano Machado Filho (de 22 de agosto de 1959 a 03 de março de 1961), e Paulo Frederico do Rego Maciel (de 03 de março de 1961 a 01 de fevereiro de 1963).

Tratando-se de um Governo desenvolvimentista e industrializante, procurou atender às reivindicações das classes empresariais e, para atrair novas indústrias, desenvolveu uma política de concessão de isenção de impostos àqueles que quisessem implantar fábricas no Distrito Industrial do Cabo, por ele criado. Resolvendo enfrentar o problema energético e garantir consumo para o álcool produzido pelas destilarias das usinas de açúcar, desenvolveu o projeto de instalação de uma fábrica de borracha sintética, no Cabo, que usaria o álcool como matéria-prima.

Para dinamizar e modernizar a administração, desenvolveu também um programa de informatização, introduzindo máquinas IBM na Secretaria da Fazenda, contrariando velhos usos e costumes de diretores profundamente comprometidos com os sistemas tradicionais. A IBM foi utilizada para o controle de guias de imposto de vendas e consignações, guias de exportação e importação, movimentação de empenhos, pagamento do funcionalismo extranumerário contratado, diarista e inativo.⁶⁵ A informatização da Secretaria foi dirigida pelo funcionário bancário João Evangelista Guerra, que seria o Secretário da Fazenda em 1963.

A situação financeira não era fácil e o crescimento da receita no quadriênio foi inferior ao crescimento médio dos salários dos funcionários públicos e de outras despesas. O Estado concedeu muitas isenções de impostos, como, por exemplo, à produção de algodão, na primeira operação com a fábrica beneficiadora, aos fornecedores de cana, e adotou pautas flexíveis para cobrança dos impostos sobre o café. Apesar do problema, o Estado começou a rapassar o excesso de arrecadação aos municípios, exigência legal que nunca fora cumprida antes, cumpriu os compromissos da consolidação da dívida externa e os originários das transações comerciais com compras para a Companhia de Silos e Armazéns Gerais.

Para estimular a arrecadação, o Governo desenvolveu um programa que facilitava a fiscalização do comércio, acon-

65) FERNAMBUCO. Governo (1959-1962 : Cid Sampaio). **Quatro Anos de Governo:** Período 1959-1963. Recife : Mousinho Artefatos de Papel, 1963.

selhando os consumidores a exigir, ao fazerem suas compras, um selo denominado "BS" que lhe daria participação societária nas empresas organizadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Básico, mediante a troca dos selos por bônus. Este bônus concorriam a sorteios no valor mensal de seis milhões de cruzeiros. Como o Governo tinha alto grau de credibilidade, a população passou a exigir os selos, transformando-se em autênticos fiscais da receita estadual.

O sistema financeiro, intrinsecamente ligado à Secretaria da Fazenda, era representado pela Caixa de Crédito Mobiliário que teve a sua estrutura modificada para financiar não apenas a atividade comercial como também a industrial e a agrícola. Daí a criação de novas Carteiras, como a Industrial e a Agrícola. Para fortalecer a Caixa, determinou que todos os depósitos de repartições e autarquias fossem obrigatoriamente ali depositados.

Na administração Paulo Maciel foi criado o Banco do Estado de Pernambuco, que absorveu a Caixa de Crédito Mobiliário e deu origem ao hoje denominado BANDEPE. Ainda foi este Secretário que representou, com brilhantismo, o Estado de Pernambuco na Conferência de Punta del Este (Uruguai), onde o Governo Kennedy lançou as bases de sua política de Aliança para o Progresso. Conferência que ficou famosa em vista da participação de "Che" Ernesto Guevara, representante do Governo de Cuba, que começava a enfrentar a pressão norte-americana.

Apesar do grande prestígio que desfrutou ao assumir o Governo, Cid Sampaio se desgastou nos quatro anos de mandato e não conseguiu apresentar um candidato à sua sucessão que galvanizasse o eleitorado, sendo derrotado por Miguel Arraes de Alencar que, com as forças esquerdistas e com metade do PSD, derrotou João Cleofas de Oliveira, representante da UDN, e Armando Monteiro Filho, representante da ala ortodoxa do próprio PSD (Partido Social Democrático).

O Governo Miguel Arraes tinha um grande comprometimento social, o seu programa e suas diretrizes foram traçadas num momento de forte pressão popular, reivindicando as chamadas reformas de base. O Governo compreendia as limitações que iriam freiar a sua ação, face aos problemas constitucionais; muitas das medidas políticas a serem tomadas eram de competência Federal e as econômicas eram difíceis, diante da situação do Estado, que era das mais precárias, havendo um grande comprometimento da receita com o pagamento do funcionalismo e com a dívida, restando pouco para

a realização de obras.⁶⁶ A receita era comprometida por isenções concedidas ao produtor de algodão, na primeira operação com a usina beneficiadora (Lei 4.209 de 29 de novembro de 1961) e com a ação do IAA, que visava se eximir do pagamento de impostos de exportação e vendas e consignações que recaíam sobre o açúcar exportado.⁶⁷ Ela dependia sobretudo de alguns impostos, como o de vendas e consignações (58% da receita), adicional de 1,5% (desenvolvimento econômico), que correspondiam a 21,7%, adicionais de 0,5% (desenvolvimento básico), que correspondiam a 7,7%, e exportação, correspondente a 5,6%.

Era urgente para um Governo que queria fazer grandes transformações nas estruturas produtivas e sociais do Estado, obter um crescimento substancial da receita. Como melhorar as condições habitacionais da população de baixa renda, organizar um serviço de crédito agrícola barato para os pequenos produtores rurais, organizar a assistência técnica e a comercialização da produção rural, desenvolver a rede de ensino e de hospitais, etc. se os recursos eram escassos. Para obter recursos o Governador foi forçado a emitir apólices estaduais no valor de Cr\$ 770.000.000,00 para formação do Banco do Estado, que fora criado no Governo anterior mas que ainda não havia sido instalado, posto em funcionamento. As apólices foram subscritas pela Companhia de Revenda e Colonização (CRC), criada no Governo Cid Sampaio, quando se preocupou em implantar colônias agrícolas em áreas de tensão social,⁶⁸ mas que, no Governo Arraes, procurou desenvolver mais uma política comercial, de assistência a pequenos e médios produtores, com a venda de alimentos, de materiais agrícolas, de vestimentos a baixo preço, etc. Passou a investir também na comercialização da produção com o fim de quebrar o poder dos intermediários que a adquiriam a baixo preço na época da safra para vendê-la na entre-safra por preços elevados. Ainda fez um empréstimo de Cr\$ 450.000.000,00 à Caixa de Crédito Mobiliário para integrar a segunda quota da COPERBO. A fábrica de borracha sintética, desta companhia, representava um grande avanço tecnológico

66) PERNAMBUCO. Governo (1963-1964: Arraes). *Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*. Recife, 1963. p. 6.

67) Obra citada, pág. 39.

68) ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986. p. 212-218.

mas era um ônus enorme para o Estado, sobretudo porque, ao ser inaugurada, o preço do álcool se elevara e a exportação do melaço fizera cair a produção do mesmo, dificultando a obtenção de matéria prima pela nova indústria. Ela, na verdade, fora um grande tema de plataforma política; construída sob um forte impacto de publicidade, se tornou extremamente onerosa ao Estado, o que fez com que, passados os anos, fosse vendida à PETROBRÁS e passasse a usar derivados de petróleo como matéria prima.

Além destas dificuldades, o Governo passava a ser hostilizado pelas classes produtoras que o consideravam comunista, sobretudo por ele exigir a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural e garantir a sindicalização dos trabalhadores rurais, o que levou os proprietários de terra e os comerciantes e industriais da capital a fazerem uma forte pressão. Da pressão e da hostilidade resultaram, naturalmente, o crescimento na sonogação e a dificuldade de manter a receita à altura das despesas.

Comprometido com a modernização real, o Governo procurou estimular a mecanização na Secretaria, assunto em que o Secretário João Guerra era um expert, sobretudo nos sistemas de cobrança dos impostos e na fiscalização por parte dos departamentos de rendas da capital e das coletorias no interior, entrando em entendimento com as associações de classe.

Era esta a situação, quando o Governo foi surpreendido com o golpe de Estado de 1º de abril de 1964; o Governador foi deposto e preso e o Vice-Governador, Paulo Guerra, assumiu o poder, procurando enquadrar o Estado na política desenvolvida pelo Governo Castelo Branco, direcionada pela orientação monetarista dos professores Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos⁶⁹. Com Paulo Guerra, o Secretário da Fazenda, João Evangelista Guerra, foi substituído pelo professor de Direito Heraldo José de Almeida, que a ocupou por dois meses, de abril a junho de 1964.

69) ANDRADE, Manuel Correia de. **1964 no Nordeste** : Golpe, Revolução ou Contra-Revolução. São Paulo : Contexto, 1989. p. 37-65.

1.7 DO PERÍODO AUTORITÁRIO À NOVA REPÚBLICA

O Governador Miguel Arraes, deposto pelas Forças Armadas, foi substituído pelo Vice, Paulo Guerra, empossado pela Assembléia Legislativa. O golpe de Estado, desencadeado em nome da democracia e dos princípios cristãos, apregoava uma posição anti-comunista e, na política externa, era declaradamente, pró-ocidental.⁷⁰ Criou-se uma atmosfera de pânico, um clima de repressão, com numerosas prisões e a fuga de políticos e de autoridades ligadas ao Governo deposto. Ordolito José Barros de Azevedo, funcionário da Fazenda e homem afastado da militância político-partidária, conta,⁷¹ na sua entrevista, que era Diretor da Contabilidade e teve a sua repartição invadida por soldados que começaram a mexer em papéis, mas que se detivera e respeitaram o seu protesto, quando entrou um oficial que o ouviu. Nas investigações feitas na Secretaria não foram encontradas irregularidades, o que não impediu que o Secretário João Guerra tivesse sido preso

70) ANDRADE, Manuel Correia de. **1964 no Nordeste : Golpe, Revolução ou Contra-Revolução**. São Paulo : Contexto, 1989.

71) Azevedo, Ordolito José Barros de — Entrevista inédita.

e submetido a Inquérito Policial Militar. Absolvido, transferiu-se para São Paulo, onde reside.

Paulo Guerra, em três anos de Governo, teve três secretários de Fazenda; o professor de Direito Heraldo José de Almeida, de 20 de abril a 03 de junho de 1964, o médico e fazendário Mário Pinto de Campos, de 03 de junho a 02 de dezembro de 1964, e o Dr. José Henrique de Abreu Wanderley, desta data até o fim do seu mandato.

O período Paulo Guerra foi de grande intensificação na fiscalização, tanto na Capital como no interior, não só em consequência da ênfase dada pelo Governo Federal ao combate à corrupção e à recuperação econômica, como ao hábito dos contribuintes, sempre que se inicia um Governo, de testar a sua capacidade de repressão. Já então, o imposto de vendas e consignações era o mais importante, contribuindo com mais de 90% da arrecadação do Estado.

A criação de 43 novos municípios provocou a instalação, em 1965, de 20 Mesas de Renda, aproximando os órgãos arrecadadores dos contribuintes e dificultando a sonegação. Para modernizar e dar segurança aos serviços, a Fazenda passou a pagar aos funcionários através de cheques mecanizados.

O sistema "B.S.", passada a sua fase áurea, do Governador Cid Sampaio, agonizava, sendo estabelecido um novo plano de sorteios, eliminando os prêmios pagos às dezenas e aumentando os valores dos outros prêmios.⁷² Pelo Decreto nº 1117, de 24 de dezembro de 1965, foram eliminados os selos BS e extinta a participação do público no capital da COPERBO. Procedia-se, assim, gradativamente, à eliminação do programa chefe do Governo Cid Sampaio.

Nilo Coelho, que governaria Pernambuco de 31 de janeiro de 1967 a 1971, entregou a Secretaria da Fazenda ao seu irmão, Oswaldo Coelho, durante seu período de Governo. Trabalhador e dinâmico, iniciando o seu mandato num período em que se pensava que o país caminhava para uma abertura democrática, Nilo Coelho procurou amainar os traumas de 1964 e modernizar a estrutura administrativa do Estado. Desenvolveu uma dinâmica política de construção de estradas, a fim de levar o asfalto até o extremo oeste de Pernambuco, até Petrolina, sua terra natal e centro de apoio polí-

72 PERNAMBUCO. Governo (1964-1967 : Paulo Guerra). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 1966.

tico.⁷³ A importância desta estrada era muito grande, tendo em vista o desenvolvimento da agricultura irrigada na região do sub-médio São Francisco e o desejo de integrar a região, muito influenciada por Salvador, à área de influência do Recife.

Com grandes programas a executar e governando o Estado em um momento de crise econômica e recessão, provocadas pela implantação da política monetarista do Ministro Roberto Campos, Nilo Coelho, como foi dito, entregou a Secretaria da Fazenda a Oswaldo Coelho, seu irmão, considerado um político duro e organizado. Na sua concepção cabia ao Governador estabelecer as metas e os projetos que necessitava alcançar e ao Secretário da Fazenda arrecadar os impostos e garantir os recursos de que o Governador necessitava.⁷⁴

Como executivo eficiente, ele procurou cercar-se de velhos funcionários fazendários que conheciam a fundo os problemas da Fazenda, como Gilberto Campelo, assim como o pessoal que nela trabalhava, agregando novos funcionários que dominavam as técnicas de computação e contabilidade. A importância da computação, que fora introduzida na Secretaria por Miguel Arraes e João Guerra, foi despertada para ele em uma viagem aos Estados Unidos, onde constatou a difusão da mesma até em pequenas prefeituras. Para juntar o tradicional ao moderno, usou de sua habilidade política de pessedista e do fato de ter uma autoridade muito forte devido não só ao regime autoritário então dominante, como ao fato de ser irmão e correligionário político do Governador.

Seu programa foi rapidamente elaborado e executado, face à necessidade de cobrir os déficits dos anos anteriores e de apresentar superávits. Iniciou suas atividades com uma reforma administrativa, criando concurso público para o ingresso em cargos como Técnico Fazendário, Agente Fiscal e Fiscal de mercadorias em trânsito. Cargos importantes, que antes eram ocupados por pessoas de famílias influentes ou por políticos que não conseguiam se reeleger, passaram a ser ocupados por funcionários da Fazenda ou por pessoas desvinculadas da mesma e que obtinham boa classificação em concurso. Os lugares que eram destinados aos “príncipes do serviço público” tornavam-se acessíveis também aos “ple-

73) ANDRADE, Manuel Correia de. **Departamento de Estradas de Rodagem: 40 Anos a Serviço de Pernambuco**. Recife: DER: FUNDAJ, 1990. Mimeografado. p. 73-80.

74) Coelho, Oswaldo de Souza — Entrevista inédita.

beus". A moralização na entrada para a repartição deveria ser complementada por medidas que impedissem a queda na rotina; daí a criação de cursos de treinamento, de curto prazo, assim como de cursos de reciclagem, de especialização e de atualização para os funcionários. Ligada a esta linha de ação, foi criada ainda uma biblioteca especializada, funcionando no próprio edifício e que se constitui hoje um órgão que dá apoio aos fazendários e à própria Fazenda.

Pelo Decreto-lei nº 1878, de 26 de junho de 1969, foi feita a reestruturação da Secretaria da Fazenda, que ficou com um Gabinete do Secretário, uma Assessoria Técnica de Programação, Assessoria Jurídica, Procuradoria Geral da Fazenda, Conselho de Recursos Fiscais, Auditoria Fiscal, Diretoria Geral da Receita, Diretoria Geral das Finanças e Diretoria Geral de Administração.

Houve ainda uma grande preocupação com o fortalecimento do BANDEPE, que manteve a sigla mas passou a se denominar Banco do Estado de Pernambuco, em lugar de Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, tendo sido determinado que todo o dinheiro pertencente a qualquer órgão do Estado fosse nele depositado, o que elevou consideravelmente os recursos de que dispunha. O número de agências foi elevado de 7 para 20, incluindo uma no Rio de Janeiro.

Na reestruturação do BANDEPE manteve o seu caráter misto e transformou a COMPER em uma simples financeira, evitando que as atividades dos dois colidissem.

No Governo Nilo Coelho ocorreu a mudança da Constituição Federal e a transformação do imposto de Vendas e Consignações pelo imposto de Circulação de Mercadorias (arts. 24 inciso I), com repercussões nos sistemas estaduais de cobrança de impostos. O Governo pernambucano instruiu funcionários sobre as novas normas e cadastrou todos os contribuintes — cadastros anualmente atualizados —, criando o Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco (CACEP), que possibilitava ao Governo controlar todas as empresas comerciais e industriais assim como algumas do setor agrícola, além de certos ramos do setor serviços.

Necessário se fazia dinamizar o pagamento dos tributos; estes, feitos apenas nas repartições, forçavam o contribuinte a recorrer a despachantes ou a manter empregados especialmente para isto, enquanto o Estado tinha de dispor de mais espaço e de mais funcionários para atender a verdadeiras multidões. Passou-se então, graças à mecanização, a

coletar os tributos através da rede bancária, que dispunha de melhor estrutura de atendimento, e, para dar mais eficiência ao setor, foi criado o Centro de Orientação aos Contribuintes.

Em 1967 "editava-se o regulamento do ICM, em 1968 disciplinava-se o processo fiscal-administrativo; coroando de êxito toda a ação governamental no setor, em 1970 consolidava-se, através de Decreto, toda a legislação tributária em vigor".⁷⁵

Eraldo Gueiros Leite, udenista e de tradicional família, magistrado da Justiça Militar, seria o homem indicado pelo "sistema" e eleito indiretamente para governar Pernambuco no período 1971/75.

Como seu antecessor, manteve um mesmo Secretário na Fazenda por todo o quadriênio, o advogado especialista em Direito Fiscal, Jarbas Vasconcelos dos Reis Pereira.

Como conhecedor de finanças, procurou o Secretário consolidar as reformas do seu antecessor, dando maior mobilidade tanto ao setor centralizado na Secretaria da Fazenda como ao descentralizado, representado pelo BANDEPE e pela COMPER S.A. Conseguiu também, em quatro anos, elevar o ICM a 300% e pela primeira vez exceder as perspectivas orçamentárias. Preocupou-se com o nível de qualificação pessoal dos seus funcionários, promovendo 95 cursos para o pessoal da fiscalização tanto na capital quanto no interior. Melhorou as instalações das coletorias, dinamizou os postos fiscais e estendeu a arrecadação ao interior, através da rede bancária.

O BANDEPE teve, nesse período, um grande crescimento, passando a operar como banco privado, tendo aberto 12 novas agências em vários pontos do Estado, e em 1975 recebeu Carta Patente do Banco Central para abrir agência em Brasília.⁷⁶

Era sólida a situação financeira do Estado quando Eraldo Gueiros Leite passou o Governo, em janeiro de 1975, a José Francisco Moura Cavalcanti, eleito também de forma indireta.

Moura Cavalcanti chegou ao Governo de Pernambuco com grande experiência administrativa, uma vez que já havia sido Governador do então Território do Amapá (Governo Jânio

75) PERNAMBUCO. Governo (1967-1970 : Nilo Coelho). **Mensagem** : O Governo de Pernambuco, Programas e Realizações. Recife, 1971. p. 42.

76) PERNAMBUCO. Governo (1971-1975 : Eraldo Gueiros). **Mensagem** : Assim Servi a Pernambuco: Período 1970-1974. Recife, 1975.

Quadros) e Presidente do INCRA, além de ter sido Ministro da Agricultura no Governo Médici. O novo Governador procurou formar um secretariado de jovens técnicos, como fizera Agamenon em 1937, sendo para isto assessorado pelo seu sobrinho, Gustavo Krause, que ocupou a Secretaria da Fazenda. Inicialmente pensou em colocá-lo no Planejamento, mas, aconselhado pelo próprio Krause, deslocou Luis Otávio para o Planejamento, por ser ele mais organizado, entregando-lhe a Fazenda.⁷⁷

Gustavo Krause aliava uma vocação política a uma formação técnico-burocrática; já na Faculdade de Direito, quando estudante, dirigiu seu interesse maior para a Ciência das Finanças e suas leituras para a área do Direito Fiscal e Tributário. Ao formar-se, em 1968, conseguiu indicação para um lugar comissionado de Adjunto de Auditor Fiscal, trabalhando sob a direção do jurista José Souto Maior Borges, a quem considerava um dos maiores especialistas do país, na matéria. Krause viveu assim um período de euforia e de renovação vivido pela Fazenda, após a administração Oswaldo Coelho.⁷⁸

Em 1970 ele faria o concurso para Técnico Fazendário, disputando vaga com 500 candidatos, obtendo o sétimo lugar. No Governo Eraldo Gueiros Leite respondeu pela Diretoria Geral da Receita, ausentando-se para fazer curso de especialização, e, em seguida, ser Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, José Francisco Moura Cavalcanti, seu tio por afinidade. Ao ser indicado para governar Pernambuco, Moura Cavalcanti o trouxe de Brasília, juntamente com Luís Octávio, para organizarem a sua equipe de Governo; assim, aos 29 anos, Krause voltava ao local onde iniciara as suas atividades profissionais para comandar a vida financeira do Estado.

Voltava em condições semelhantes às exercidas por Oswaldo Coelho a que ele tanto admirava, uma vez que ia trabalhar com o tio como Secretário da Fazenda. Seu poder de decisão era bem superior ao de um Secretário que não tivesse maiores afinidades com o Governador.

Partindo das renovações de Oswaldo Coelho, contando com uma equipe técnica concursada e profissionalizada, preocupado com as transformações por que o mundo e o Brasil vinham passando, ele procurou dinamizar o sistema de arrecadação e as atividades fazendárias, implantando o Plano de

77) Gonçalves Sobrinho, Gustavo Krause — Entrevista inédita.

78) Gonçalves Sobrinho. Gustavo Krause — Entrevista inédita.

Ação Fazendária (PLANAF 1976/78), plano que compreendia quatro subsistemas, o de administração fazendária, o de administração financeira, o de apoio técnico e o de apoio administrativo.⁷⁹

Um plano que dinamizasse a Fazenda era indispensável, pois em 1975 o Recife fora inundado pelo rio Capibaribe, no que se considerou a maior cheia do século. Como a cidade, desde 1940, tivera um crescimento exponencial de população, havia sido procedido, sem nenhuma racionalização e planejamento, o aterro de mangues e alagados e a construção de casebres nas encostas dos morros. O rio, com a cheia, passou pelas áreas baixas, inundando ruas e residências, derubando muros e mocambos, levando móveis, utensílios, animais e pessoas. Os morros, de terras argilosas, se encharcaram pela infiltração das águas e escorregavam, arrastando casas e barracos e soterrando tudo que encontrava em seu caminho. A situação tornou-se de calamidade pública e os atingidos pela catástrofe tiveram liberado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a fim de reconstruírem o que haviam perdido e o Estado e a Prefeitura tiveram que obter recursos para essa reconstrução.

O PLANAF deu ao Secretário um maior controle sobre os projetos a serem desenvolvidos no triênio, permitindo uma maior racionalização dos gastos, ao mesmo tempo que se publicava um Manual do Contribuinte, se divulgava estatísticas econômicas e fiscais e se publicava o livro "Pernambuco: Legislação Tributária Atualizada".

Ainda foi dada atenção à reforma e instalação dos órgãos reestruturados; substituição de equipamentos obsoletos; reestruturação dos serviços de treinamento; estruturação do serviço médico de emergência, etc.

A obtenção de recursos não era fácil, de vez que a reforma tributária de 1966 era profundamente centralizadora e o ICM era a principal fonte de receita do Estado, 62%, seguida a grande distância pelo imposto de transmissão de bens imóveis, pelas taxas de fiscalização e utilização de serviços públicos e pela cobrança da dívida ativa.⁸⁰ A arrecadação do ICM de Pernambuco era muito modesta, pois representava apenas 2,52% da arrecadação nacional, em 1977, enquanto

79) PERNAMBUCO. Governo (1975-1979: Moura Cavalcanti). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 1977.

80) PERNAMBUCO. Governo (1975-1979: Moura Cavalcanti). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 1978.

a da Bahia, Estado que disputava a Pernambuco a liderança no Nordeste, era de 3,82% e a do Ceará, terceiro em arrecadação na Região, correspondia a apenas 1,10%. O Nordeste de um modo geral, se apresentava muito fraco, com apenas 10,29%, enquanto o Sudeste se destacava com 65,97% e o Sul com 18,46%.⁸¹

A região metropolitana do Estado contribuía com 77,5% da arrecadação do ICM, seguida da Mata com 11%, do Agreste com 6,6% e do Sertão com 4,9%. A expressiva contribuição da área metropolitana, se devia, em parte, à centralização de recolhimentos da parte referente à agro-indústria sucro-alcooleira. De estranhar é a baixa contribuição do Sertão em uma ocasião em que já se desenvolvia a agricultura irrigada.

Estavam vinculados à Secretaria da Fazenda, o BANDEPE — Banco do Estado de Pernambuco S/A, a COMPER S/A — Crédito, Financiamentos e Investimentos e a sua subsidiária COMPER S/A — Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários.

No Governo Moura Cavalcanti, o BANDEPE continuou a se expandir tanto em movimento como em área geográfica de ação: aumentou o capital, adquiriu títulos patrimoniais de corretoras nas Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo e obteve seis cartas patentes na cidade do Recife. Na área de recrutamento contratou cerca de 629 funcionários, em 19 concursos realizados, e fez 198 programas de treinamento de pessoal, envolvendo 2.630 participantes. Encaminhou a sua ação na direção do pequeno e médio empresário industrial, comercial e rural e foi agente financeiro do PROALCOOL (Programa Nacional do Alcool) na ocasião em que este programa implantava vultosos recursos que eram dirigidos a ele.⁸² Oito usinas do Estado foram beneficiadas com um valor total de cerca de 242 bilhões.⁸³

Apesar de conviver com o início da crise do petróleo, a economia pernambucana, no quadriênio em foco, manteve um certo dinamismo, embora Pernambuco tenha perdido importância relativa junto a outros estados nordestinos.

O sucessor de Moura Cavalcanti, ainda indicado pelo Presidente Geiser, foi o parlamentar Marco Antônio de Oliveira Maciel, que convocou para a Secretaria da Fazenda o seu

81) Cavalcanti, José Francisco de Moura. Obra citada, pág. 129.

82) ANDRADE, Manuel Correia de. **História das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. Recife: Massangana, 1989. p. 87-109.

83) Cavalcanti, José Francisco Moura. Obra citada, págs. 147/150.

primo Everardo Maciel, geólogo, economista e administrador experimentado. Ele foi o terceiro Maciel a ocupar esta Secretaria, o que leva algumas pessoas a afirmar que “a SEFAZ é a casa dos macieis”.

Inquieto e cheio de iniciativas, ele era o homem indicado para exercer importante função, quando o Governo autoritário sentiu que chegara a hora de fazer a abertura “lenta, gradual e segura”, ou seja, a abertura que alargasse o ciclo dos participantes do poder mas preservasse no poder os grupos que dominavam o país há duas décadas. Era o momento de crise e de recessão em que grupos dominados e com espírito de luta, organizados em corporações, procuravam conquistar espaços. Daí a importância de corporações como as igrejas, as organizações femininas, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, etc., que passaram a consolidar influências.

Em 1981 Everardo se viu diante de um problema que requeria uma certa habilidade: realizado o concurso para Auditor do Tesouro, foram nomeados 64 candidatos, e nesses, um grande número de mulheres. Embora a presença feminina na Fazenda fosse antiga, não havia mulheres lotadas na fiscalização, no serviço externo. De acordo com os padrões da época não se podia admitir mulher subindo em caminhão para fiscalizar cargas, postada à margem de estrada detendo veículos e, às vezes, prendendo contrabandistas, sonegadores e confiscando mercadorias, ou mesmo pernoitando em postos fiscais mal instalados. Diz-se que o Secretário ficou alarmado ao ver uma relação de tantas mulheres aprovadas e exclamou: “o que é que eu vou fazer com estas mulheres todas? Não tem nenhum teste de cooper, não tem nada para eliminá-las”⁸⁴ mas, passando da surpresa e da brincadeira, procurou classificá-las em vários pontos da capital e do interior e viu que “as meninas eram dedicadas e eficientes”. Isto fez com que, em concursos posteriores, mais candidatas mulheres disputassem espaço e hoje elas se impõem tanto perante os colegas como perante os contribuintes.

Político hábil, compreendeu Everardo que tinha de encontrar uma linha de equilíbrio entre as várias correntes de fazendários que disputavam o espaço e o poder na própria Secretaria: nesta linha, estabeleceu que em suas ausências fosse substituído por um Diretor diferente, dando a cada um dos seus auxiliares do primeiro escalão a oportunidade de ocupar interinamente o lugar de Secretário. E neste rodízio

84) Brito, Widja Maia — Entrevista inédita.

ocorreu que, pela primeira vez, uma mulher, a advogada Frederica Krige, ocupasse o posto de secretária da Fazenda. De forma efetiva este posto só seria ocupado em 1987 pela economista Tânia Bacelar.

Foi ainda na administração de Everardo que se realizou o trabalho de reconstituição dos painéis pintados, em 1948, por Cícero Dias, como veremos no 2º capítulo da 2ª parte. Ele também organizou um grupo de estudos para fazer o levantamento da memória da Secretaria, o qual contou com o apoio do poeta e jornalista Mauro Mota e com o dedicado apoio e esforço do também poeta e advogado Caio de Souza Leão, grande amigo e profundo conhecedor da obra de Cícero Dias.

No quadriênio Marco Maciel/José Ramos, a situação financeira do Estado se manteve equilibrada e em 1981 apresentava superávit. Nesse ano o ICM contribuiu com 95,3% da receita interna básica e 97,6% da receita tributária. Vê-se que era inexpressiva a arrecadação do Imposto de Transmissão dos Bens Imóveis — ITBI —, de taxas, etc.

Estabeleceu-se um maior intercâmbio entre os estados do Nordeste a respeito de incentivos fiscais, para integrá-los às exigências e necessidades do momento. Em 1980 o Secretário da Fazenda obteve o consenso dos prefeitos municipais para fazer uma melhor e mais justa distribuição do ICM, levando em conta tanto o valor agregado como a variável população. Foi estabelecida uma nova sistemática para cobrança do ICM sobre a cana de açúcar, sendo o cálculo do tributo feito por estimativa, provocando um crescimento real de 80% da arrecadação, fato que beneficiou o Estado que tem na cana de açúcar o seu principal produto.⁸⁵

A ação modernizadora se estendeu à administração tributária, através da realização de concursos públicos para Agente Fiscal, para Agente Fiscal Auxiliar e para Exator, perfazendo o preenchimento de, respectivamente, 65, 27 e 42 vagas; desenvolveu uma intensa atividade de orientação tributária, tanto na capital como no interior, visando implantar um sistema de cooperação entre o contribuinte e o fisco; implantou um sistema de processamento de dados no acompanhamento da programação financeira e foi feita também a intensificação do apoio técnico aos municípios.⁸⁶

85) PERNAMBUCO. Governo (1979-1982: Marco Maciel). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.** Recife, 1982. p. 15-16.

86) Maciel, Marco Antônio de Oliveira — Obra citada, págs. 18/20.

O BANDEPE desempenhou um papel dos mais importantes, tendo ampliado o número de suas agências de 91 para 105 e elevado o número de postos de serviços para 46, além de intensificadas as ações de suas subsidiárias. O Estado contava com um banco que atendia às suas necessidades de desenvolvimento.

Estabelecido o critério das eleições diretas para o cargo de Governador do Estado, Marco Maciel apoiou a candidatura do Vice-Governador Roberto Magalhães para enfrentar o líder oposicionista, Senador Marcos Freire, tendo se desincompatibilizado para disputar um lugar no Senado. Ao Presidente da Assembléia Legislativa, José Muniz Ramos, coube sucedê-lo. Tratava-se de um Governador de curto período que deveria continuar o programa do antecessor e concluir obras. Como líder político sertanejo, foi cômodo para José Ramos continuar programas como o Asa Branca e de perenização dos rios temporários, com a construção de barragens.

Na Fazenda, especificamente, ele procurou manter o equilíbrio orçamentário, transferiu os recursos para as prefeituras e reestruturou a Diretoria Geral da Receita. Reestruturou também o quadro do pessoal fazendário, estabelecendo a existência de dois grupos ocupacionais: o de fiscalização, com cargos de Agente Fiscal, Agente Fiscal Auxiliar e Agente Administrativo e o grupo ocupacional Administrativo Fazendário, com os cargos de Técnico Fazendário e Agente de Controle Interno.⁸⁷ Realizou cinco concursos para seleção de pessoal, sendo dois externos, e promoveu 11 cursos de treinamento para 512 servidores.

Continuando o seu plano de expansão, o BANDEPE abriu 35 novas agências, quatro das quais situadas em capitais nordestinas — João Pessoa, Natal, Fortaleza e Maceió, ganhando o Banco uma expressão regional.

Roberto Magalhães elegeu-se Governador de Pernambuco tendo como Vice-Governador o seu ex-aluno, Gustavo Krause, que fora Secretário da Fazenda e Prefeito do Recife, entregando a Secretaria da Fazenda a um conceituado técnico em assuntos financeiros. Luís Otávio de Melo Cavalcanti, seu sobrinho. Com a experiência e os conhecimentos de que era detentor, ele fez uma segura administração. Interessante é que, inicialmente, ele fora convidado pelo Governador para a Secretaria da Educação e aceitara, por ser homem com

87) PERNAMBUCO. Governo (1982-1983: José Ramos). **Mensagem do Exmo. Sr. Governador do Estado à Assembléia Legislativa**. Recife, 1983. p. 50.

grandes preocupações com o social, em seguida porém o Governador mudou de idéia e, com o seu consentimento, transferiu-o para a Fazenda⁸⁸ e ele prontamente aceitou ocupar esta Secretaria onde era funcionário concursado desde 1967 e onde, além de Fiscal de Rendas, fora também Diretor de Rendas do Interior e Diretor de Coordenação da Secretaria. Além disso, por ser a Fazenda uma Secretaria de atividades meio, ela dava uma visão mais abrangente da problemática do Estado do que as secretarias dedicadas a atividades fins.

Espírito sereno e conciliador, soube manter equilíbrio no relacionamento com as outras secretarias que sempre pressionam pelos recursos necessários à sua ação, como também com o público que está sempre esquivo para pagar impostos e desconfiado de que o Governo não esteja aplicando bem a contribuição que paga. Os maiores problemas eram sempre com os grupos economicamente mais fortes, no caso de Pernambuco, os usineiros de açúcar e a estiva, levando em conta a importância econômica e o peso político dos grupos. Foi Luís Otávio o primeiro Secretário da Fazenda a fazer uma fiscalização na poderosa cooperativa dos usineiros.

O Governo Roberto Magalhães se iniciou durante uma grande seca, que teria sido a maior do século,⁸⁹ e que provocou grandes despesas para assistência às populações flageladas, ao mesmo tempo em que ocorria queda na arrecadação. Em 1983 a queda do ICM foi da ordem de 12% .⁹⁰

Procurando incentivar e diversificar as atividades econômicas, o Governo concedeu incentivos fiscais e isenção do ICM ao turismo e às indústrias. Necessitando se comunicar, desenvolveu campanhas de esclarecimento aos contribuintes e de preparação de funcionários.

Preocupado com o problema alimentar das classes menos favorecidas, o Governo fez convênio com o Instituto Nacional de Alimentação — INAM —, beneficiando o Programa de Alimentação Básica — PROAB, a fim de obter alimentos a preços subsidiados para aquelas classes. Manteve também programas de racionalização da cobrança de impostos, de fortalecimento das estruturas da Secretaria da Fazenda, etc.

88) Cavalcanti, Luís Otávio de Melo — Entrevista inédita.

89) CARLI, Gileno de. **Quatro Séculos de Secas**. Recife : (s.n.), 1984. p. 213/229.

90) PERNAMBUCO. Governo (1983-1986 : Roberto Magalhães). **O Governo de Pernambuco Presta Contas**. Recife : Pool Editorial, 1984. p. 213-229.

O BANDEPE foi fortalecido com a inauguração de um Centro de Processamento de Dados que logo passou a fazer a interligação entre as doze agências situadas na Região Metropolitana do Recife e as de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, João Pessoa, Fortaleza, Salvador, Maceió, Aracaju, Natal e a sub-centros em Petrolina, Garanhuns, Serra Talhada e Salgueiro, além de implantação do TELESIST, via Telex.⁹¹

A dificuldade de conseguir dinheiro fora do Estado levou o Governo a programar suas obras com recursos próprios, o que passou a ser denominado de “dinheiro azul e branco”. Para ativar a cobrança e dar maior eficiência à arrecadação, realizou a redução dos 12 departamentos regionais para 09.

Quanto ao BANDEPE, foram abertas mais três agências, passando a rede a ser constituída por 157 unidades de atendimento.⁹² Ele já não era aquele pequeno banco do início da década de sessenta, com apenas quatro agências, uma no Recife e as outras em Cabrobó, Nazaré da Mata e Araripina.

Gustavo Krause assumiu o Governo em 1986, em substituição a Roberto Magalhães que renunciou para se desincompatibilizar e disputar uma cadeira no Senado. Luís Otávio foi substituído, na Secretaria da Fazenda, pelo fazendário Antônio Carlos Bastos Monteiro, que permaneceu no cargo de 15 de maio de 1986 a 16 de março de 1987. Sabendo que teria apenas dez meses de administração, o novo Secretário concentrou a sua ação no setor jurídico, fazendo a Consolidação Tributária Estadual,⁹³ no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e de administração financeira e de apoio à manutenção dos cadastros imobiliários dos municípios conveniados.

Ainda no Governo Krause foi criado o Instituto de Administração Fazendária — IAF, que seria a semente da Escola de Administração Fazendária, de grande importância para a renovação dos quadros fazendários de alto nível.

Em março de 1987, voltava Miguel Arraes de Alencar ao Palácio do Campo das Princesas, de onde saíra preso, derru-

91) PERNAMBUCO. Governo (1983-1986: Roberto Magalhães). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 1985. p. 14.

92) ————. ————. Recife, 1983. p. 29-30.

93) PERNAMBUCO. Governo (1986-1987: Gustavo Krause). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 1987. p. 23-24.

bado pelo golpe militar de 1º de abril de 1964. Era o primeiro Governador que contestava os princípios e ideais do regime autoritário e, ao assumir, designou o economista Flávio Tavares de Lyra para a Secretaria da Fazenda.

A situação era delicada, pois havia uma grande radicalização política, na hora em que o Estado, que passara 22 anos sob o controle de uma corrente política conservadora, passava para uma outra que empunhava a bandeira de reformas. Além disso, os grupos que apoiavam o Governo anterior estavam acostumados a controlar os cargos de direção, por duas décadas, e tinham o controle da máquina administrativa. Os que não concordavam com o poder dominante ou se retriam ou estavam comissionados em outras áreas, como a Prefeitura do Recife, que se encontrava em mãos do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). O Secretário teria que ter muito jogo de cintura e espírito de conciliação para cooptar os mais moderados e conquistar a credibilidade perante a comunidade fazendária, comunidade que tem um alto grau de corporativismo e consciência de seu poder de pressão.

Inicialmente ele procurou formar equipe trazendo da Prefeitura do Recife o técnico fazendário Cláudio Couceiro d'Amorim, que participara das campanhas políticas de Jarbas Vasconcelos para a Prefeitura e de Miquel Arraes para o Governo do Estado.⁹⁴ Tratava-se de um técnico que se destacava por sua competência e dedicação e uma grande experiência administrativa. O Secretário, não sendo hábil, tinha trazido pessoas estranhas à Secretaria para cargos de confiança, tendo que enfrentar disputas internas que impediam um funcionamento harmonioso dos vários setores, e entrou em choque com os órgãos de classe. O atrito entre funcionários qualificados e entre estes e o Secretário tomou tal vulto que extravassou pela imprensa e foi acompanhado pela opinião pública. Para o Governo do Estado a situação era delicada, de vez que, se mantivesse o Secretário corria o risco de enfrentar uma greve, com a conseqüente queda da receita, em ocasião em que vinham caindo em índices de popularidade, e, se demitisse o Secretário, daria uma prova de fraqueza que poderia ter repercussão em outras secretarias. A essa altura o Presidente da Associação dos Auditores, Petrônio Tavares, resolveu tentar uma solução e foi ao Governador com uma comissão de fazendários, dizendo que “não queria faltar com o respeito, mas informava que o Secretário da Fazenda não tinha

94) D'Amorim, Cláudio Couceiro — Entrevista inédita.

credibilidade para dirigir a pasta".⁹⁵ Arraes não deu resposta imediata e a comissão retirou-se do seu gabinete sem muita esperança. Quinze dias depois Petrônio Tavares foi chamado a Palácio para um encontro com o Secretário da Casa Civil, Deputado Marcus Cunha, que solicitou amavelmente que ele não desse entrevista à imprensa falada e escrita e oito dias depois Flávio Lyra foi exonerado, passando a economista Tânia Bacelar a responder pela Secretaria, sendo em seguida efetivada.

Com habilidade política, vivendo no Recife como professora universitária e como Secretária de Planejamento, ela tinha um bom círculo de relacionamento e já havia passado o choque de transição entre o Governo petebista e o pemebista.

Compreendendo que a situação era delicada e que a solução seria encontrada através de entendimentos, Tânia partiu para o diálogo. Para isto levou em conta que os fazendários não têm a filosofia acomodada do funcionário público, e que se posicionam mais como um vendedor, procurando auferir rendas sempre mais elevadas. Concluiu também que quanto mais estimulados eles estivessem maior seria a ação fiscalizadora e menor a sonegação.

Procurou cercar-se de auxiliares de confiança e que não tivessem tido maior participação na luta contra ou a favor de Flávio, e convidou Ivo Pedroza, recém-chegado de um curso de Doutorado em Campinas, para ajudá-la. Para os cargos em comissão convocou "gente da casa", a fim de demonstrar que viera para trabalhar e não para dar ordens. Aos poucos, formou uma política de conciliação, o que não era difícil quando se trabalhava com pessoal altamente qualificado, com nível superior, concursado e com sucessivos cursos de atualização e de aperfeiçoamento. Daí o seu empenho em instalar e em prestigiar o Instituto de Administração Fazendária, escola que ministra cursos de extensão e de atualização em que os técnicos possam acompanhar as mudanças constantes na legislação fazendária.⁹⁶

Para melhor fiscalizar as empresas, a Secretaria criou grupos especializados, como o da cana de açúcar, o das grandes indústrias, o dos atacadistas, o das grandes empresas comerciais; em geral, a escrita de pequena e média empresas é fácil de ser fiscalizada, enquanto a da grande empresa, in-

95) Tavares, Petrônio Omar Querino — Entrevista inédita.

96) Araújo, Tânia Bacelar de — Entrevista inédita.

formatizada, requer do fiscal conhecimentos especializados. E os fiscais, após a promulgação da Constituição Estadual de 1989, ficaram frustrados por que, ao contrário do que ocorreu em outros estados, foi proibida a quota-parte, ficando os seus salários acrescidos da produtividade, tendo como tecto máximo o de Secretário de Estado.

Em sua administração houve uma reforma tributária, pois a última, de 1987, se encontrava desatualizada. O problema da arrecadação, que é fundamental para o Estado, não é bem estruturado, de vez que, em um mesmo território, impostos são coletados pelo Estado, pelo Município e pela Federação; uma entidade cobra um determinado imposto, do qual retém um percentual que lhe é próprio, e repassa o percentual do ou dos outros. Ora, quem cobra investe em cobrança e em fiscalização, enquanto que quem recebe o repasse, não investe. Em compensação, quem cobra muitas vezes atrasa o repasse, como ocorre com o Fundo de Participação dos Estados e ou dos Municípios.

Para evitar choques com outras secretarias em relação à distribuição de verbas, foi criado o Conselho de Administração Financeira, com a participação dos secretários da Casa Civil, da Administração, da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho, a fim de que conhecessem os recursos disponíveis e fizessem a distribuição dos mesmos pelas várias secretarias. Assim, os secretários deixavam de pressionar o titular da Fazenda, sabendo quando e em que momento podiam ter acesso aos recursos para programar as despesas.

Um dos pontos críticos do Governo Arraes e que o desgastou muito foi a política salarial do funcionalismo, feita a partir de estudo realizado pela Secretaria, na qual os aumentos salariais passavam a ser concedidos a partir de determinados parâmetros financeiros⁹⁷ e não do estado de espírito do governante. Ocorre que o plano estava teoricamente bem formulado, mas, diante da hiperinflação e da queda da renda estadual cada vez mais acentuada, ele provocou uma enorme queda do valor real dos salários, levando o funcionalismo à luta e ao desespero. É necessário que políticos e administradores se convençam de que os problemas econômicos não se resolvem apenas com a aplicação de modelos matemáticos e estatísticos, mas através de estudos da realidade

97) SILVA, Márcio Bartolomeu Alves. **As Políticas Salariais Implantadas pelo Governo do Estado de Pernambuco no Período 1987/1990: Determinantes e Resultados.** Recife: SEFAZ, 1990. Mimeografado.

e que levem em conta as questões reais e a necessidade da população.

Dentro da Secretaria da Fazenda o Governo Arraes procurou desenvolver ações na renegociação da dívida pública; da dinamização da Auditoria Financeira; procurou integrar o consumidor na luta contra a sonegação e desenvolveu a campanha “peça a nota”, além de fazer revisão dos benefícios fiscais do ICM.

Quanto às ações a longo prazo, passou-se à elaboração do Plano de Administração Tributária — PLANAT; da reforma Tributária, pela qual o Estado cedeu dois técnicos para darem assessoramento à Subcomissão de Tributos da Assembléia Nacional Constituinte e se formou uma equipe para acompanhar a mesma no que dizia respeito aos tributos estaduais; realizou estudos visando aperfeiçoar a gestão financeira; elaborou a revisão do Projeto CIATA, de apoio aos municípios e fez a revisão dos critérios de rateio da parcela do ICM pertencente aos municípios.⁹⁸

O BANDEPE foi altamente fortalecido, passando o seu Presidente a despachar diretamente com o Governador e a presidir às reuniões do Conselho de Administração, enquanto reorganizava os quadros de seu pessoal e consolidava a assistência médica aos mesmos, através do BANDEPREV. Do ponto de vista externo, ele voltou a sua atenção sobretudo para os pequenos e médios produtores rurais, sem esquecer o crédito comercial.

Em 1988 o ICM contribuiu com cerca de 48,8% da receita total, enquanto que as oriundas de transferências da União totalizaram 38,9%. Neste mesmo ano começou a consolidação do Instituto de Administração Fazendária, com o recrutamento de pessoal da SEFAZ para formação do seu quadro técnico.⁹⁹

No Governo Arraes observou-se ainda a implantação do programa Chapéu de Palha, para evitar o desemprego dos trabalhadores da zona canavieira durante a entressafra; o programa de promoção da cidadania; a continuação das obras de Suape; o PRORURAL, de assistência ao pequeno produtor do campo, e cestão do povo, que, ao mesmo tempo, contribuíram para estimular o desenvolvimento econômico e tentar

98) PERNAMBUCO. Governo (1987-1990: Arraes). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**, Recife, 1988. p. 141-142.

99) —————. Recife, 1989. p. 94.

melhorar as condições de vida da população de baixa renda.¹⁰⁰

Renunciando para se candidatar a um lugar na Câmara Federal, ele passou o Governo ao Vice-Governador, Carlos Wilson Campos, que conservou Tânia Bacelar como Secretária até 16 de agosto de 1990, quando a mesma renunciou face ao rompimento que ocorreu entre Arraes e Carlos Wilson. O novo Secretário foi o arquiteto Wilson de Queiroz Campos Júnior, irmão do Governador, que permaneceu no cargo até a posse do recém-eleito Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, que vencera as eleições de 15 de novembro.

Quanto ao Governo Carlos Wilson ele, dispondo apenas de onze meses de mandato, continuou, em linhas gerais, a política de Arraes, desenvolvendo prioritariamente cinco programas:

- 1 — fortalecimento e expansão da Informática na SEFAZ;
- 2 — ampliação dos serviços de arrecadação e intensificação das Ações de Fiscalização;
- 3 — modernização e aperfeiçoamento do Sistema de Finanças do Estado;
- 4 — intensificação das atividades de planejamento, construção, reforma e equipamento de atividades administrativas;
- 5 — desenvolvimento de recursos humanos.¹⁰¹

Refletindo-se sobre o percurso feito em cem anos, com governos muitas vezes heterogêneos, observa-se que dominou sempre na SEFAZ a preocupação de aperfeiçoar o processo de arrecadação para elevar a renda do Estado e distribuir os recursos de que dispunha, quase sempre reduzidos, de forma a atender às suas necessidades, tanto na área de manutenção do existente, como na construção de obras e organiza-

100) PERNAMBUCO. Governo (1987-1990 : Arraes). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**, Recife, 1990. p. 19-25.

101) PERNAMBUCO. Governo (1990-1991 : Carlos Wilson). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 1991. p. 54.

ção e reaparelhamento de serviços. As dificuldades de equilibrar receita e despesa são uma constante para a SEFAZ a quem cabe fornecer os meios para que o Estado, através das demais secretarias, realize ou materialize os seus fins.

No Governo Joaquim Francisco, coube ao advogado Heraldo Borborema, experiente administrador, como Secretário da Fazenda, captar os recursos necessários para aplicar os princípios enunciados no programa “Cresce Pernambuco”, em um momento histórico difícil, em que uma grande recessão coincide com uma política altamente concentradora e em que o Estado tem obras inadiáveis a realizar e compromissos a saldar. Sua ação só poderá ser analisada, com objetividade e isenção, dentro de alguns meses, quando estiverem equacionadas as opções de soluções para os gigantescos problemas que enfrenta.

1.8 CEM ANOS DE LUTA PELO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Com a Proclamação da República, as então províncias do Império passaram a formar estados federados, que, segundo o art. 6 da Constituição, promulgada a 24 de fevereiro de 1891, se incumbiriam de “prover, às expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração”. Esse dispositivo constitucional, lembrando o castigo bíblico de que cada um devia prover as suas necessidades com o suor do próprio rosto, não levou em conta as condições de cada Estado. Para este provimento cabia, aos mesmos, a competência exclusiva de decretar impostos:

- 1 — sobre a exportação de mercadorias de sua própria produção;
- 2 — sobre imóveis rurais e urbanos;
- 3 — sobre transmissão de propriedade;
- 4 — sobre indústrias e profissões (art. 9º).

A Constituição de 1934, em seu art. 8º, permitia aos estados cobrar taxas por serviços prestados e impostos sobre:

- 1 — propriedade territorial, exceto a urbana;
- 2 — transmissão de propriedade **causa mortis**;
- 3 — transmissão de propriedade imobiliária **inter vivos**, inclusive a sua incorporação ao capital da sociedade;
- 4 — consumo de combustíveis de motor de explosão;
- 5 — vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive os industriais, ficando isenta a primeira operação do pequeno produtor, como tal definido em lei estadual;
- 6 — exportação das mercadorias de sua produção até o máximo de dez por cento, **ad valorem**, vedados quaisquer adicionais;
- 7 — indústrias e profissões;
- 8 — atos emanados do seu governo e negócios de sua economia, ou regulados por lei estadual.

Na verdade, a lista de impostos a serem cobrados pelo Estado era grande, mas quase toda a renda era oriunda da exportação (considerando-se como tal tanto a exportação para o exterior como a interna, feita de um Estado para outro). Este imposto só poderia ser cobrado para produtos do Estado, sendo proibido cobrar impostos sobre mercadorias que, partindo de um Estado para outro, transitassem pelo território de um terceiro Estado.

A Constituição de 1937, que instituiu o Estado Novo, com sistema corporativo, e que praticamente aboliu a autonomia estadual, manteve, quanto aos impostos — art. 23 —, a mesma linha anterior, apenas eliminando o inciso referente a consumo “de combustíveis de motor de explosão”.

Com a redemocratização, tivemos a Constituição de 18 de setembro de 1946, que, teoricamente, restabeleceu a autonomia estadual, restaurando o hino, a bandeira e o escudo. Quando a dispositivos fazendários, porém, em seu art. 19, manteve os dispositivos da Constituição de 1937, mas estabe-

leceu no § 5º que “o imposto sobre vendas e consignações será uniforme, sem distinção de procedência ou destino”. Esta Constituição sofreu uma série de reformulações. A Emenda Constitucional nº 5, de 21 de novembro de 1961, decretada no período parlamentarista do Governo João Goulart, estabeleceu que a União entregaria aos municípios 10% do total que arrecadasse do imposto sobre vendas e consignações e 15% do sobre “os atos regulados por lei estadual, os de serviço de sua justiça, **ad valorem**, vedados quaisquer adicionais”.

Estabelecido o sistema autoritário do Governo, após o golpe de estado de 1964, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 17, de 6 de dezembro de 1965, que estabeleceu quais os impostos que cabiam à União e quais os que cabiam aos estados. Estes foram:

- 1 — sobre transmissão de bens imóveis;
- 2 — sobre operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por comerciantes, industriais e produtores.

A União, que ficou com a maioria dos impostos, se obrigava a (art. 20) distribuir aos estados e municípios parte do arrecadado “do imposto de renda a proventos de qualquer natureza” e o imposto sobre produtos industrializados. Destes impostos (art. 21) a União ficava com 80% do valor total, transferindo os 20% restantes para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (10%) e para o Fundo de Participação dos Municípios (10%). À primeira vista este dispositivo parecia vantajoso para os estados, de vez que estes iriam receber uma renda gratuitamente, sem ter despesas com fiscalização e arrecadação. Ocorre, porém, que o Governo Federal podia atrasar o repasse da parte que cabia ao Estado, criando problemas de custeio. Os impostos arrecadados pela União sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes e energia elétrica seriam, em 60% do seu valor, repassados aos estados e municípios, enquanto que aqueles arrecadados sobre operações minerais, no país, incidiam em 90% (art. 23).

A Constituição de 24 de janeiro de 1967, promulgada no Governo Castelo Branco, manteve, em linhas gerais, o sistema tributário que favorecia inteiramente a política de centralização, visto que os estados menos ricos passavam a depender inteiramente do poder federal no que referia a recursos. A Emenda Constitucional nº 1/1969 não trouxe modificações substanciais aos dispositivos constitucionais de 1967.

A Constituição de 1988, que consagrou o restabelecimento do sistema democrático, estabelece em seu art. 155, que compete aos Estados estabelecer os impostos sobre:¹⁰²

- 1 — transmissão **causa mortis** e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- 2 — operações relativas à circulação de mercadorias e a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
- 3 — propriedade de veículos automotores.

Os estados ainda tinham o direito a 5% do imposto de renda e de proventos de qualquer natureza que fossem pagos à União.¹⁰³

Dentro deste quadro constitucional e teórico, como se comportaram os Estados para conseguir manter os seus serviços e investir em obras e realizações que demandavam emprego de capital? Na verdade, cobrando impostos e taxas e obtendo empréstimos internos e externos, eles procuraram manter a máquina em funcionamento, modernizando-a, ampliando-a, tentando torná-la mais eficiente, tanto do ponto de vista administrativo como do econômico. Em cada momento histórico lançaram mão dos recursos de que podiam dispor e cronometraram as obras que deviam realizar, pagando o funcionalismo — sempre mal pago, mas quase sempre em dia — atendendo a compromissos assumidos.

É interessante se ter uma visão geral desta luta que dura um século.

Na Primeira República, a porção maior da renda do Estado advinha do imposto de exportação, compreendendo-se como tal tanto a exportação para o exterior como para os outros estados. Pernambuco exportava sobretudo açúcar, álcool, algodão, couros e peles, e importava, em larga escala, os produtos industrializados e charque, base da alimentação popular. O imposto sobre o charque, cobrado pelo Rio Gran-

102) CHAMPAGNOLE, Adriano; LOBO, Hilton. **Constituições do Brasil**, São Paulo : Atlas, 1986.

103) VITA, Aldo. **Nossa Constituição**. São Paulo : Ática, 1909.

de do Sul, era geralmente muito elevado, encarecendo o produto que importávamos, enquanto que o sobre açúcar e álcool, que exportávamos, era muito baixo. O açúcar, quando destinado à exportação para o exterior, era isento de imposto, em face da necessidade do Brasil garantir mercado nos países consumidores.

Pernambuco, devido à sua forma longa no sentido das latitudes, tinha problemas com os estados vizinhos — Paraíba, Ceará, Piauí, Bahia e Alagoas — uma vez que possuía milhares de quilômetros de fronteiras difíceis de serem fiscalizadas, em uma época em que as estradas eram poucas e deficientes. Aproveitando-se desta situação, comerciantes e proprietários fraudavam a Fazenda, fazendo transferir seus produtos de um lado da fronteira para o outro, ora enganando as autoridades fazendárias locais, utilizando trilhas e desvios, ora com a conivência das mesmas.

Para evitar ou atenuar o percentual de sonegação, o Governo criou, ainda no século passado, a Mesa de Rendas de Petrolina, ponto de passagem mais importante sobre o São Francisco, e, posteriormente, uma outra em Floresta. Postos fiscais foram criados também em povoações fronteiriças, como Rosa e Silva e Glicério, com a mesma finalidade. Como, no início do século, os coletores e escrivães de coleta das várias cidades eram geralmente nomeados por indicação dos chefes políticos locais e regionais, eles ficavam na dependência destes, vendo-se obrigados a não cobrar impostos dos seus parentes, amigos e eleitores; só os oposicionistas, pouco numerosos, eram fiscalizados. Havia até casos de grandes comerciantes que construíam armazéns sobre a linha fronteiriça, tendo uma porta em um Estado e outra no outro, utilizando estes armazéns para passagem da mercadoria contrabandeada.

Fatos como estes contribuíam para que as rendas do Estado fossem insuficientes; além disto, grandes vantagens eram dadas a empresários, como isenções, durante anos, de impostos, e até mesmo financiamento, visando atrair indústrias. Como o açúcar era o principal produto, e os senhores de engenho e usineiros tinham grande influência política, a ponto de quase sempre elegerem os governadores, foi desenvolvida uma política de apoio à indústria açucareira que se tornou muito onerosa para o Estado. Política iniciada com o financiamento a senhores de engenho para montarem pequenas e médias usinas e, em seguida, construírem estradas de ferro que levassem as canas à esteira da fábrica. Esta política foi iniciada pelo Barão de Lucena, que seguia o exemplo imperial de financiamento para instalação de engenhos cen-

trais,¹⁰⁴ sem que fossem feitos estudos prévios sobre as possibilidades de sucesso do empreendimento e sem levar em conta a disponibilidade de matéria-prima, a posição geográfica, o acesso à rede de transportes ou a capacidade financeira dos proprietários. Esta política de favorecimento se estenderia pelos governos de Corrêa da Silva, de Barbosa Lima e de Joaquim Corrêa de Araújo, vindo a criar forte crise no Governo Segismundo Gonçalves, que desenvolveu um programa de liquidação dos débitos por um valor muito inferior ao real.¹⁰⁵ Muitas vezes a usina foi vendida por 10% do valor real, ficando o vendedor isento do pagamento do débito. O Barão de Lucena chegou até a propor que os devedores fossem pura e simplesmente aristados dos seus débitos, isto porque, a maioria dos usineiros não dispunha de dinheiro para pagar nem mesmo os juros desses débitos, obrigando o Estado a lançar apólices de dívida pública a fim de que eles não fossem executados.

O problema das usinas foi sempre uma preocupação constante dos governadores, devido ao peso da arrecadação fornecida pelo açúcar, apesar de todas as concessões e isenções; era grande o poder político dos usineiros, sua representação junto ao Governo e a importância social da agro-indústria, a maior empregadora de mão-de-obra no interior do Estado. A situação se agravava também devido à monocultura da cana e à sua fragilidade em face às oscilações das safras nos vários países produtores e à conseqüente oscilação dos preços no mercado externo. Entre os competidores do Brasil em geral e de Pernambuco em particular, se encontravam países coloniais, como a Indonésia, dominada pela Holanda, Guadalupe e Martinica, dominadas pela França, além de países independentes mas localizados nas proximidades dos grandes consumidores, como Cuba e a República Dominicana, perto dos Estados Unidos e cujos grandes engenhos eram de propriedade de cidadãos americanos.

No Brasil havia uma grande disputa entre o Nordeste e o Rio de Janeiro pelo mercado de São Paulo, em expansão.¹⁰⁶ São Paulo, mesmo no auge da sua produção cafeeira tinha uma produção de açúcar sempre em crescimento.

104) ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 1986. p. 212-218. p. 91-112.

105) FACTOS e Cifras. O Governo de Pernambuco. 1904-1908. Recife : Tipografia do Jornal do Comércio, 1908. p. 17-35.

106) ANDRADE, Manuel Correia de. **História das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. Recife : Massangana, 1989. p. 17-53.

Para Pernambuco o problema do açúcar era crucial, tanto assim, que nos fins do século XIX e na primeira metade do século XX, o Governo do Estado baixou uma série de medidas tentando favorecer a produção açucareira. Em 1898, a Lei nº 293, de 09 de maio, estabelecia que o prazo de um ano, concedido para a amortização do capital devido pelos concessionários (usineiros), seria prorrogado por cinco anos, mas estabelecia sanções para os que não pagassem os juros nos prazos determinados, além da fiscalização das usinas por parte do Governo. No Governo Segismundo Gonçalves foi sancionada a Lei nº 774, de 22 de dezembro de 1905, que estabelecia o pagamento do imposto no valor de 7% para o açúcar exportado para outros estados e a isenção do exportado para o exterior. Em 19 de novembro de 1906, a Lei nº 204, isentava de impostos o açúcar exportado para o estrangeiro e dava 30% de abatimento na tarifa do Canal de Goiana ao açúcar embarcado por aquele porto.

Em 1919, pela Lei nº 1.108, foi autorizado a alienar a Usina Frei Caneca, construída no fim do século passado para financiar a então Colônia Izabel,¹⁰⁷ mas que vinha dando prejuízos ao Estado quando explorada diretamente ou por arrendatários. Em 2 de junho de 1922, o Governo foi autorizado, pela Lei nº 1501, a “dispensar ou diminuir” o imposto de exportação sobre qualquer tipo de açúcar até o limite de 300.000 sacos.

No Governo Sérgio Loreto o Estado foi autorizado, pela Lei nº 1587, de 29 de maio de 1923, a instalar um “gabinete para exame de polarização do açúcar” que era para proceder ao exame da mercadoria, tendo o Governo direito a uma porcentagem, passando os emolumentos a ser integrados à renda do Estado.

A Revolução de Trinta ocorreu em um período de forte recessão, conseqüente da quebra da Bolsa de New York, no ano anterior. Um produto como o açúcar, que atravessava um período crítico desde os meados dos anos Vinte, passou a ser uma preocupação ainda maior para o Governo Revolucionário, que criou a Comissão de Defesa do Açúcar e, em seguida, o Instituto do Açúcar e do Alcool. O Interventor Federal em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, co-proprietário da Usina Pedrosa, era, como tal, altamente comprometido com o problema canavieiro. Além da crise externa da indústria — retração do mercado — havia uma crise interna, provocada pela

107) MAIA, Nayala de Souza Ferreira. **Açúcar e Transição Para o Trabalho Livre em Pernambuco: 1874-1904**. Recife: FASA, 1985.

luta entre fornecedores de cana e usineiros, luta que Gileno de Carli chamou de “luta de classes”.¹⁰⁸ Pressionado pelos outros usineiros e pela situação política e econômica que o Estado atravessava, ele baixou o Decreto nº 134, de 16 de maio de 1932, isentando de imposto o açúcar exportado para o exterior e mantendo apenas uma taxa de 100 réis por saco de 60 quilos exportado para outros estados. Este decreto foi reconfirmado por outro, de nº 144, de 1 de agosto do mesmo ano.

A disputa entre fornecedores e usineiros levou o Governo Federal a determinar que os primeiros teriam o direito à extração das notas quinzenais de fornecimento de cana, o que levou o Governo Estadual, premido pela resistência dos industriais e pela pressão dos agricultores, a obrigar os usineiros a fornecerem as mesmas, sob pena de multa, se não cumprissem as determinações legais (Decreto nº 161, de 14 de novembro de 1932).

Em 1933, pelo Decreto nº 179, de 6 de março, o Interventor Federal estabeleceu que o Estado contrataria com um banco o financiamento dos produtores de açúcar na entressafra de 1933/34, a fim de que eles repassassem parte do empréstimo aos fornecedores de cana, deles dependentes, sendo o pagamento do débito feito na época da safra, à proporção que o açúcar fosse sendo comercializado. Estabelecia ainda sanções para os devedores que não cumprissem os compromissos legais.

Em 20 de fevereiro de 1934, pelo Decreto nº 272, estes dispositivos foram renovados para vigorar na entressafra 1934/35. Estes decretos mostram como o Interventor e os usineiros se preparavam para entrar em um sistema de planejamento governamental de controle da agro-indústria açucareira, sistema necessário à sobrevivência da mesma.¹⁰⁹ Essa colaboração continuou, a ponto de em 1935, pelo Decreto de nº 390, de 6 de abril, o Interventor mandar emitir apólices no valor total de cinco mil contos de réis para a instalação de uma destilaria de álcool, no município do Cabo, da qual o Instituto do Açúcar e do Alcool era o maior acionista. Esta quantia era

108) CARLI, Gileno de. **O Processo Histórico da Usina em Pernambuco**. Rio de Janeiro : Pongetti, 1942. p. 49.

109) ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. **O Estado e a Agro-indústria Canavieira no Nordeste Oriental: Modernização e Proletarização**. Recife, 1990. Tese (Doutorado em Geografia — Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) — USP. Mimeografado.

dividida em 5.000 ações no valor de 1.000 réis cada uma e renderia juros de 5% ao ano. Os decretos garantindo o financiamento da empresa continuaram a ser renovados anualmente, mesmo depois da implantação do Estado Novo, sendo estendida a política creditícia aos banqueiros, pelo Decreto-lei 504, de 29 de julho de 1940. No Governo de Agamenon Magalhães, conhecido como muito duro e temido pelos industriais, ficou estabelecido que os usineiros pagariam um imposto ao vender o seu açúcar à Cooperativa e esta um outro ao comercializar o produto. Havia dúvidas quanto à constitucionalidade dessa medida, de vez que estabelecia uma bitributação, mas os usineiros esperaram a queda do Estado Novo, quando derrubaram a medida, através de um mandado de segurança impetrado por um advogado e sócio da usina Catende.

Como se vê, é difícil separar a história de Pernambuco, sobretudo em seus aspectos econômicos e financeiros, da história do açúcar.

Mas, da mesma forma que as relações de impostos e as relações com empresas e empresários foram se transformando através dos tempos, também os governos da Primeira República se viram a braços com uma série de obras custosas mas indispensáveis. Grande parte do orçamento do Estado, nas primeiras décadas do século XX, se destinou à realização das obras do porto, a fim de que os navios viessem a atracar no cais e não ficassem ao largo, onde embarcações menores iam apanhar passageiros e mercadorias, para trazê-los à terra. Nesse período foram feitas também as obras de saneamento do Recife, sob o comando de Saturnino de Brito, diminuindo o perigo das epidemias, e construída a ponte do Pina, permitindo que a cidade se expandisse pela área litorânea ao Sul e fosse construída a Avenida Boa Viagem; prédios como o Palácio do Governo e o Palácio da Justiça foram construídos ou modernizados, abertas grandes avenidas no Bairro do Recife e implantado o serviço de bondes elétricos, aproximando arrabaldes e bairros do centro da cidade. Para fazer face a todas essas modificações o Estado contou sempre com o setor fazendário, ora representado por uma Secretaria autônoma, ora por duas repartições dependentes da Secretaria Geral do Estado — a Recbedoria e o Tesouro — para prover os recursos necessários à realização dessas obras.

Para atender à dinamização da vida estadual, os governos tiveram que mudar as estruturas da Secretaria da Fazenda e a distribuição de coletorias (hoje Agências da Receita Estadual).

A Secretaria de Finanças, criada em 1891, pelo Governador José Antônio Correia da Silva, em face de dispositivos constitucionais, funcionou de forma precária e provisória em vários períodos, e muitos governadores preferiram ter um Secretário geral que supervisionasse todo o serviço público. Em 1913 o Gal. Dantas Barreto resolveu dissolver a Secretaria Geral e dividi-la em duas outras, a de Indústria, Obras Públicas, Agricultura, Comércio e Higiene e a de Justiça, Instrução Pública e Fazenda, que foram extintas, dois anos depois, por Manoel Borba, a título de economia. Sérgio Loreto, em 16 de janeiro de 1924, diante do acúmulo de serviços que tornavam ineficiente a Secretaria Geral, dividiu a mesma em três secretarias, a da Fazenda, que confiou a José Goes Cavalcanti, a da Justiça e Instrução Pública, confiada ao jornalista Aníbal Fernandes e a da Agricultura, Comércio e Indústria, confiada ao empresário Samuel Hardmann. O expediente de diversos departamentos foi centralizado em uma Secção Central, submetida diretamente ao Governador.¹¹⁰ José de Goes Cavalcanti era funcionário fazendário, tendo trabalhado no Tesouro do Estado e, antes de assumir a Secretaria, fora administrador da Receita. A partir daí, a Secretaria continuou a funcionar ininterruptamente até os dias de hoje, embora no Governo Lima Cavalcanti a ela tenha sido acrescentada, por algum tempo, outros setores administrativos.

Vitoriosa a Revolução de Trinta, começou a caça às bruxas e a redução de despesas. Carlos de Lima Cavalcanti, pouco experiente como administrador, ao iniciar a sua gestão reuniu à Fazenda os encargos com Agricultura e Obras Públicas, pelo Ato nº 167, de 6 de novembro de 1930, confiando a mesma a Edgar Teixeira Leite.¹¹¹

Compreendendo que a grande Secretaria não podia funcionar, dela desmembrou, pelo Ato nº 427, de 26 de maio de 1931, uma nova Secretaria de Viação, Obras Públicas e Melhoramentos Municipais. Posteriormente, a Fazenda voltou a centralizar as suas funções específicas. Ao ser instalado o Estado Novo, ela compreendia apenas, fora as atribuições fazendárias, a Administração do Porto e a Imprensa Oficial. No

110) PERNAMBUCO. Governo (1922-1926: Sérgio Loreto). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife: Oficinas Gráficas da Penitenciária, 1924. p. 52.

111) PERNAMBUCO. Governo (1930-1935: Carlos de Lima Cavalcanti). **Mensagem Apresentada à Assembléia Constituinte do Estado de Pernambuco**: Anaes da Assembléia Constituinte. Recife, 1935. p. 39.

Governo revolucionário, graças à assessoria de Francisco d'Auria "foi reformado o Tesouro, que ficou com uma Diretoria Geral a que se ligavam diretamente a Tesouraria, a Pagadoria, o Arquivo e a Portaria e com uma Diretoria da Despesa, uma de Receita, uma Contadoria Geral e uma Procuradoria Fiscal".¹¹²

Pela atitude do Interventor, modificando em seis meses as atribuições das secretarias, vê-se como ele titubeava e estava mal informado a respeito da estrutura administrativa do Estado. E, enquanto isto, a arrecadação caía.

Em 26 de janeiro de 1934, pelo Decreto nº 269, a Interventoria reformava o velho regulamento da Recebedoria do Estado, em vigor desde 1898, e entrava em detalhes sobre os cargos e funções existentes e as formas de atuação para que se maximizasse e se racionalizasse a arrecadação. Entre os cargos destacavam-se os de diretor, chefes de secção, fiscal geral, fiscais de rendas, tesoureiro, fiel de tesoureiro, auxiliar de tesoureiro, recebedores, contabilistas, escriturários, datilógrafos, porteiros, ajudantes de porteiro, fiel de armazéns, arquivista, comandante de oficiais, oficiais, contínuos, encadernador, praticantes, serventes, chefe de guardas, ajudante de chefe de guardas, guardas e fiscais da estatística. Bem diferentes dos cargos hoje existentes.

Pelo Decreto nº 259, de 29 de dezembro de 1933, Lima Cavalcanti criou uma Contadoria Geral do Tesouro do Estado, depois transformada em Contadoria Geral do Estado, no Governo de Agamenon Magalhães, pelo Decreto nº 644, de 23 de agosto de 1941, modificando-se parcialmente as suas atribuições. No afã de modernizar e de atender ao crescimento econômico do Estado, o Interventor Federal fez grandes modificações na Secretaria da Fazenda; pelo Decreto-lei nº 1122, de 3 de março de 1945, estabeleceu as atribuições da Diretoria da Receita, que fora criada em 29 de dezembro de 1933. Cabia a ela fazer a fiscalização da arrecadação no Estado, tanto no interior como na Capital, exercendo, assim, um poder controlador sobre as coletorias e postos fiscais de todo o Estado.

As relações entre a Fazenda e os contribuintes eram muitas vezes conflitantes; para o contribuinte, o imposto era sempre o resultado do poder de coação do Estado, e nem sempre bem aplicado. Sabia-se também da parcialidade que havia na cobrança de impostos e da sonegação generalizada por parte de grandes e poderosos empresários e de pessoas ligadas aos governos. Para aproximar o contribuinte e o fis-

112) Obra citada, pág. 40.

co e dar à função fiscalizadora um aspecto mais pedagógico, de aconselhamento, a Lei nº 809, de 29 de março de 1950, criou o Conselho de Contribuintes, composto por sete membros, sendo quatro representantes da Fazenda, um representante da Associação Comercial, um da Federação das Indústrias e um da Sociedade Auxiliadora da Agricultura. O Presidente do Conselho era o próprio Secretário da Fazenda. Dispondo esta de mais da metade dos conselheiros, continuava o Estado a controlar a solução para os problemas que chegassem ao colegiado.

Um outro problema que a Secretaria da Fazenda vem enfrentando até os dias de hoje é o da concentração ou desconcentração da fiscalização, através da criação de inspeções seccionais ou de diretorias regionais. Na realidade, Pernambuco necessita urgentemente de uma análise de seu território e da divisão do mesmo em regiões administrativas que orientem de forma científica a regionalização das ações das várias secretarias de Estado, política que racionalizaria a ação governamental e provocaria uma diminuição de despesas. Os estudos realizados no CONDEPE, no Governo Nilo Coelho, propondo, baseados nas teorias da Polarização, a divisão do Estado em regiões administrativas, não foram aplicados e hoje já estão superados. Entretanto, se retomados, poderiam servir de base a uma política de regionalização que já é adotada em estados mais desenvolvidos, como São Paulo.

Para se ter uma idéia da confusão, quanto à política espacial existente, basta lembrar que em 29 de junho de 1931, o Interventor Federal, ainda com dificuldade de orientação do quadro de arrecadação e sua distribuição pelo território estadual, dividiu o Estado, pelo Ato nº 1069, em 20 circunscrições: Recife, Olinda, Timbaúba, Limoeiro, São Lourenço da Mata, Escada, Barreiros, Palmares, Canhotinho, Garanhuns, Bom Conselho, Morenos, Bezerros, Caruaru, Pesqueira, São José do Egito, Triunfo, Salgueiro, Ouricuri e Petrolina. Determinou que o produto da arrecadação fosse recolhido ao Tesouro, através de sete zonas (Ato nº 1037). Menos de um ano depois, em 1932, Lima Cavalcanti dividiu o Estado em 8 circunscrições (Ato nº 411, de 6 de abril), ficando a primeira na Capital e as 8 restantes em cidades do interior como Olinda, Floresta dos Leões (atual Carpina), Caruaru, Garanhuns, Pesqueira, Salgueiro e Petrolina. Logo em seguida, transformava várias coletorias em sub-coletorias, mantendo em cada uma delas apenas um funcionário, por não darem rendas que justificassem a lotação de dois funcionários (Ato nº 671). Em se-

guida, a 5 de janeiro de 1933 (Ato nº 34) reduzia as inspetorias de rendas do interior a quatro, com sedes, respectivamente, em Limoeiro, Garanhuns, Rio Branco (atual Arcoverde) e Petrolina. Também mantinha um pequeno número de fiscais de renda, sendo quatro lotados no Recife, e suprimiu os cargos de agentes fiscais no interior do Estado, substituindo-os por quatro lugares de inspetores fiscais, perfazendo um total de oito fiscais de renda para todo o Estado.

Em 1934, pelo Ato nº 1086, de 16 de junho, novamente modificava a divisão do Estado, para efeito fiscal, colocando-a sob o controle de 4 circunscrições, localizadas, cada uma delas, em Olinda, Cabo, Caruaru e Alagoa de Baixo (hoje Ser-tânia).

O Governador Lima Cavalcanti, pelo Ato 1508, de 31 de dezembro de 1935, dividiu o Estado em 6 circunscrições com sede em Olinda, Vitória de Santo Antão, Caruaru, Garanhuns, Alagoa de Baixo e Petrolina.

Já Agamenon Magalhães, estabeleceu uma nova distribuição de unidades fiscais (Decreto nº 28, de 3 de janeiro de 1938), dividindo o interior do Estado em 8 circunscrições, sediadas em Olinda, Jaboatão, Limoeiro, Ribeirão, Caruaru, Garanhuns, Rio Branco (Arcoverde) e Vila Belo (atual Serra Talhada). O próprio Agamenon, pelo Decreto nº 448, de 3 de janeiro de 1940, modificaria esta divisão elevando-a para 12 circunscrições, instalando as 9 com sedes em Nazaré da Mata, Escada, Palmares e Canhotinho, e transferindo a sede da de Arcoverde para Pesqueira.

E a contradança das zonas e sedes regionais continuou a tal ponto que em janeiro de 1945 (Decreto nº 1109), o Governo redividiu o Estado em 15 regiões, aumentados depois para 16 no Governo do General Dermerval Peixoto (Decreto nº 1593, de 7 de janeiro de 1947), sendo redistribuídas as sedes das mesmas a 19 de agosto do mesmo ano (Decreto nº 5) por Otávio Correia de Araújo que, como Presidente da Assembléia Legislativa, chefiou o Governo durante a “batalha judicial” travada entre Barbosa Lima Sobrinho e Neto Campelo Júnior. Em 15 de junho de 1955, o Gal. Oswaldo Cordeiro de Farias, num evidente exagero (Decreto nº 274), dividiu o Estado em 41 regiões fiscais, algumas delas compreendendo apenas um município, como ocorreu com Olinda, Limoeiro e Garanhuns, chegando a transformar Caruaru em duas regiões. Era uma balcanização da fiscalização que, naturalmente, iria encarecê-la. E estas ainda seriam aumentadas para 47, pelo Decreto nº 299 de 15 de junho de 1955. Dois anos depois este número

seria elevado, pelo Decreto nº 313, de dois de março de 1957, para 55 regiões, ficando o município de Caruaru dividido em quatro.

Com as eleições de 1958 e a vitória de Cid Sampaio, houve uma expressiva mudança na distribuição das chefias políticas do interior do Estado, com os udenistas substituindo os pessedistas e o Governador, no Decreto nº 457, de 30 de abril de 1959, reduziu o número de regiões para 42.

No ano seguinte Cid Sampaio, pelo Decreto nº 505, de 31 de março de 1960, fez nova redistribuição, dividindo o interior do Estado em quatro Inspetorias Seccionais, com sedes em Paulista, Vitória de Santo Antão, Caruaru e Arcoverde, e em 26 regiões fiscais. Naturalmente que essas reformulações sucessivas, com mudanças a curto prazo, causavam transtornos e desnorteavam a aplicação das leis, prejudicando a Fazenda.

Mas as mudanças continuaram e hoje o Estado está dividido em cinco Departamentos Regionais da Receita (DRR), aglutinando cada um deles várias Agências da Receita do Estado (ARE), as quais, em alguns casos, têm sob sua jurisdição os postos de serviço.

O estudo da nossa História mostra que o país, através dos séculos, vem tendo períodos de desconcentração territorial do poder, aos quais se seguem períodos de concentração. No início da colonização os portugueses dividiram o território conquistado em capitanias hereditárias, separadas administrativa e politicamente umas das outras, esperando que cada uma delas se subordinasse diretamente a Lisboa. Vendo que a dimensão territorial da colônia e a falta de uma população lusitana expressiva não permitiam esta divisão, criou o Governo português, em 1549, um Governo central na Bahia. Mas este Governo teve dificuldades de administrar a colônia como um todo e ela foi dividida três vezes, duas com o Governo ao Norte, em Salvador, e outro ao Sul, no Rio de Janeiro (1572/78 e 1608 a 1612). Em seguida, ela foi dividida em dois estados, o do Brasil, com capital no Rio de Janeiro, e o do Maranhão, com capital inicialmente em São Luís e depois em Belém (1621 a 1774).

Com a Independência e a implantação do Império, o Brasil se organizou como país unitário, tendo as províncias alguma autonomia, após 1834, com o Ato adicional. O desejo de Federação se acentuou nas últimas décadas do século XIX e se concretizou com a Proclamação da República. O princípio federativo foi consagrado pela Constituição de 1891, quan-

do os estados passaram a ter, nominalmente, uma quase soberania. A Revolução de Trinta representou uma tendência à centralização, que se expressou timidamente na Constituição de 1934 e de forma a mais explícita na de 1937. Em 1946 os estados reconquistaram um pouco a sua autonomia, mas, após o golpe militar de 1964, novamente voltou a ser feita a centralização, tanto do ponto de vista político, com as eleições indiretas para governadores, como do ponto de vista da política fiscal. A Constituição de 1967, modificada por Emenda Constitucional em 1969, era profundamente centralizadora, segundo ela os estados se tornavam praticamente meras províncias. Com a Constituição de 1988 os estados readquiriram alguns direitos, mas o sistema fiscal existente e não modificado em profundidade, manteve a dependência dos mesmos ao Poder Central.

A grande arma de centralização financeira foi detonada pela Reforma Tributária de 1966. Ela se inseria no contexto da ideologia do Governo Castelo Branco que, após a derrubada de João Goulart, voltou-se para a economia; visando, inicialmente, combater a inflação, se baseava na ideologia dos economistas monetaristas, como Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões e Delfim Neto e se consubstanciava na Emenda Constitucional nº 18, de outubro de 1965, e na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, conhecida como Código Tributário Nacional.¹¹³

Seus objetivos específicos eram:

- 1 — aumentar a captação de recursos financeiros para os cofres públicos, visando garantir ao Estado condições quer para desempenhar as novas funções que incorporara ao longo do processo. quer para eliminar o déficit público, identificado como uma das principais fontes da inflação;
- 2 — transformar o sistema tributário numa poderosa e eficaz ferramenta capaz de impulsionar, promover e orientar o processo de acumulação”.

113) OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **A Reforma Tributária de 1966 e a Acumulação de Capital no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. p. 48-49.

Entre outros objetivos ela visava:

- 1 — estruturar o sistema de forma a tender às desigualdades regionais;
- 2 — torná-lo progressivo, procurando penalizar os indivíduos de rendas mais elevadas;
- 3 — transferir para a União a competência da cobrança da maioria dos tributos, o que facilitaria o manejo, conforme o interesse do Governo Federal;
- 4 — racionalizar o sistema tributário, aprimorando a arrecadação e generalizando a incidência de alguns impostos;
- 5 — centralizar nas mãos da União as decisões sobre aplicações de recursos estaduais e municipais.¹¹⁴

Com o novo sistema tributário a autonomia estadual e municipal estava completamente anulada, ficando a mesma na dependência do Governo Federal. Se, politicamente ela representava um grande retrocesso, do ponto de vista técnico trazia maior eficiência à política fiscal.

Para alguns especialistas a Reforma Tributária representa um sistema com certa organicidade; a Constituição de 1988 ampliou as disposições constitucionais sobre o Sistema Tributário Nacional, estabelecendo hierarquicamente os impostos a serem cobrados pela União, pelos estados e pelos municípios;¹¹⁵ limitou o poder de tributar e estabeleceu princípios pelos quais a União cobra impostos que são parcialmente repassados aos estados e municípios, da mesma forma que o Estado o faz em relação aos municípios.

Este sistema apresenta vantagens para o poder central porque a União pode controlar a liberação de recursos para o Estado e este para os municípios; em contrapartida, porém, onera a unidade político-administrativa que cobra o imposto, de vez que fica com as despesas de fiscalização e arrecadação, enquanto a que recebe obtém recursos sem fazer a menor despesa.

Uma das inovações foi a extinção do velho Imposto de Indústria e Profissão e a sua substituição pelo de Circulação de Mercadorias (ICM), transformado pela Constituição de 1988

114) Oliveira Fabricio Augusto — Obra citada, pág. 49.

115) NOGUEIRA, Rui Barbosa. **Curso de Direito Tributário**. 10. ed. São Paulo : Saraiva, 1990. p. 121-142.

em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMs), inspirado no direito francês. Este imposto criou traumas e discussões porque, sendo pago em sua maior porção ao Estado produtor, beneficiou sobretudo aqueles que são desenvolvidos, industrializados, contra os subdesenvolvidos, contribuindo para acentuar os desequilíbrios de desenvolvimento regional. Também fez renascer, de forma mais moderna, o problema das fronteiras, de vez que alguns estados, para captar rendas, podem oferecer vantagens a produtores de estados vizinhos que tentam mudar a indicação do local de produção. Surgem, assim, rivalidades entre estados. Até certo ponto, faz renascer a política que dominou na Primeira República, quando havia verdadeiras “alfândegas” nas fronteiras estaduais, e provocou a criação de uma imensa quantidade de postos fiscais fronteiriços. (Tabela nº I)

O problema fronteiriço era de tal importância que o Estado tinha, em 1931, cerca de 83 postos fiscais, dependentes de coletorias do interior, distribuídos da forma seguinte:

TABELA Nº I
COLETORIAS E POSTOS FISCAIS EXISTENTES

COLETORIAS	POSTOS FISCAIS
Água Preta	Campos Frios e Sertãozinho
Ángelim	Palmeira e Jupí
Águas Belas	Pau Ferro e Mocambo
Alagoa de Baixo (Sertânia)	Pernambuquinho
Afogados da Ingazeira	Espírito Santo, Macacos e Bom Jesus
Barreiros	São José da Coroa Grande e Muitas Cabras
Brejo	Jatobá
Bom Conselho	Caldeirões
Belmonte	Santa Cruz e Toca
Boa Vista	Inhanhuns, Barro Alto e Cana Fístula
Belém (Belém do São Francisco)	Porto da Barra e Flores
Barra de São Pedro	Quaimadas
Canhotinho	Paquevira e Tipi
Cabrobó	Ipó e Orocó

COLETORIAS	POSTOS FISCAIS
Correntes	Boa Ventura, Lagoa do Ouro e Mendes
Exu	Tabocas, Carrancudo e Genipapinho
Floresta	Itacuruba
Flores	Galego e Lagoa do Cruz
Goiana	Goiana
Granito	Bodocó e Cachoeira
Itambé	Camutanga, Serrinha e Oratório
Leopoldina (Parnamirim)	Ipoeiras
Moxotó (Ipubi)	Espírito Santo e Mariana
Ouricuri	Serra Branca e Santa Cruz
Pesqueira	Poções
Petrolina	Cinco postos distribuídos à margem do rio S. Francisco e um em Cachoeira do Roberto
Queimadas (Orobó)	Matinadas, Umbuzeiro, Chã do Rocha e Chã do Jucá
Quipapá	São Benedito
Rio Branco (Arcoverde)	Malhadas e Ipojuca
Surubim	Casinhas e Vertentes do Leryo
São Vicente	Pirauá, Poço Comprido e São José do Siriji
São José do Egito	Humaitá, Tigre, Umburanas e São Vicente
Salgueiro	Lagoa, Bezerra e Serrinha
São Gonçalo (Araripina)	Pitombeira e Samambaia
Timbaúba	Cidade, Rosa e Silva e São José
Triunfo	Jericó
Taquaritinga do Norte	Gravatá do Jaburu e Santa Cruz
Tacaratu	Jatobá e Moxotó
Vila Bela (Serra Talhada)	Água Branca
Vertentes	Santa Maria

FONTE: Ato nº 1279, de 14 de setembro de 1931, do Governo do Estado.

A promulgação da Reforma Tributária Nacional teria, naturalmente, grande repercussão na política fazendária do Governo do Estado, tornando necessárias modificações no Código Tributário Estadual que vigorava com uma série de modificações desde a sua promulgação pela Lei nº 2617, de 27 de novembro de 1956.

As numerosas leis modificadoras eram tentativas de adaptar a legislação estadual às determinações federais, destacando-se, entre elas, as que determinavam a aplicação da correção monetária aos débitos para com o fisco, Leis nºs. 5534, de 26 de abril, e 5599, de 23 de novembro de 1964.¹¹⁶

Para compatibilizar a política fazendária do Estado com a da União, tornava-se necessário fazer também alterações profundas na própria organização da Secretaria da Fazenda, e esta tarefa coube ao Bel. Oswaldo Coelho, um Secretário forte, tanto por sua personalidade como por ser irmão do Governador Nilo Coelho, que o ouvia muito. Foi ele quem realizou a grande reforma, ainda hoje elogiada pelos que trabalham e trabalharam na Fazenda, e que é chamada, carinhosamente, de “Oswaldão”. Esta reforma que se concretizou através do Decreto nº 1878, de 31 de dezembro de 1969, compreende 352 artigos e detalha os vários departamentos da Secretaria e suas funções. Por ela a estrutura da Secretaria compreende um Gabinete do Secretário, uma Assessoria Técnica de Programação, uma Assessoria Jurídica, uma Procuradoria Geral da Fazenda, o Conselho de Recursos Fiscais, a Auditoria Fiscal, a Diretoria Geral da Receita, a Diretoria Geral das Finanças e a Diretoria Geral de Administração (art. 6).

A competência da Secretaria da Fazenda se externava através de uma série de atividades (art. 2), como se pode observar abaixo:

- 1 — executar e controlar a programação financeira do Estado;
- 2 — arrecadar a receita pública estadual;
- 3 — executar os serviços de contabilidade geral do Estado;
- 4 — estudar, propor e implantar medidas, tendo em vista o aperfeiçoamento da administração financeira do Estado;
- 5 — cumprir e fazer cumprir, na esfera administrativa, as normas da legislação tributária, financeira e de contabilidade pública;

116) CÓDIGO Tributário do Estado de Pernambuco. 2 ed. Recife: Departamento Gráfico do Jornal do Comércio, 1966.

- 6 — apresentar ao órgão competente e no tempo oportuno, estimativa de receita para o exercício financeiro seguinte;
- 7 — opinar sobre a abertura de créditos adicionais, quanto à existência de recursos disponíveis para ocorrer as despesas.

O problema da remuneração dos fiscais foi estabelecido através de um processo de gratificação de produtividade pelo qual o fiscal poderia atingir, conforme sua produção, uma gratificação de até 100% do seu respectivo vencimento (Decreto nº 2783, de 1 de março de 1973), tentando corrigir os danos causados pela retirada do sistema de quota-parte, que era um grande estímulo ao trabalho do fiscal.

O Decreto nº 3512, de 25 de março de 1975, dispõe sobre o Centro de Orientação ao Contribuinte da Secretaria da Fazenda, criado em 1971, e que tem uma grande importância para o auxílio à arrecadação, de vez que procura atenuar a aversão ao pagamento do imposto, encarado como uma imposição, dando a imagem de que ele é uma contribuição ao Estado, que o devolve sob a forma de serviços que beneficiam o contribuinte. No mesmo ano, pelo Decreto nº 3533, de 30 de abril, foi criado o Conselho de Programação Financeira do Governo do Estado de Pernambuco, visando integrar o mesmo, mais solidamente, a uma política de planejamento e de equilíbrio financeiro.

Em 6 de junho de 1977, foi criado, pelo Decreto nº 4531, a Assessoria de Coordenação para Assuntos Tributários Municipais, e a 29 de dezembro, do mesmo ano, foi reestruturada e modificada a estrutura administrativa da Procuradoria Fiscal do Estado (Decreto nº 4874).

A estrutura da Secretaria da Fazenda foi modificada pelo Decreto nº 6234 de 04 de janeiro de 1980, procurando adaptá-la às necessidades surgidas no período, de uma forma global, mas não impediu que, com freqüência, órgãos e departamentos da Secretaria sofressem reestruturação.

Da maior importância foi a criação do Instituto de Administração Fazendária, determinado pelo Decreto nº 11.672, de 31 de julho de 1986, no Governo Gustavo Krause, que seria organizado no Governo Miguel Arraes e implantado no de Carlos Wilson Campos. Essa instituição se destina a preparar e atualizar os quadros técnicos da Secretaria da Fazenda, fazendo com que a eficiência dos mesmos seja mantida e reconhecida.

Uma grande conquista do seu corpo técnico foi alcançada com a Lei nº 9923, de 05 de dezembro de 1968, que consolidou o Quadro Funcional, com o nome de Auditoria do Tesouro Estadual, compreendendo três cargos básicos: Auditor do Tesouro Estadual, Auditor Auxiliar do Tesouro Estadual e Agente de Administração Fiscal, os primeiros a serem ocupados exclusivamente por portadores de título superior. Esta estrutura ainda se encontra em vigor.

Com a evolução do processo econômico e, conseqüentemente, do fiscal, o Governo Estadual resolveu redistribuir as antigas coletorias, chamadas agora de Agências de Receita Estadual, apenas pelos municípios de maior arrecadação, deixando nos outros apenas postos de serviços dependentes das AREs. Isto porque, o BANDEPE, com uma rede de agências distribuída por todo o território estadual, passou a ter uma grande participação na arrecadação dos impostos e no pagamento do funcionalismo, sendo suficiente, em algumas comunidades, a permanência de um funcionário, muitas vezes na própria sede do banco. Desta forma, pela Portaria SF nº 474, de 23 de novembro de 1989, ficaram as AREs e os Postos de Serviço assim distribuídos no interior do Estado (Tabela nº II). O Estado estava dividido em cinco DRR cada um deles compreendendo várias AREs e estas tendo jurisdição sobre alguns Postos de Serviço.

TABELA Nº II

DRR	Diretoria Regional de Receita	ARE — Agência de Receita Estadual	Posto de Serviço
I	— Recife	São José Boa Viagem Encruzilhada Caxangá	
II		Barreiros Cabo Carpina Catende Escada Goiana Jaboatão dos Guararapes Nazaré da Mata	Rio Formoso Ipojuca e Sirinhaém Paudalho Maraial e Quipapá Amaraji Itambé Moreno Vicência

DRR	Diretoria Regional de Receita	ARE — Agência de Receita Estadual	Posto de Serviço
		Palmares	Água Preta
		Ribeirão	Cortês
		Timbaúba	Aliança e Macapárana
		Vitória de Stº Antão	Glória de Goitá
III	Belo Jardim		São Bento do Una
	Bonito		Camocim de São Félix e São Joaquim do Monte
	Caruaru		Agrestina, Brejo da Madre Deus e São Caetano
	Garanhuns		Canhotinho, Angelim, Capoeiras, Lagoa do Ouro e Correntes
	Lajedo		Cachoeirinha
	Sta. Cruz do Capibaribe		Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes
	Surubim		Bom Jardim e João Alfredo
IV	Afogados da Ingazeira		Tabira
	Arcoverde		Buíque, Pedra, Venturosa e Ibimirim
	Custódia		Betânia
	Pesqueira		Alagoinha, Poção e Sanharó
	Petrolândia		Tacaratu
	São José do Egito		Brejinho, Itapetim e Tuparetama
	Serra Talhada		Flores, Mirandiba, São José do Belmonte e Triunfo.
V	Araripina		Teresinha
	Ouricuri		Bodocó
	Salgueiro		Cedro, Serrita e Parnamirim

FONTE: Portarias SF nºs. 474, 527, 534 e 56 de, respectivamente, 23.11.89, 30.11.89, 06.12.90 e 14.02.90.

DRR	Diretoria Regional de Receita	ARE — Agência de Receita Estadual	Posto de Serviço
		Palmares	Água Preta
		Ribeirão	Cortês
		Timbaúba	Aliança e Macapárana
		Vitória de Stº Antão	Glória de Goitá
III	Belo Jardim		São Bento do Una
	Bonito		Camocim de São Félix e São Joaquim do Monte
	Caruaru		Agrestina, Brejo da Madre Deus e São Caetano
	Garanhuns		Canhotinho, Angelim, Capoeiras, Lagoa do Ouro e Correntes
	Lajedo		Cachoeirinha
	Sta. Cruz do Capibaribe		Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes
	Surubim		Bom Jardim e João Alfredo
IV	Afogados da Ingazeira		Tabira
	Arcoverde		Buíque, Pedra, Venturosa e Ibimirim
	Custódia		Betânia
	Pesqueira		Alagoinha, Poção e Sanharó
	Petrolândia		Tacaratu
	São José do Egito		Brejinho, Itapetim e Tuparetama
	Serra Talhada		Flores, Mirandiba, São José do Belmonte e Triunfo.
V	Araripina		Teresinha
	Ouricuri		Bodocó
	Salgueiro		Cedro, Serrita e Parnamirim

FONTE: Portarias SF nºs. 474, 527, 534 e 56 de, respectivamente, 23.11.89, 30.11.89, 06.12.90 e 14.02.90.

Analisando-se a tabela, observa-se que em numerosos municípios a Fazenda não necessita ter presença direta, utilizando as agências do BANDEPÉ para os serviços de arrecadação e pagamento e que, em numerosos outros, ela necessita, para executar as suas tarefas, de manter um pequeno Posto de Serviço. Com o avanço da informática, ela poderá reduzir muito mais as agências de receita estadual e os postos de serviços, utilizando mais intensamente a rede bancária.

Em 15 de maio de 1990, pelo Decreto nº 14.354, o Governo do Estado modificou o Conselho de Programação Financeira do Estado de Pernambuco, criado em 1975, passando o mesmo a ser composto pelos secretários da Fazenda, do Planejamento, da Administração, de Assuntos da Casa Civil do Trabalho e Ação Social e do Governo.

Pela análise do processo de mudança, que é uma constante na arrecadação das rendas e na legislação específica, observa-se que a Secretaria da Fazenda necessita ser um órgão dinâmico, capaz de reagir às transformações econômicas e políticas que se operam, para poder modernizar a fiscalização tanto dos pequenos e médios contribuintes como dos grandes. Daí necessitar possuir um corpo de auditores e agentes que não se deixe esclerosar e que esteja sempre aberto à atualização e à especialização, a fim de que possa corresponder às suas responsabilidades para com o Estado e a sociedade. As mudanças de estrutura, as medidas de reforma que estão sendo sempre reclamadas, necessitam ser planejadas com uma certa antecedência para que, através de estudos de prospectiva, se possa prever e preparar as direções que devem ser dadas às mudanças que se façam necessárias. Daí a necessidade de se proporcionar aos funcionários especializados, condições de trabalho para que se sintam estimulados a uma ação de fiscalização e de cooperação com o público, que garanta ao Estado um crescimento da receita sem prejudicar o desenvolvimento da economia e contribua para o bem-estar da sociedade.

2 FISCO, CULTURA E ARTE

2.1 ARQUITETURA “REVOLUCIONÁRIA” NO CAMPO DAS PRINCESAS

Muitas discussões foram travadas em torno da construção do edifício da Secretaria da Fazenda, na esquina da rua do Imperador com a Praça da República, foi motivo de polêmica na imprensa e no próprio Governo, repercutindo entre a população recifense. É que o projeto, elaborado pelo arquiteto Fernando Saturnino de Brito, em linhas modernas, dentro das concepções de Le Corbusier, e difundidas no Brasil por Oscar Niemayer e Lúcio Costa, homens de posições políticas esquerdistas, era encarado como uma concessão ao pensamento esquerdista. Esqueciam-se os polêmicos acusadores que, até então, a União Soviética não aceitara a arquitetura moderna, optando pela construção de enormes edifícios de forma quadrangular, que ainda hoje dominam em suas grandes cidades, como Moscou, Leningrado e tantas outras.

O problema político era, então, muito forte: cinco anos antes, em 1935, ocorrera a rebelião da Aliança Nacional Libertadora, sob liderança de jovens oficiais e sargentos, tendo havido combates em vários pontos do Recife. Ela justificara uma repressão violenta, com a prisão não só dos que combateram como também de secretários de Estado, médicos, advogados, professores, funcionários públicos, empregados do comércio, operários, etc. E esta reação se institucionalizara em 1937,

com o golpe de Estado que gerou o Estado Novo. Em vista disso, havia se formado na opinião pública um forte sentimento anti-comunista e todos temiam dar a entender que tivessem qualquer simpatia por idéias e coisas que indicassem influência bolchevista.

Só pessoas mais cultas e abertas a inovações, que tivessem posições políticas mais conservadoras ou uma sólida posição política, tinham coragem de se manifestar favoravelmente ao projeto, sem receio de se comprometerem. Mas o projeto foi aceito pelo próprio Interventor, Agamenon Magalhães, homem de fortes posições conservadoras, corporativista que, além de aceitá-lo, deu força ao seu Secretário da Fazenda, José Maciel, para efetivá-lo.

Muita gente acostumada com as construções antigas, com velhos edifícios neo-clássicos, dificilmente se conformava com a construção de prédios sobre pilotis e com excesso de vidros que caracterizam os edifícios planejados por Niemeyer, como o do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, que serviu, até certo ponto, de modelo para o projeto de Fernando Saturnino de Brito. Entre arquitetos e engenheiros jovens de Pernambuco a idéia de se introduzir uma moderna arquitetura já se difundira, não só através de leituras, de visitas ao Rio de Janeiro, como também em consequência de uma discutida construção, no Alto da Sé, em Olinda, de uma monumental caixa d'água revestida externamente de blocos de combogó. Esta caixa d'água havia sido construída por dois engenheiros que comandariam, do ponto de vista técnico, a construção do edifício da Fazenda — Antônio Bezerra Baltar e Airton da Costa Carvalho. Na fase modernizante do Governo Lima Cavalcanti, a idéia fora difundida pela Diretoria de Arquitetura e Urbanismo, dirigida por um arquiteto mineiro, Luís Luna, e fora praticamente desativada na fase de terror político que dominou o Estado, após a rebelião de novembro de 1935.

Na verdade, o prédio iria destoar da velha arquitetura da Praça da República que era cercada por edifícios nobres e pesados, construídos em linhas arquitetônicas diversas, tendentes ao estilo clássico e, às vezes, greco-romano. A praça, bastante ampla, era margeada ao norte pelo velho Palácio do Governo, construído em 1840 por Rego Barros e reconstruído e ampliado no início da década de Vinte, no Governo do Cel. José Rufino Bezerra Cavalcanti;¹ ao oeste encontrava-se o

1) MENEZES, José Maria Mota, **Palácio do Campos das Princesas**. Recife: Pool Ed., 1986. p. 21.

Teatro de Santa Izabel, projetado e construído pelo engenheiro francês Louis Leger Vauthier,² trazido para Pernambuco como chefe de uma equipe de engenheiros franceses, no Governo do Conde da Boa Vista; ao sudoeste encontrava-se o edifício do Liceu de Artes e Ofícios, construção da segunda metade do século XIX; ao sul pelo suntuoso Palácio da Justiça, construído em linhas clássicas greco-romanas, nos governos de Sérgio Loreto e Estácio Coimbra, de 1924 a 1930, baseado em projeto do arquiteto italiano Giacomo Palumbo;³ e a leste pelo velho prédio do Tesouro do Estado, que seria demolido. Entre a rua do Imperador e o Capibaribe se encontrava velho prédio onde funcionara a Biblioteca Pública e o Tribunal de Relação, que seria demolido para ceder espaço à nova Secretaria da Fazenda.

A Secretaria da Fazenda tinha uma grande importância, em vista do crescimento econômico do Estado e da sua intervenção cada vez maior na economia; o funcionamento, porém, era prejudicado pelo fato de as repartições que a compunham não estarem concentradas em um único ponto, mas dispersas em diversos prédios. Isto fazia com que se tornasse necessário construir uma ampla sede para o seu funcionamento. Para empreender esta construção era indispensável conseguir os recursos necessários e se tomar uma decisão política firme, capaz de contrariar fortes interesses, o que veio a ocorrer na Interventoria de Agamenon Magalhães.

Agamenon Magalhães assumira a Interventoria em Pernambuco com poderes ditatoriais, disposto a imprimir uma linha política de acordo com a Constituição de 1937 e a enfrentar os velhos grupos dominantes. Até o Sindicato dos Usineiros de Pernambuco, que apoiara Lima Cavalcanti por ocasião da cisão do Partido Social Democrático, se curvou perante ele, de vez que José Pessoa de Queiroz renunciou à Presidência, sendo substituído por Luís Rodolfo Araújo.⁴ A maioria dos companheiros que o seguiu no rompimento não recebeu o que esperava, tendo ele composto o secretariado principalmente com jovens congregados marianos que o seguiriam politicamente até a sua morte. Apesar desta fidelidade, a in-

2) FREYRE Gilberto. **Um Engenheiro Francês no Brasil**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1940.

3) MENEZES, José Maria Mota; REINAUX, Maurício. **O Palácio da Justiça**. Recife : Comunicarte, 1990. p. 49.

4) PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife : Massangana, 1984. p. 48.

fluência dos jovens secretários foi limitada, face à força de comando e à autoridade exercida pelo Interventor.

Ao iniciar o Governo, desenvolveu grande repressão contra todos aqueles que não se mostraram favoráveis ao Estado Novo, fundou um jornal para o qual escrevia diariamente, determinou a fundação de cooperativas e criou, dependente da Secretaria da Fazenda, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (IPSEP), nos moldes do IPASE (Decreto nº 124, de 4 de junho de 1938). Com a criação deste Instituto ele eliminou o velho Montepio dos Servidores do Estado e várias instituições que emprestavam dinheiro a funcionários e pagavam pecúlio por ocasião da morte de associados.⁵

O IPSEP foi criado em 1938 e entregou a Edgar Moury Fernandes, líder sindical forjado nas lutas classistas da década de Vinte e que se destacara na Revolução de Trinta, trazendo o apoio da linha azul — funcionários da Pernambuco Tramways — ao movimento. Edgar Moury Fernandes ocupara os espaços político-sindicais ocupados anteriormente e por Joaquim Pimenta em uma ocasião desfavorável aos líderes comunistas e anarquistas. Com o Estado Novo e a ligação com Agamenon Magalhães, seu prestígio se consolidou até a década de Sessenta.⁶

Como presidente da instituição previdenciária, ele necessitou do assessoramento de um técnico em ciências atuariais, profissional que tivesse sólidos conhecimentos de matemática, de estatística e de demografia, tendo escolhido para esta função o jovem engenheiro Antônio Baltar. O IPSEP arrecadava as contribuições dos servidores do Estado e deveria aplicar o capital na construção de casas para os mesmos, assim como em assistência médica e no pagamento de pensões e aposentadorias. Tendo poucos compromissos nos primeiros anos de atuação, acumulou um grande capital que necessitava ser empregado a juros elevados. Como havia necessidade de se construir o edifício da Fazenda e o IPSEP, autarquia subordinada à mesma, dispunha de recursos, foi fácil determinar que esta financiaria a obra, recebendo juros de 10% ao ano. Decidida a questão, determinou Agamenon que Baltar viabilizasse as medidas iniciais.

Daí a encomenda do projeto a Fernando Saturnino de Brito e a solicitação ao engenheiro Joaquim Cardoso para que

5) Entrevista de Antônio Baltar. Inédita.

6) Entrevista de Edgar Moury Fernandes. Inédita. CEHIBRA/INDOC/FUNDAJ.

fizesse os cálculos necessários à construção. Esta encomenda ocorreria poucos anos depois de Joaquim Cardoso haver sido demitido do Estado, a bem do serviço público, por fazer um discurso de paraninfo, em 1939, que desagradou ao então secretário de Viação e Obras Públicas. Agamenon absorveu o projeto, apoiou o Secretário José Maciel, frente às críticas levantadas, apresentando a maquete do prédio em solenidade no Grande Hotel. Daí em diante, depois do apoio explícito do Interventor, quem iria mais afirmar que a arquitetura do mesmo sofria influência bolchevista?

A construção foi iniciada em 1941 e logo enfrentaria problemas de falta de materiais devido à guerra e à consequente deficiência dos transportes marítimos. Aberta a concorrência, foi vitoriosa a firma carioca B. Dutra Cia. Ltda. que venceu a numerosas correntes. Ao mesmo tempo, Fernando Saturnino de Brito organizou um escritório técnico para acompanhar a construção, do qual participavam técnicos de idéias renovadoras como Hélio Feijó, José Norberto de Castro e Silva, Jaime Coutinho e Glauce Estelita.⁷ O acompanhamento da construção foi feita, na parte inicial, por Antônio Baltar, e na parte final por Airton Carvalho.

O local escolhido para construção do prédio foi o extremo norte da rua do Imperador, em frente à parte lateral do Palácio da Justiça, tendo sido demolido o velho prédio da Fazenda e outros imóveis que lhe eram contíguos, como os 167 e 183 da rua do Imperador.⁸ A desorganização da navegação de cabotagem, porém, criou problemas para o transporte de materiais de construção mais nobres, forçando os construtores a reduzir as compras no Rio e em São Paulo e a desenvolver a criatividade, fazendo pequenas alterações no projeto original e substituindo certos materiais por outros mais acessíveis. Assim, a área em vidro do frontispício foi diminuída com a colocação de janelas e em alguns trechos foram colocados blocos de combogó.

O combogó, que já fora utilizado em larga escala na Caixa D'água de Olinda, teria grande difusão com a expansão da arquitetura moderna. Ele fora inventado e patenteado entre 1929 e 1930 para utilização em paredes dobradas, sendo concebido no ano seguinte um bloco liso e mais largo para uso em paredes singelas. Ele fora idealizado pelos engenhei-

7) BALTAR, Antonio Bezerra. História Fazendária Está Viva no Depoimento de Baltar, **Fisco & Finanças**, Recife, a. 3, n. 12, p. 33-34, jul./set. 1982.

8) Entrevista do Dr. José do Rego Maciel. Inédita.

ros Amadeu Coimbra, Ernest August Boeckmann e Antônio Góis, sendo o nome combogó originário das sílabas dos nomes de seus inventores.⁹ Inicialmente era chamado de cobogó.

O prédio sobre pilotis, no centro da cidade, foi se erguendo, apesar dos percalços, e dando uma sensação do novo, de impacto aos que transitavam pela rua do Imperador e pelo Campo das Princesas. Suas semelhanças e diferenças com o Ministério da Educação, então olhado como paradigma de arquitetura moderna no Brasil, levantaram interrogações e debates. Assim, o arquiteto Goodmann, Diretor do Museu de Arte Moderna de New York, estudioso da arquitetura brasileira e de sua história, desde o colonial até a moderna, perguntou a Antônio Baltar por que, diferentemente do Ministério da Educação, o da Secretaria da Fazenda, não tinha um para-sol. Baltar, demonstrando as preocupações ecológicas e climáticas entre engenheiros e arquitetos da Diretoria de Arquitetura e Urbanismo, informou que “havia uma diferença de latitude entre o Recife e o Rio de Janeiro e que a insolação do Recife não precisava de quebra-sol como a do Rio, além disso havia uma circunstância especial e que nem todo mundo sabia, a de que no Recife havia uma coincidência muito grande entre a direção do vento e a posição de onde vinha o Sol. Durante os três meses de verão o Sol se levanta ao sudeste e se projeta mais na fachada meridional e menos na setentrional, ficando o vento soprando do nordeste, quando a fachada ensolarada não é entrada de ar; quando o Sol passa a nascer no nordeste o vento sopra do sudeste, se repetindo o mesmo fenômeno, a fachada que é ensolarada não é entrada de ar e sim, ao contrário, saída; sendo assim, o para-sol é absolutamente desnecessário”.¹⁰

Concluindo o prédio, em 1945, graças à dedicação de técnicos, funcionários e operários e ao apoio decidido e permanente do Interventor e do Secretário da Fazenda, passou a equipe a atuar na contratação de firmas que confeccionassem os móveis. Estes teriam que ser modernos, para não destoar do prédio, fortes e funcionais e no Recife não havia muitas firmas capazes de atender à solicitação em tempo recorde. A concorrência foi ganha por duas grandes empresas fabricantes de móveis, instaladas no Recife: a Casa Holanda, de Se-

9) COMBOGÓ: Uma Invenção Pernambucana. Fisco & Finanças, Recife, a.3, n. 12, p. 34, jul./set. 1982.

10) Antônio Bezerra Baltar. Entrevista inédita.

bastião de Holanda, e a Serraria São Geraldo, do grupo Peri Lemos. Uma ficou com a produção dos móveis padronizados, como os seiscentos birôs, e a outra com os móveis mais artísticos, como os balcões e armários. Inaugurado o prédio, foram instaladas no mesmo todas as repartições fazendárias, ficando dois andares para o IPSEP, que então era dependente da Secretaria. De lá ele só sairia anos depois, para prédio próprio, construído na rua do Sol.

O interesse e a importância do prédio como marco da arquitetura moderna é tal que ao escrever livro sobre a arquitetura brasileira, o americano Goodmann o destaca, ao lado de outros edifícios brasileiros, expondo fotografias as mais expressivas e afirmando “enquanto o resto do mundo dormia o Brasil estava construindo”.¹¹

Hoje, o prédio, marco da arquitetura moderna no Recife, está enriquecido com cinco painéis de Cícero Dias, o grande pintor pernambucano radicado em Paris, enriquecendo-o e transformando-o em um verdadeiro monumento que deve ser utilizado como ponto de atração para um turismo de nível cultural mais elevado; utilização que não criará problemas ao funcionamento das repartições fazendárias.

E o edifício da Fazenda dá à Praça da República, ou, mais românticamente, ao Campo das Princesas, um charme muito grande, fazendo contrastar as suas linhas modernas com as linhas greco-romanas do Palácio da Justiça, com os toques franceses do Teatro Santa Izabel e com os estilos indefinidos do Palácio do Governo e do Liceu de Artes e Ofícios. Não será que na praça histórica se pode vislumbrar um esboço da história da arquitetura brasileira?

A importância do prédio é de tal ordem que o poeta maior, João Cabral de Melo Neto dedicou a Baltar, como um dos responsáveis pelo mesmo significativo poema:

“A lua, o sol, o ar livre
envolvem o sonho do engenheiro.
O engenheiro sonha coisas claras:
superfícies, tênis, um copo de água.

O lápis, o esquadro, o papel;
o desenho, o projeto, o número;
o engenheiro pensa o mundo justo,
mundo que nenhum véu encobre.

11) Antônio Bezerra Baltar. Entrevista inédita.

(Em certas tardes nós subíamos
ao edifício. A cidade diária,
com o jornal que todos liam,
ganhava um pulmão de cimento e vidro)

A água, o vento, a claridade
de um lado o rio, no alto as nuvens,
situavam na natureza o edifício
crescendo de suas forças simples.”

2.2 PASSAGEM DE CICERO DIAS

O prédio da Secretaria da Fazenda, construído de 01 de setembro de 1941 a 03 de dezembro de 1944, seria enriquecido, em 1948, com a pintura de nove murais do pintor Cícero Dias. A importância destes murais decorre tanto de sua beleza e de sua autenticidade como da fama e do prestígio do grande pintor pernambucano, radicado em Paris faz meio século.

Nascido no engenho Jundiá em Escada, filho de uma importante família da zona açucareira — os Santos Dias — aquele, que seria mais tarde um grande pintor, viveu o momento em que a tradicional cultura açucareira se transformava, com a construção de numerosas usinas e a paralização dos velhos bangüês. Viveu assim o fim do patriarcalismo canavieiro, embora tivesse tempo suficiente para se impregnar de suas cores e de suas imagens, tão presentes nos quadros da sua primeira fase de pintor. Essas cores seriam, segundo Gilberto Freyre, seu amigo e companheiro de geração, “o mais brasileiro dos azuis pelo mais pernambucano dos encarnados”¹² tons que dominaram a sua pintura, na fase inicial, “ingenuamente surrealista”, “quando, como um Chagall dos

12) LEITE, José Roberto Teixeira. **Pintura Moderna Brasileira**. Rio de Janeiro : Record, 1978. p. 113-117.

trópicos, simplesmente externava suas reminiscências infantis de menino de engenho, impregnado de odores de caju e do colorido dos canaviais, com medo de assombração e despertando para a sexualidade”.

O menino de engenho teria mundos a percorrer, paisagens a assimilar, reflexões e aventuras artísticas a revelar e por fim trocou o seu Jundiá tropical, pela Paris onde viveu quase toda a vida e onde produziu a maior parte de sua obra. Viveu no Recife nos fins da década de Vinte, preocupado com renovações e com a procura da identidade brasileira. Participou do grupo de então jovens intelectuais que, liderado por Gilberto Freyre e com a participação de Sílvio Rabelo, Olívio Montenegro, Aníbal Fernandes, procurou as raízes negras de nossa cultura e promoveu o Congresso Afro-brasileiro de 1929. Deste grupo participavam também dois notáveis pintores: Manuel Bandeira e Lula Cardoso Ayres. No momento em que em São Paulo se desenvolvia o movimento modernista, que, voltado para a Europa, condenava ou menosprezava as nossas tradições, no Recife se contrapunha ao mesmo um movimento cultural renovador que era dialeticamente nacional e regional, ao mesmo tempo em que era modernizador e tradicionalista.¹³

O gênio de Cícero Dias não se ateu à sua cidade provincial, projetou-se no Rio de Janeiro com a Exposição no Salão Nacional de Belas Artes de 1931 e, a partir de 1937, em Paris onde aproximou-se de Paul Eluard e de Picasso, fazendo exposições, com sucesso, em 1938. O menino de Jundiá venceu na Cidade Luz e tornara-se mundialmente famoso. A partir de 1945, integrou-se ao grupo de pintura abstrata. Em 1948 volta ao Recife e procura marcar a sua passagem pintando no edifício da Secretaria da Fazenda, nove painéis, um deles considerado “o primeiro mural abstrato sul-americano”. Nesta viagem fez discutida exposição no salão de leitura da Faculdade de Direito do Recife, quando os seus quadros abstratos, sobretudo o intitulado “Mamoeiro ou Bailarino”, provocaram grande polêmica na imprensa e entre estudantes, profissionais e espectadores.

Em 1952, ao expor em São Paulo, foi classificado por Oswald de Andrade como “o maior pintor brasileiro de todos os tempos”¹⁴ e Mário de Andrade disse sobre a sua pintura

13) FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 4. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

14) Leite, José Roberto Teixeira — Obra citada, págs. 116/117.

“Ele tem calungas que não são nem cachorros, nem boi, nem burros. Tem aves que não são nem pombas, nem urubus, nem galinhas. É o animal. É a ave”.

Em 1948 Cícero Dias veio ao Recife para uma temporada de reencontro com a terra natal. Quando ainda se discutia o caráter revolucionário e/ou inovador do edifício da Secretaria da Fazenda, ele, visitando esta repartição com um grupo de amigos, observou a existência de grandes espaços nus onde poderia pintar painéis, conforme sugestão do engenheiro Antônio Baltar. O Governador do Estado, que vivia o retorno à vida democrática, após a queda do Estado Novo, era o jornalista e historiador Barbosa Lima Sobrinho e o Secretário da Fazenda era Miguel Arraes de Alencar, que iniciava a sua vida política. A proposta foi aprovada sem grande entusiasmo, de vez que o pintor não foi remunerado e teve que arcar com as despesas do material utilizado. Também não conseguiu no Recife as tintas d'água de melhor qualidade, então utilizadas na Europa. Mas dedicou-se com afinco, animado por amigos, a marcar com uma obra de fôlego o seu Recife.

Mas Pernambuco não estava à altura da doação feita pelo seu grande filho. Só intelectuais e artistas se interessavam em ver os seus painéis, os funcionários, preocupados em otimizar o espaço de suas salas, os consideravam incômodos, até que uma autoridade, insensível às coisas da arte e desprezando o patrimônio do Estado, por vandalismo ou por ignorância, mandou pintar as paredes onde os mesmos se encontravam. E os murais ficaram sepultados sob oito camadas de tinta, até 1981, quando o Secretário Everardo Maciel resolveu recuperá-los, confiando a coordenação dos trabalhos ao poeta e jornalista Caio de Souza Leão. Mas os murais não tinham como inimigos apenas o vandalismo e a ignorância dos homens, o tempo e a localização do prédio, próximo ao porto, sujeito à influência do ar marinho, e a poluição provocada pelos automóveis, de vez que se situa entre duas artérias de grande movimento, foram também fatores de deterioração.

Everardo Maciel, ao assumir a Secretaria da Fazenda, tomou conhecimento da existência dos murais, da sua importância artística, e tratou de tomar medidas que os recuperassem. Não perdeu tempo, entrou em contato com o artista, em Paris, para obter informações mais precisas e manteve contatos com a Secretaria de Turismo para que a mesma participasse das obras de restauração, de vez que era a única re-

partição que dispunha, no Museu do Estado, de uma equipe de restauradores.¹⁵

Os entendimentos do Secretário com o artista foram emocionantes para este, ao sentir que o Governo de Pernambuco começara a valorizar a obra que ele executara e doara ao Estado, tendo escrito na época: “É com satisfação que, por intermédio de V. Exa. (Gov. Barbosa Lima Sobrinho), ofereço ao povo do meu Estado os trabalhos murais executados na Secretaria da Fazenda, onde procurei transmitir as emoções puras e simples dos motivos caracteristicamente regionais, no simbolismo, o mais abstrato, da cor e da forma de minha arte”.¹⁶ Estes motivos eram “Canaviais, mar, casas do cais, engenhos, tudo em formas geométricas”,¹⁷ consolidando assim a presença, na obra de Cícero Dias, da temática de sua infância e juventude.

E o pintor, entusiasmado com a recuperação de sua obra, visitou o Recife em 1980 e indicou pessoalmente ao secretário Everardo Maciel os locais onde há trinta anos ou mais ele pintou três grandes murais, dentro do estilo modernista, de linhas geométricas. O Diário, na época, escrevia “Esses murais tiveram grande repercussão, sendo comentados até mesmo em revistas de arte da Europa”.¹⁸ E o Jornal do Commercio informava “A população recifense poderá rever, dentro de seis meses, pelo menos um dos nove murais do pintor pernambucano Cícero Dias, pintados entre 1948 e 1949, nas paredes internas da Secretaria da Fazenda, na Rua do Imperador. Os murais encontram-se encobertos há vários anos por diversas camadas de cal e a recuperação deles foi iniciada ontem por quatro especialistas do Museu do Estado”.¹⁹

Em 1981 o próprio Cícero Dias afirmava ao Globo do Rio de Janeiro: “Para mim o resultado da restauração dos meus murais é uma emoção a mais, porque a obra de arte é emoção. Quanto mais vejo restaurar-se o que pinte no passado, a minha emoção aumenta”.²⁰

15) O REENCONTRO da Arte Quase Perdida. **Fisco & Finanças**, Recife, a.3, n. 14, p. 31, 1979/1982. Edição Especial.

16) Diário de Pernambuco, 6 de agosto de 1984.

17) O REENCONTRO da Arte Quase Perdida, obra citada, pág. 31.

18) Diário de Pernambuco, 24 de outubro de 1980.

19) Jornal do Commercio de 15 de outubro de 1981.

20) O Globo de 1º de dezembro de 1981.

Para acompanhar os trabalhos de restauração foi contratado, por Everardo Maciel, o jornalista Caio de Souza Leão, entusiasta por artes plásticas e amigo e admirador de Cícero Dias. Na Secretaria ele permaneceria por mais de dez anos, desenvolvendo trabalhos de comunicação e sugerindo medidas como a da criação, no térreo do edifício, do “Espaço Cultural José do Rego Maciel”, onde se encontram alguns murais, placas comemorativas e se abre espaço para a realização de exposições.

Os trabalhos foram iniciados em março de 1981, pela equipe dirigida por Marluce Azevedo, Diretora do Museu do Estado, contando com a colaboração de profissionais de alto nível, como Tereza Carmem Diniz, Nilse Fontes, Lúcia Carneiro, Izabel Bastos, Lastênia Ruiz, Rosa Delgado, Iraci Vieira, Isaías Bastos, Débora Assis, Pérside Omena, Flávio Gadelha, Frederico da Luz, Icléia Mascarenhas, José Patrício, Marta Tavares, Angélica Lima, Hélio Barbosa e João Batista.

Foi uma tarefa de difícil execução, em vista das oito camadas de tinta que sepultavam os murais, mas, aos poucos, eles foram sendo localizados, como ocorreu com o denominado “canavial”, situado no primeiro andar e que, por estar profundamente avariado, só apresentava chances de ser recuperado em 20%. Os murais localizados no térreo, intitulados de “coqueiral” e de “engenho”, apresentavam maiores chances de recuperação.²¹

Em novembro de 1982, graças à remessa de fotografias, se ficou sabendo da localização, em parede côncava, de um mural no nono andar. Até então se supunha que a parede em que ele fora pintado havia sido destruída. A técnica Lúcia Carneiro obteve permissão de Caio de Souza Leão, então coordenador dos trabalhos de restauração, e constatou a existência do mesmo, usando as técnicas mais sofisticadas para remover as tintas que o sepultavam. Removido o material, se constatou a existência de várias lacunas que não puderam ser removidas. Dos nove murais apenas cinco puderam ser restaurados.

Em julho de 1983, em carta do próprio punho, dirigida a Caio de Souza Leão, Cícero Dias demonstrava o seu envolvimento nos trabalhos e o seu agradecimento, como se pode observar na transcrição que se segue:

21) Informações prestadas ao autor por Caio de Souza Leão.

9.7.83

Meu caro Caio

Sempre recebo seus recortes de jornais, o que muito agradeço pelas notícias, particularmente o que se refere aos murais da Fazenda. Verdadeiro milagre. Desejo que você informe o nome do atual Secretário da Fazenda, como dos restauradores, o nome da principal.

Assim poderei escrever ao Secretário atual agradecendo as atenções que nós todos recebemos de sua parte.

De longe estou imaginando a perfeição dos trabalhos de restauração. Esperando a sua resposta aqui fica um abraço do

Cícero Dias

O Secretário da Fazenda que sucedera a Everardo Maciel e que dera o maior apoio à continuação dos trabalhos de restauração, foi Luís Otávio de Melo Cavalcanti, homem culto e com elevado interesse na defesa do patrimônio artístico do Estado. Merece referência também, pelo apoio dado à realização, o então Secretário de Cultura, Turismo e Esportes, Bandeira de Melo, e o Diretor de Coordenação da referida Secretaria, arquiteto Moisés Agamenon de Andrade.

Em 1984 Cícero Dias veio mais uma vez ao Recife, na ocasião em que a Galeria Ranulfo fazia uma exposição de seus quadros, e aproveitou a ocasião para reinaugurar o painel do nono andar do edifício da Fazenda, quando fez o seguinte comentário: “O trabalho de restauração dos meus murais, situados no prédio da Secretaria da Fazenda, precisam ser divulgados internacionalmente. A técnica que foi empregada, a divulgação e os detalhes de todo o trabalho executado. O estado de agressão que eles sofreram e agora como eles estão sendo apresentados para a geração atual e para as gerações futuras. Acredito que em todos os países em que tive oportunidade de conhecer obras restauradas, o nível dos trabalhos que constatei aqui é um dos melhores e mais perfeitos. Com todas as camadas de tintas que foram superpostas e pelo tempo, mais de 35 anos — eu posso afirmar que nunca vi em todo o mundo um trabalho tão perfeito”. Em seguida fez uma afirmação da maior importância “Os abstratos procuram a sua referência geográfica. Eu procurei na minha fase abstrata, a referência das minhas raízes, o meu chão, a paisagem que guardava em minha memória ou aquela que

olhava quando pintava. As lembranças de todas as minhas coisas que me prendem ao passado, à minha terra”.²²

O crítico de arte Celso Marconi, na reportagem citada, lembra que se deveria tentar recuperar outros painéis pintados nas paredes do Recife, como os de di Cavalcanti e de Noemia Mourão, localizados no Teatro do Derby e destruídos por “mão de cal”, durante o Estado Novo, por serem considerados pinturas de “comunistas”, o de Aluísio Magalhães, no Teatro Valdemar de Oliveira, e o de Hélio Feijó, localizado em residência que pertenceu ao médico Artur Moura.

Ao visitar a Secretaria da Fazenda, em 1988, depois dos seus painéis terem sido recuperados, deteve-se naquele, localizado no nono andar, no atual auditório, e disse à então Secretária, Tânia Bacelar, “Era um painel grande que tomava toda a parede. Eu o fiz olhando a janela, que dá para o porto”²³ e continuou “Eu venho ao Recife todos os anos, de forma que para mim esta questão de morar na Europa não é da maior importância, importante é eu não me desligar das minhas raízes. E esta é a minha preocupação e eu acredito que tenha sido fiel a tudo, a essa luz, a essas cores aqui de Pernambuco, que determinam tudo o que eu fiz”.

A importância destas informações é muito grande, de vez que ele confessa a marca deixada por sua terra natal, marca que não se esmaeceu em meio século de vida européia. Se olhava o Capibaribe para pintar o mural do nono andar, ele procurava, no velho rio, rever os rios de sua infância, onde tomou banho, onde nadou e onde pescou. O grande pintor de Paris não conseguia esconder o menino de Jundiá.

Em 1989 Cícero Dias voltou ao Recife e foi mais uma vez à Fazenda ver os seus murais e ficou desolado e triste por estarem danificados. Tudo indica que, após a restauração, não foi dada aos mesmos a proteção adequada. A secretária Tânia Bacelar nomeou uma equipe que, sob a coordenação de Caio de Souza Leão, tenta preservá-los.²⁴ Mas é difícil proteger obras de arte contra a ação do tempo e dos atos de pessoas incultas que não dão importância nem a elas e nem mesmo à própria cultura.

22) MARCONI, Celso. **Equipe Técnica Pernambucana de Restauração é Tão Boa Como as Melhores do Mundo**. Recife: Jornal do Comércio. 1984.

23) CÍCERO Revê Sua Arte. **O Fazendário**, Recife, a. 1, n. 4, p. 5, set. 1988.

24) REVENDO a Criação. **O Fazendário**, Recife, a. 1, n. 12, p. 1, ago. 1989.

2.3 POETA TAMBÉM COBRA IMPOSTOS

Não é fácil imaginar que um homem do fisco, um fazendeiro que está permanentemente preocupado com números, com cálculos, com contabilidade, com regras de Direito Tributário, tenha sensibilidade e tempo para fazer poesia e, o que é melhor, poesia de boa qualidade. Talvez até que a ocupação com coisas concretas, com fatos, os estimule, nos momentos de folga, a escrever versos de amor, de nostalgia — relembrando uma infância que cada dia se torna mais distante ou até que a poesia se origine do próprio trabalho desenvolvido, em que procure retratar o dia a dia da repartição.²⁵

Interessante é fazer-se uma revisão da passagem, pela Secretaria da Fazenda, de poetas com estilo, escola poética e fontes de inspiração tão diferentes. Nas décadas de Trinta e Quarenta trabalharam na Secretaria dois grandes poetas modernistas, parentes entre si, oriundos de Palmares, do vale do rio Una, e que se inspiravam nos velhos engenhos bangüês que viram safrejar, quando meninos, e depois os viram de “fogo-morto” — Ascenso Ferreira e Jaime Griz. Como poetas, eram verdadeiros meninos de engenho que as contingências da vida transformaram em burocratas. Lendo-se os seus versos sente-se o cheiro de mel, o barulho dos carros de boi, o

25) ARAÚJO, Vital Corrêa. **Burocracia**. Recife : [s.n.], 1982, p. 5-8.

sabor do caldo de cana e o desejo de comer mel de engenheiro.

Ascenso Ferreira, em poema famoso, se expressava exuberantemente, ao cantar em “A Casa Grande de Megahype”:

Há muito tempo que a Usina estava danada com ela!
A linda casa colonial cheia de assombrações...

Debalde, ela, a Usina
mostrava orgulhosa

O seu bueiro com aquela pose de girafa!

Debalde mostrava
o giro das rodas
o brilho dos aços,
o espelho dos latões...

Nada. Todo mundo que lá ia
só dizia nos jornais
coisas bonitas da linda casa colonial cheia de
assombrações...

Tentou um esforço derradeiro:
mandou mestre Carnáuba
fazer um samba bem marcado
a fim dele cantar alegre
ao som dos ganzás
as suas bombas de pressão:

“Olha a volta da turbina,
da turbina da turbina,
da turbina da usina,
da usina brasileira!
Olha a volta da turbina,
da turbina, da turbina
da turbina da usina,
da usina brasileira...”

Qual! Todo mundo só falava
na linda casa colonial cheia de assombrações...

A vaca Turina,
o cavalo Chachito,
o burro Manhoso,
o cachorro Vulcão
todos a uma vez, unidos repetiam:

— É bom de dormir naquele terraço
prestigiado por 4 séculos de assombrações!
Então a usina não pôde mais!
Mandou meter a picareta nas pedras lendárias,
destruir os quartos mal-assombrados,
enxotar os fantasmas de saias de seda
e capas de ermitões,
respondendo, insolente, à falação que se levantou:

“Olha a volta da turbina,
da turbina, da turbina,
da turbina da usina
da usina brasileira!
Olha a volta da turbina,
da turbina, da turbina,
da turbina da usina
da usina brasileira!”²⁶

E o livro de Ascenso Ferreira era ilustrado com desenhos de Lula Cardoso Ayres, filho de usineiro de Ribeirão e também marcado, em seus desenhos e quadros, pelas saudades do canavial. Pertenciam a uma geração que, já deslocada para o Recife, resistia à urbanização e era marcada pelas lembranças patriarcais; geração que era liderada, em seu tradicionalismo e em seu regionalismo, por Gilberto Freyre.

Jaime Griz, cunhado, conterrâneo e colega de trabalho de Ascenso, também buscava a sua inspiração no meio rural canavieiro, nas recordações da infância na bagaceira dos engenhos de Palmares. Seu principal livro também foi ilustrado com desenhos de Lula Cardoso Ayres e Fialho de Oliveira e suas melodias foram gravadas por Capiba e Marambá.²⁷ Deste livro selecionamos o poema “Engenho”:

“Bota fogo, fogo, fogo,
Bota fogo, fornalheira!
Bota fogo, fogo, fogo,
Bota fogo na fornalha!”

No velho engenho
De moer cana,
A sáfra já começou,
Desde que o verão chegou.

26) FERREIRA, Ascenso. **Cana Caiana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 23-25.

27) GRIZ, Jaime. **Rio Una**. Recife: Ed. Diário da Manhã, 1951. p. 33-34.

No campo há muito bagaço.
No cocho há muito melaço.
Para o gado comer,
Para o gado beber,
Para o gado engordar!

De alegria anda tudo a vibrar:
Bicho,
Homem,
Natureza,
No velho engenho a moer,
No velho engenho a rodar!

Cambiteiro bota cana para o engenho.
Moendeiro bota cana na moenda.
Fornalheiro bota fogo na fornalha.
Para as tachas corre o caldo em borbotão.
Para as formas corre o mel em profusão.

Com pouco tempo,
Na Casa de Purgar,
O açúcar está prontinho.
No Encaixamento,
Quando o açúcar está sequinho
Faz-se então o ensacamento.

A esse tempo,
Senhor de Engenho,
De cara alegre,
Anda na Praça especulando,
Colocando,
Muito ancho,
Seu açúcar,
E o rico cobre arrecadando!

E na casa chata do Engenho,
Que pelo seu largo bueiro
Vomita fogo e fumaça;
Prossegue o rojão nesta marcha!

Bota fogo, fogo, fogo,
Bota fogo fornalheiro
Bota fogo, fogo, fogo,
Bota fogo na fornalha!"

Pela voz do poeta se vê como é forte o peso da cana e como foi difícil para um menino de engenho, na primeira metade do século, se transformar em funcionário, em fazendário. As preocupações profissionais estavam no Recife, mas as recordações afetivas estavam no engenho, em Palmares, no rio Una, nos passeios de barco, banhos de rio, nos pitus saborosos que ainda não haviam sido emporcalhados pela poluição.

Nesse período era também alto funcionário da Fazenda, tendo até ocupado interinamente o lugar de Secretário, o Contador Mariano Teixeira, homem de grande sensibilidade que além de ser poeta também era grande cultivador de orquídeas.

Em 1945 também passou pela Secretaria, como Secretário, o Tesoureiro da Receita Federal, José de Barros Lima, que, quando estudante de Direito (1902/1906), escreveu versos na linha clássica, alcançando prestígio nos meios intelectuais do país. Dentre a sua produção destacam-se os perfis que fez dos seus colegas de turma, publicados no Jornal "A Província", com o pseudônimo de Bruno Latona, além de uma série de poesias líricas, como a que se segue:

Três Corações

O meu primeiro coração, Senhora,
Dei a primeira que encontrei um dia,
E como é triste relembrar agora,
Esta mulher que me foi perjura e fria.

Tive um segundo coração, queria
Que ele partisse pelo mundo afora.
Um dia ele voltou, triste, trazia
O traço amargo de quem sofre e chora.

O meu terceiro coração, deixei-o
Entre suspiros e sorrisos doces
Nas curvas brancas do teu branco seio.
Vamos, Senhora, o mísero padece
Dá-lhe agasalho, assim, como se fosses
A carinhosa mãe que o guarda e aquece.²⁸

Se deixarmos os poetas fazendários dos anos Quarenta e passarmos pelos atuais fazendários poetas, vamos observar que o saudosismo do engenho e o apego ao massapé, passou. A usina destruiu os velhos bangüês, os carros de boi

28) LIMA, José de Barros. *Poesia de uma Vida*. Recife: Ed. da Família, 1984. p. 49.

foram substituídos pelas “cambiteiras” das estradas de ferro ou por caminhões e tratores, e os odores e cantares dos engenhos não são mais sentidos nem ouvidos. O Recife, aquele burgo provinciano e, em certos pontos, com aspecto colonial, transformou-se em cidade grande e cheia de problema. A transformação na vida e na paisagem mudou a inspiração dos poetas, mesmo quando oriundos do mundo canavieiro, onde hoje há muita produção e pouca poesia.

Na década de Oitenta os poetas da Secretaria da Fazenda, em colaboração com outros poetas, publicaram um belo e excelente livro, apresentado por Antônio Carlos Bastos Monteiro, pela Pool Editorial, intitulado “Poetas da rua do Imperador”. O fazendário Paulo Bandeira da Cruz escreveu a história da Rua e publicaram poemas Iran Gama, Jodeval Duarte, Cláudio Couceiro, Eduardo Freyre Magalhães Melo, Gustavo Krause, Luiz Otávio Cavalcanti, Alberto Lins Caldas e Caio de Souza Leão. Como se vê, fazendários colaboraram neste livro; Gustavo Krause, misto de político, funcionário, técnico e poeta publicou um poema intitulado “Compr(o)-missos com a favela” e Luiz Otávio de Melo Cavalcanti, também ex-secretário da Fazenda, advogado e planejador, publicou “A cidade Forte”.²⁹

Gustavo Krause e Cláudio Couceiro gostam de usar a cidade do Recife como musa, cantando-a de forma as mais variáveis. Assim, do primeiro, é a poesia publicada no **Diário de Pernambuco** de 29 de abril de 1991, onde canta:

Cidade eleita
e condenada,
eu te amo na
esperança
da tua
ressurreição
quando novamente te
ergueres
sobre Guararapes,
não para expulsar
os estrangeiros
da terra,
mas para distribuir
melhor
as estrelas
do céu.

29) MELO, Eduardo Freyre de Magalhães. **Poetas da Rua do Imperador**. Recife: Pool Ed., 1986. p. 34, 57.

e continua:

cidade feita de casas e
de covas rasas,
de ruas e
de estátuas nuas,
de praças e
de fumaças,
de bares e
de azares,
de poesia e
de maresias,
de centenas de equipamentos
de milhares de lamentos
e de milhões de
sentimentos.

Cláudio Couceiro d'Amorim faz, em boa poesia, a geografia sentimental do Pátio de São Pedro, em "Itinerário de Pedro".

Quem entra no Fogo paga caro
Para não sair do pátio, boêmiamente
Incrustado nas pedras ígneas e
Aconchegantes de um Pedro feito templo
No campo santo da amizade plena
No encontro solto da emoção eterna

Quem embarca nas AGUAS VERDES do pescador
Navega mares de esperança em portos seguros
Nas bocas, aguadas pelo cálido canto
Da sereia mais docemente encantada,
Unidas/ungidas pelo óleo sacramento
Das peixadas solidárias do Bangûê
untadas/montadas no visgo lento
Das mucamas sabentes e cheirosas a povo

Pedindo licença a FELIPE, o insurreto
CAMARÃO, de portais sempre às escâncaras
O povaréu pede passagem à vida
Penso de saudade das lides guerreiras
contido na esperança 'inda não morta
Da chegada/prezada da fêmea Aurora
Alcunhada do povo

Aurora-do-povo, canta o poeta, virá
Livre e fagueira, cabelos soltos
Ao mais forte vento universal
Como bem convém a seu amante
Incensando a atmosfera no perfume do cio
Impregnado nas rosas enrubescidas
No orgasmo geral

Pela via de PEDRO chegam os poetas
E suas cortes boêmias amantes do infinito
Saudados pelos mascates famintos
Entronizados na ladainha do cabido pétreo
Invocada no cantochão da cabidela gregoriana
Na razão do ofertório ao molho pardo

Quem chega ao pátio de Pedro
Pela via do fogo ou pela via da água
Pela via do povo ou pela via do reino
Só sai regado na espuma da saia rendada
Da cerveja feita mulher
Só sai carregado nos ombros poéticos
Do amigo feito escudeiro
Só sai descarregado das mágoas esquecidas
Na vida concebida em verso

Quem chega ao paço de Pedro
No paço alienado do ganso ou
No passo engajado do cossaco
Deixa nos umbrais as botas da luta suspensa
Para travar a mais translúcida liça de sentires
Na cruzada à terra santa de Pierre
Concebida no ventre do pátio sensual

Quem fica instalado no pátio
Nas mais doces estalagens do Bangüê
Resiste a convenção da idade
E à prevenção do ranço amarro
Na pinga derramada direto na boca do santo
Sucumbe embalado no espaço templário
Das pedras do reino encantado.
Sucumbe perdido no tempo feliz e eterno
Da clareira iluminada de versos

Quem fica instalado no pátio
Sucumbe emboscado nos sentires
Por entre as pombas 'inda não brancas de paz
Aos prazeres dos cantares e chorares entre amigos
No pátio do povo e de Pedro
No paço do poeta e da pedra santa
Pois que Pedro é do povo o poeta
Na proporção da cruz invertida
Na razão mais próxima do solo

Caio de Souza Leão, que publicou o seu “Domingo Domingo” na famosa antologia, é autor de um poema pequeno mas marcante, intitulado O Quadro,

O ultravioleta queima
o vermelho
do meu quadro
o apagar de uma vela
a vida a morte
o passado passando
passando
no vermelho
do meu quadro

O problema do cangaço e a epopéia de Lampião serviram de inspiração para o poeta Paulo Bandeira da Cruz,³⁰ na poesia Episódio Sertanejo:

Tua gravata de urtiga
tua farda de avelós
tua alpercata de légua
e um boi trançado na voz

Punhal de prata no cós
bala certa na régua
bortal que a fome mastiga
e fuga no lombo da égua.

Fogo-fátuo no Angico
(procissão de dor e grito)
e a cabeça do próscrito

30) CRUZ, Paulo Bandeira da. **O Evangelho Consoante José da Silveira Severino: E Outros Poemas Menores.** Recife : Ed. Pirata, 1981.

Virgulino Lampião
cortada por um milico
sem Pai Nosso e Extrema Unção

Vital Corrêa de Araújo, nascido em Vertentes, no Agreste pernambucano, e vivido, como funcionário da Fazenda, nos mais diversos pontos do território pernambucano, é outro poeta com a mais variada temática, desde os problemas da Guerra Holandesa³¹ até com o dia-a-dia das repartições públicas.³² Muito interessante é a sua reflexão sobre a transitoriedade do herói, manifestada no poema “Dura habilidade do Herói”:

O herói dura
o tempo da queda

o herói persistiria eternamente
se o tempo não erodisse o pedestal

dura o herói a eternidade
da pedra contida na ampulheta?

o herói queda-se,
entre os vestígios do tempo farpado
e colhe
os enigmas das estátuas partidas

porque ao herói dói
as suas obras e devastações

por que cria o herói
o tempo que o destrói?

o herói quebra a eternidade e cai
no espaço fraturado,
nos séculos de pedra
fundados nos ombros

o herói
elabora o cume e a queda
e, ao cair,
erige o abismo.³³

31) ARAÚJO, Vital Corrêa. **Gesta Pernambucana**. Recife: FUNDARPE, 1990.

32) ARAÚJO, Vital Corrêa. **Burocracia**. Recife: [s.n.], 1982.

33) ARAÚJO, Vital Correia. **Título Provisório**. Natal: Fundação José Augusto, 1977. p. 11.

Iran Gama é, ao mesmo tempo, prosador e poeta. Como poeta procura enfocar problemas existenciais conseqüentes da atividade profissional, como no poema “A Telefonista”, e problemas conseqüentes da própria formação nacional, como em “Coito das raças”:

Índios, os pés vertentes
de ipés e flechas orbitais
na fusão harmônica
com os verdes verticais

Branços, a língua sexuada
na avidez sonâmbula
da terra preta
e do livro prenupcial.

Negros, os olhos boiantes
nos mares do medo
calando o ferro dos gênes
da fisionomia Horizontal

Eis o coito das famas
(os largos sóis duma raça)
na terra existencial.

O índio no tempo secou
o negro perdeu a cor
o branco apenas calou
Cadê a voz dessa raça
no medo existencial?³⁴

Como se vê, a sensibilidade para o social, o étnico, o econômico e o ambiental é uma constante para um grupo de altos funcionários fazendários que freqüentemente está preocupado com “letras” contábeis e com o manejo dos computadores. Dialeticamente a função pública, eivada de praticidade convive muito bem com a imaginação e com a formação literária. Daí afirmarmos que os poetas podem ser excelentes fiscais e os fiscais excelentes poetas.

34) GAMA, Iran. **Fragmentário** Recife : Ed. Pirata, 1983. p. 18.

2.4 AÇÃO E VIDA CULTURAL

A vida cultural entre os fazendários é muito intensa, não só através de manifestações individuais como através de iniciativas das associações e da própria Secretaria. Há entre eles escritores e poetas — alguns com projeção nacional —; artistas plásticos, estudiosos de temas específicos à profissão; ocorrem também manifestações folclóricas e de lazer, ao mesmo tempo em que implantam uma estrutura de apoio a essas atividades.

Do ponto de vista das atividades profissionais, destacam-se as revistas e jornais de fazendários que, ao lado de uma contribuição técnico-profissional, dão espaço para atividades culturais em geral.

A biblioteca da Secretaria foi fundada em 1970, dentro do plano de reformas gerais feitas no órgão, durante a administração Oswaldo Coelho, reformas que, na época, chamavam de "Oswaldão". O seu grande idealizador foi o Procurador Fiscal do Estado, Dr. Luís Romero Patury Acioly. Ele, como necessitava permanentemente utilizar livros sobre legislação e fazer interpretação jurídica das leis, terminara acumulando uma grande quantidade de volumes em seu gabinete.³⁵ Para facilitar o seu trabalho e abrir esse acervo aos fazendários e

35) Farrapeira, Dolores Garcia — Entrevista inédita.

advogados especialistas em Direito Tributário, ele sugeriu ao Secretário a criação da biblioteca, permitindo que ela, inicialmente, funcionasse em sua própria sala até que conquistasse espaço físico para sua localização no primeiro andar do prédio. Para organizar a biblioteca foi convidada a bibliotecária Dolores Garcia Farrapeira, que já vinha trabalhando no Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PE). Inicialmente ela trabalhou sozinha, mas logo sentiu necessidade de ter algumas colaboradoras, juntando-se com Lucy Marques Mateus da Silva, e outras profissionais como Zeny Rocha de Oliveira, Maria Cristina de Freitas Monteiro, Maria Helena Lins e posteriormente Neide Maria Melo de Oliveira, Maria Nasaré da Silva de Albuquerque, Maria da Conceição Peixoto e Mariluce Bezerra dos Santos.

Biblioteca especializada, conta em seu acervo com numerosos livros de Direito, sobretudo Direito Tributário e Constitucional, de Administração, Contabilidade, Economia, Finanças, Estatística, Computação e Comunicação, além de uma grande riqueza em periódicos, cerca de 65 títulos, entre revistas e boletins, além de uma parte especializada em Legislação Estadual, que é indexada e armazenada diariamente, por assunto e ordem cronológica, facilitando as consultas. É ainda indexada a legislação federal na parte referente a assuntos fiscais, e outros de interesse geral.

Foi inaugurada no dia 3 de abril de 1970, com um acervo inicial de 1.200 volumes,³⁶ numa solenidade que contou com a presença do Governador Nilo Coelho, do Ministro do Tribunal de Contas da União e ex-Governador do Estado, Etelvino Lins de Albuquerque, do Secretário da Fazenda, Oswaldo Coelho, de funcionários, desembargadores, juízes, promotores, professores e estudantes de direito, empresários, etc. formando um público diretamente interessado nos problemas jurídicos, econômicos e fiscais. O corte da fita simbólica foi feito pela Sra. Ana Maria Cruz Coelho, esposa do Secretário, e a bênção foi dada pelo Frei Aluísio de Moraes, Capelão da Casa de Detenção do Recife.

Com cerca de 21 anos de serviços prestados ao público, ela funciona de forma eficiente, estando as bibliotecárias sempre prontas a esclarecer os consulentes e facilitar o acesso dos mesmos ao acervo. Os funcionários da SEFAZ ou que estejam à disposição da mesma, têm direito a emprés-

36) FAZENDA Inaugurou Ontem Sua Biblioteca com 1.200 Volumes. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, a. 47, n. 77, 4 abr. 1970, p. 2263.

timos dos livros que necessitam, mas as pessoas estranhas à Secretaria se limitam a consultas na própria biblioteca, não podendo utilizar o serviço de empréstimo.

O pessoal técnico e administrativo vem se renovando, sem contudo perder o interesse e a dedicação com que recebe os que o procuram, tais como advogados e fazendários em geral.

Grande importância cultural tem também a publicação de revistas e jornais, dentre os quais podem ser salientados: a Fisco & Finanças, editada pela Secretaria da Fazenda, no período de janeiro de 1980 a abril/junho de 1984, quando mudou de nome e passou a chamar-se Finanças & Tributação, mantendo, porém, as mesmas secções e a mesma linha editorial anterior. Esta revista é de grande importância para as pessoas interessadas nos problemas de finanças e de tributação; embora dê um relevo maior aos assuntos ligados a esta área, estende as suas preocupações a outros setores do conhecimento, colaborando nela figuras como João Sayad, Gláucio Veiga, José Serra, Mário Henrique Simonsen e Clemente Rosas, que escrevem tanto sobre assuntos fazendários como econômicos e sociais; aborda também assuntos culturais variados, tendo publicado poesias como as de Vital Corrêa de Araújo e de Iran Gama (Ano I, nº III), reportagens, como a que fez sobre a entrega, a Antônio Baltar, pelo Secretário Everardo Maciel, de um quadro com o poema de João Cabral de Melo Neto, dedicado ao ilustre engenheiro pela sua atuação na construção do edifício da Fazenda (Ano III, 12); reportagem-entrevista do ex-secretário José Maciel sobre o edifício e sua construção (Ano III, nº 13); A poesia de João Cabral de Melo Neto sobre o arquiteto Antônio Baltar e sua ação na construção do prédio da Fazenda (Ano IV, nº 11), e entrevista de Cícero Dias, na visita que fez à Secretaria, no momento em que ele vinha procurar a identidade de sua arte e recordar o passado (Ano II, nº 9).

A direção da revista esteve sempre preocupada com o problema da poesia e da arte, sem desmerecer o aspecto profissional dos fazendários.

A revista Finanças & Tributação, continuou a linha da que a precedeu, tanto nos estudos financeiros e tributários, em que se destacou, por uma colaboração constante, o financista Luís Antônio Caribé, como dedicando especial interesse a problemas ligados à Reforma Tributária; havendo, no nº 11, Ano III, um substancial artigo de Carlos Lessa sobre o assunto.

Embora não tenha publicado artigos sobre a abolição, a Revista dedicou o nº 13, do Ano IV, ao Centenário do grande evento. No nº 12, do Ano IV, incluiu um encarte com o título, Suplemento Cultural, em que publica poesias de Audálio Alves "Encontro com Cícero Dias", de Paulo Bandeira da Cruz "O Manequim", de Maciel Bezerra "Vazio I", de Vital Corrêa de Araújo "Dura Habilidade do Herói", de Alberto Lins Caldas "A Valsa das Horas", de Noel Tavares "Canção do Silêncio" de Eduardo Martins "Antologia de Mim" e o conto de Iran Gama "Uma Sombra na Memória".

A Fazenda é um jornal interno da Secretaria que iniciou a sua publicação em junho de 1988, e, meses após, mudou o nome para O Fazendário. É um jornal leve, de leitura rápida, que divulga notícias de interesse dos fazendários, num leque muito amplo. No seu primeiro número deu um grande destaque às festas juninas, aconselhando os aficionados a irem ao Sítio da Trindade ou esticarem até o Agreste, a Caruaru, especificamente, que é chamada de "Capital do Forró".

No número de outubro de 1988, ele dá notícias sobre a nova Constituição, salientando que ela apresenta aspectos progressistas, garantindo direitos dos funcionários e permitindo a sua sindicalização, o que era vedado pelas constituições anteriores.

Em seu nº 4, de setembro de 1988, dá destaque à visita de Cícero Dias à Secretaria, onde foi observar o resultado do trabalho de recuperação dos seus murais. No nº 6, de dezembro, o assunto em destaque foi o das festas natalinas, de maior interesse para todos, funcionários ou não da Fazenda.

No nº 8, referente a janeiro e fevereiro de 1989, já a preocupação dominante é a da modificação tributária, conseqüente de dispositivos constitucionais, quando o imposto denominado ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias) foi modificado, transformando-se no ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), trazendo maiores preocupações aos fazendários encarregados de fiscalizar a sua administração e funcionamento.

A política salarial do Governo Arraes foi muito debatida no número de abril e maio de 1989 (nº 9).

Nos números seguintes observa-se uma preocupação com a situação dos empregados de empresas prestadoras de serviços na Fazenda e também anuncia a formação de um Coral de funcionários da Fazenda.

A idéia do Coral surgiu no Natal, durante as comemorações realizadas no Departamento de Pessoal (DP), quando

foi cantado espontaneamente a canção “Noite Feliz”. Paulo Bandeira, do DGA, defendeu, na ocasião, a organização de um grupo de canto,³⁷ recebendo o apoio imediato da diretora do DP, Elizia Romão. Foram numerosos os candidatos a participar do grupo, e depois se iniciaram os entendimentos com o regente, Walter Albrecht Chamun, músico profissional, que aceitou o convite.

Para dar maior movimento às atividades artísticas, pretendem promover exposições anuais de pintura, além de concursos de poesia.

O Fazendário também desenvolveu um setor em que procura homenagear os servidores, desde os de nível mais elevado até os de nível mais humilde, mas com muitos anos de serviços e dedicação à Secretaria. Essas homenagens estão sempre na última página do jornal, destacando-se entre os homenageados os nomes do contínuo João Gualberto Pereira, do chefe do setor gráfico Antônio Barbosa dos Santos, da funcionária de serviços D. Salvina, da secretária Clarinda do Carmo Oliveira, da advogada Maria Socorro Viana Moraes, da diretora do DP Maria Elísia Romão Dias, da auditora Eneida Oreinstein Ende, da funcionária da copa Cristina Gomes da Silva, do motorista João Moura, da servente Suely Aurora, da secretária Ináisa Leal Guanabara e do servidor Severino Gomes Sabóia. Homenagens bem democráticas e prestadas a pessoas das mais diversas posições funcionais, o que indica a existência, na Secretaria, de uma tendência à democratização, quebrando, até certo ponto, a tendência bem brasileira de construir “muros” entre os funcionários de níveis e categorias diferentes.

Além desses jornais e revistas vinculados diretamente à Secretaria da Fazenda, existem os jornais das associações de classe; o Sindicato publica o SINDIFATOS, com 4 números em circulação, onde são enfocados sobretudo problemas de luta de classes por melhores salários e melhores condições de trabalho, constituindo-se uma tribuna na defesa dos direitos dos que se sentem injustiçados.

Um outro jornal é o da Fafite, com publicação iniciada em março de 1990, e que a partir de agosto passou a se denominar de Jornal Fenafisco. Nestes jornais há importante documentação representada por discursos, artigos e notícias a respeito da atividade sindical, a nível nacional, e de acontecimentos ligados à vida social e cultural dos fazendários. No

37) ABRA o Peito e Cante Forte: É o Coral dos Fazendários. **O Fazendário**, Recife, a. 1, n. 10, p. 3, jun. 1989.

de nº 3, de julho de 1990, há uma notícia importante “O perfil humano do Auditor: Os poetas e o sacerdote” em que noticia que um Auditor aposentado, no Estado da Bahia, Roque de Almeida, após aposentar-se, ordenou-se padre na Igreja Católica Romana, e de dois auditores poetas, de Pernambuco, que tiveram trabalhos premiados: Vital Corrêa de Araújo teve o seu poema, Gesta Pernambucana, em que canta os feitos heróicos da guerra holandesa, premiado pela Prefeitura do Recife e Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e recomendado para publicação na edição “Oficina Espaço Passargada”, lançada em março de 1991. Por sua vez, Iran Gama, poeta e prosador, teve o seu livro de poesias, “Songa”, e o de contos, “Condomínio da Solidão”, consagrados com o prêmio literário comemorativo dos 450 anos da fundação da cidade do Recife.

O que se pode concluir é que os fazendários não se limitam a cobrar impostos, a fiscalizar firmas, a desenvolver estudos sobre a situação financeira e a modernização da arrecadação, também se dedicam a atividades culturais, como o canto, as artes plásticas, a literatura e o lazer. Eles trabalham, vivem e, às vezes, sonham.

3 O COTIDIANO DA FAZENDA

3.1 A “REVOLUÇÃO” FEMININA

O mais leve contato com a Secretaria da Fazenda, em qualquer nível ou setor, deixa bem claro a presença da mulher exercendo os mais diversos cargos e funções, desde as atividades de serviços até o elevado cargo de Auditor do Tesouro Estadual. O fato é comum às mais diversas repartições públicas e privadas e resulta de uma verdadeira mudança social, ocorrida a partir da Revolução de Trinta, e consolidada após a Segunda Guerra Mundial.

Até 1934 a mulher não tinha sequer o direito de voto, sendo a reivindicação deste direito um dos pontos defendidos na plataforma política da Aliança Liberal. O próprio Código Civil de 1916 dificultava a ascensão da mulher, de vez que, em seu art. 6º, a considerava relativamente incapaz, quando casada, junto com os pródigos, os silvícolas e os menores de mais de dezesseis e menos de vinte e um anos de idade. Na Fazenda, em geral as mulheres conseguiam apenas cargos administrativos de importância média e pequena. Quase sempre ficavam felizes com um lugar de secretária em alguma divisão ou departamento. Numa fotografia de funcionários da Fazenda, tirada de 1933, vê-se apenas uma mulher, Fernandina Pessoa de Amorim, em um grupo de 11 funcionários que ladeavam o Prof. Francisco D’Auria, que viera con-

tratado pelo Governo Lima Cavalcanti para modernizar os serviços contábeis do Estado.

Nas décadas de Trinta e Quarenta, foram numerosas as mulheres que ingressaram na Fazenda, ora nos serviços mais humildes, ora ocupando cargos administrativos, ora, já especializadas, como técnicas em contabilidade. Algumas fizeram curso superior e ascenderam a cargos mais elevados, como Maria do Socorro, que ocupa um cargo de assessora jurídica.¹

A expansão e modernização da Secretaria da Fazenda continuou a se processar e a criação da Biblioteca especializada, em 1970, provocou a contratação de numerosas bibliotecárias que, sob o comando de Dolores Garcia Farrapeira, passaram a organizar a excelente biblioteca, especializada em assuntos tributários, que dá apoio não só aos funcionários da casa como a todos os que têm interesse pela matéria. A inauguração da Biblioteca, a 3 de abril de 1970, foi considerada tão importante que o então Secretário da Fazenda compareceu acompanhado da família, estando presente também o Governador Nilo Coelho.²

Mas os homens ocupavam sempre os cargos que consideravam incompatíveis com as mulheres, como o de Fiscal de Consumo, no plano federal, e o de Fiscal de Renda, no plano estadual. Não se admitia, mesmo já na década de Cinquenta, que mulheres saíssem em perseguição a contrabandistas, que fiscalizassem cargas de caminhão ou que, surpreendendo contrabandistas, os prendessem ou lavrassem autos de apreensão de mercadorias. Dizia-se que as mulheres eram muito delicadas, frágeis para exercer funções desta natureza.

Os cargos de fiscais de renda, hoje Quadro de Fazendários, eram reservados a protegidos políticos, a deputados e prefeitos que não se reelegiam e a amigos e parentes de governadores e de políticos influentes.³ Na época, o concurso para preenchimento de cargos nessa área não se generalizava, mas não se pode desmerecer os funcionários que receberam cargos por esta “seleção” patriarcal, de vez que se alguns fizeram dele uma sinecura, outros se compenetraram

1) DEPOIS de 40 Anos, Socorro Se Despede. **O Fazendário**, Recife, a. 1, n. 8, p. 6, jan./fev. 1989.

2) Diário de Pernambuco, 05 de abril de 1970.

3) Wanderley, José de Souza Leão — Entrevista inédita.

da importância do mesmo e prestaram ótimos serviços ao Estado.

Em 1968, na onda de modernização da Secretaria, Oswaldo Coelho determinou a abertura de concurso público e democratizou o processo de formação de um quadro mais profissional do que político. A democratização no processo de entrada, porém, não impediu que a influência política continuasse a se exercer nas promoções e na lotação pelas várias regiões e cidades do Estado.

A democratização do ingresso na carreira, com o concurso, beneficiou não só os candidatos do sexo masculino que não dispunham de pistolões políticos, como também os quadros femininos que saíam da Universidade, em um período de recessão e desemprego. Como para o ingresso nos quadros mais elevados — hoje do QF-IV ao QF-IX — era exigido o diploma superior de qualquer curso, foram numerosos candidatos de formação as mais diversas — engenheiros, bacharéis em direito, cientistas sociais, economistas, contabilistas, arquitetos, geógrafos, etc.; já para os cargos, hoje designados como QF-I a QF-III, considerados de nível médio, em vista do nível salarial ser relativamente elevado, candidataram-se também numerosos postulantes com nível superior.

As mulheres, interessadas também em disputar os cargos da Fazenda, se inscreveram nos concursos, sobretudo a partir de 1981, e conseguiram conquistar numerosos lugares. O então secretário da Fazenda, homem de idéias modernas e simpático à participação feminina, Everardo Maciel, ficou apreensivo com a hipótese de botar as jovens funcionárias nas empresas e no trânsito, no árduo e arriscado trabalho de fiscalização. Ele, que tinha entre os seus auxiliares diretos mais qualificados, a Sra. Maria Frederica Kriek, Consultor Jurídico da Fazenda, resolveu colocar em campo as “meninas” que ingressavam na Fazenda, tanto no serviço interno — preferido pela maioria delas — como no externo, inclusive no interior.

Viveu-se, então, uma experiência muito rica, de vez que a maioria dos fazendários questionava a capacidade da mulher para a fiscalização e da inadequação dos postos fiscais para hospedá-las quando em serviço, enquanto os contribuintes, acostumados a contrabandear e a sonegar, achavam que as mulheres não teriam coragem nem energia para abordá-los e puni-los.

A prática comprovou o contrário, como se pode ver com o depoimento de uma jovem fazendária: “no concurso reali-

zado em 1981 foram nomeados 64 candidatos, havendo entre eles numerosas mulheres. Deveriam ser distribuídas pelo Estado e, naturalmente, a maioria pretendia ser designada para o Recife. Algumas foram designadas para cidades do Sertão, como Salgueiro, Petrolina e Arcoverde, mas uma delas foi para Caruaru, no Agreste. Aí permaneceu por um ano e dois meses. Adaptou-se ao trabalho, convivendo com colegas e com contribuintes, fazendo diligências e apreensões. Em Caruaru havia apenas quatro moças nesta atividade, e duas delas, ligadas à região, ficaram lotadas no serviço interno, enquanto as outras foram designadas para o externo. No primeiro mês, uma delas trabalhou na “volante” que saía pelas estradas atrás de caminhões com mercadorias, para verificar a validade ou ausência das notas. Em seguida, foi designada para o Posto Fiscal de São Caetano onde trabalhavam vários agentes de administração fiscal, tendo ela, como Auditora Auxiliar, assumido a chefia de uma das equipes. A sua situação foi desagradável, por ser a única mulher na equipe e por ser jovem no meio de profissionais bem mais velhos e experientes.

Naturalmente que os velhos fiscais estranharam trabalhar sob a chefia de uma mulher jovem e ainda pouco experiente. Trataram-na com respeito, carinho e atenção, mas de forma paternalista, como se devessem protegê-la. E, até certo ponto, o paternalismo é uma forma de machismo. Por sua vez, os fiscalizados estranhavam a presença feminina no posto e julgavam que algum agente estivesse acompanhado por mulher ou filha. Pensamento pouco lisongeiro para uma jovem que procurava se firmar profissionalmente. O Posto, por sua vez, era pouco confortável e apresentava deficiência quanto às condições de higiene. O impacto cultural era muito forte e as mudanças se faziam com lentidão, o que dificultava a sua adaptação. Jovem e desconfiada, ela não só fiscalizava os contribuintes como os próprios agentes, por temer que algum deles facilitasse a passagem de mercadorias sem nota. Procurava demonstrar que, apesar de mulher e jovem, estava habilitada, era capaz de chefiar o Posto e de fazê-lo funcionar com eficiência.

Certa vez ocorreu um fato pitoresco, a Auditora Auxiliar estava no Posto Fiscal quando mandou parar um caminhão, que vinha aparentemente descarregado, e resolveu mandar que levantassem a lona que ia na carroceria, verificando então que sob a mesma, havia whisky contrabandeado. Os fiscais presentes ficaram a rir e o contribuinte assustado. Vê-se que o

contrabando, às vezes, é encontrado quando e onde não se espera e que o fiscal precisa ter rapidez de raciocínio e presença de espírito, além de coragem e energia.

No Cabo para onde foi transferida, por permuta, após um ano e meio em Caruaru, a jovem Auditora Auxiliar iria acumular mais experiências, trabalhando na "volante" que fiscalizava as mercadorias em trânsito, desde Cabo até São José da Coroa Grande. Serviço cansativo e arriscado, de vez que o fiscal não sabia com quem ia se defrontar, e dirigindo pequenos veículos — fuscas — já em uso há muito tempo. Na ocasião e na área ela era a única mulher que trabalhava no serviço externo, apesar, evidentemente, de preferir o serviço interno.

Certa vez, continuou no seu depoimento, "um colega teve um problema de coluna e não tinha condições de subir no caminhão; mas, eu subia legal, apesar de muitas colegas que fizeram concurso comigo dizerem que jamais iriam pôr os pés em cima de caminhão; mas eu gostava, e nesse dia subi e fiquei na carroceria, dizendo o que encontrava para o meu colega conferir com a nota fiscal. Nisso, eu olho e vejo o caminhão cheio de gente em redor; o meu colega estava rindo porque todos estavam espantados por nunca terem visto uma mulher em cima de um caminhão fiscalizando. Parecia um circo."⁴

Essas experiências são importantes e merecem ser conhecidas porque, até o concurso de 1981, várias mulheres já haviam entrado no Quadro Fazendário, mas, sendo pouco numerosas, eram sempre lotadas no serviço interno. A partir de 1981, sendo grande o número de aprovadas, muitas delas tiveram que ir para o serviço externo, competindo com os homens em todas as atividades funcionais. Caía o último bastião masculino na fiscalização.

Se o grupo que entrou no concurso de 1981 surpreendeu funcionários e contribuintes, com a entrada de mulheres na fiscalização externa, a surpresa foi ainda maior no concurso seguinte, quando o número de mulheres aumentou. Houve um certo período, em 1985/86, que na regional de Arcoverde trabalhava um número maior de mulheres do que de homens e, estas, residindo no Recife, se juntaram e organizaram uma "república" em Arcoverde, onde moravam quando estavam lá. Desenvolveram o trabalho com tal eficiência que eram temidas e chamadas pelos contribuintes de "as mulheres de Arcoverde".

4) Brito, Widja Maia de — Entrevista inédita.

De um modo geral, as fazendárias acham que a reação masculina à entrada delas, em uma área antes exclusiva dos homens, não foi forte, apesar de dominar nos quadros fazendários um forte espírito corporativo e um pensamento conservador. Ao se defrontarem com problemas mais sérios os colegas tomavam uma posição que variava entre assumir, por cavalheirismo, os trabalhos mais duros e perigosos, ou, ao contrário, afirmar "não desejaram e conseguiram o cargo, agora desempenhem as funções". Duas as formas diferentes de machismo.

Hoje não há mais problemas sérios de relacionamento ou de restrição porque as mulheres se impuseram pela competência e produção; muitos dos entrevistados⁵ as consideram, em média, melhores funcionárias que os homens. Algumas delas se destacaram e têm ocupado postos-chaves na administração, podendo ser citado o caso da Dra. Maria Frederica Kriek, que foi Consultora Jurídica da Fazenda na Administração de Everardo Maciel, havendo ocupado interinamente a própria Secretaria; o das diretoras do Departamento de Orientação ao Contribuinte e do Planejamento Fiscal, na administração do Dr. Luís Otávio de Melo Cavalcanti, e o da Auditora, Eneida Oreinstein Ende, Consultora Jurídica da Fazenda, e que foi Secretária Adjunta na administração do arquiteto Wilson Campos Júnior. Eneida Ende foi assessora do Secretário Luís Otávio,⁶ que elogia a sua competência, eficiência e dedicação.

Tânia Bacelar, que não era do quadro fazendário e assumiu o cargo num momento de crise, com o afastamento de Flávio Tavares de Lyra, chegou tateando, ouvindo, conversando com as várias facções existentes e prometendo manter o diálogo tanto com os servidores, individualmente, como com os seus representantes, ligados às associações de funcionários. Chamou a atenção para o fato de que, no Governo a que servia, os trabalhos da Secretaria do Planejamento — de que fora titular antes de ir para a Fazenda — e os da Fazenda, virem sendo feitos de forma integrada, atuando em equipe. Afirmou desejar integrar no seu programa também o BANDEPE, que já se achava financeiramente recuperado. Não esqueceu de chamar a atenção para a crise em que o Brasil se encontrava, com um crescimento de 1% ao ano, quando na década de Setenta chegara a crescer até 10% ao ano. Não prometeu

5) Barboza, Ivo — Entrevista inédita.

6) Cavalcanti, Luís Otávio Melo — Entrevista inédita.

resolver os problemas da Secretaria, que eram velhos, mas se dispunha a discutir problemas sérios como a questão salarial, a questão do projeto de produtividade, a questão das condições de trabalho nas várias áreas da Secretaria e a da modernização da mesma.⁷

Politicamente hábil, ela soube conduzir o processo de pacificação do órgão, atenuando a luta entre os grupos que se combatiam, dialogando com as associações de classe e com o sindicato, formado após a promulgação da Constituição de 1988, que em seu art. 37, VI, permitia a sindicalização dos funcionários públicos, antes terminantemente proibida. Ao sair, em 1990, devido a desentendimentos políticos entre o ex-Governador Miguel Arraes e o então Governador, Carlos Wilson, ela deixou a Secretaria muito prestigiada pelos funcionários e por suas lideranças.

De um modo geral, a ação da mulher, como profissional, na Fazenda, é muito elogiada e reconhecida como muito boa. O fazendário Ivo Barboza afirmou.⁸ “Eu trabalhei com mulheres na parte de fiscalização e acho até que ela é mais eficaz que o homem, até por conta de sua estrutura. A mulher é mais caprichosa, gosta de fazer as coisas bem feitas, não sei dizer se é uma questão cultural, ou se é uma conquista que ela vem pouco a pouco fazendo, ocupando o seu espaço, ou se é em função do comportamento que se exige dela, só sei que a mulher não tem nada a dever ao homem como profissional fiscal”.

O ex-Secretário Luís Otávio é peremptório ao afirmar⁹ sobre a mulher “teve um papel de destaque muito grande não apenas do ponto de vista da Secretaria, dos cargos de direção; eu tive duas auxiliares mulheres, uma Diretora do Departamento de Orientação ao Contribuinte e outra Diretora do Departamento de Planejamento Fiscal, e é curioso, são duas funções diferentes e a mulher se mostrou perfeitamente adaptada para o caráter, digamos, de colaboração que caracteriza o primeiro Departamento e o trabalho normativo que caracteriza o segundo e, tanto num caso como no outro, as minhas

7) ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Pronunciamento por Ocasão da Reunião com os Funcionários da Secretaria da Fazenda**. Recife: SEFAZ, 1988.

8) Entrevista inédita.

9) Entrevista inédita.

diretoras revelaram uma grande capacidade de adaptação, o que testemunha muito em favor da mulher, isto é, da capacidade da mulher no âmbito da administração pública e fazendária, especificamente”.

Observa-se, assim, que a “revolução” feminina na Fazenda, da mesma forma que na vida pública e profissional se procedeu com uma certa rapidez e firmeza, destruindo velhos tabus e preconceitos e ao mesmo tempo provocando mudanças consagradas por costumes seculares.

3.2 O DOCE E O AMARGO NA VIDA DO FAZENDÁRIO

Nem todo funcionário da Secretaria da Fazenda é classificado como fazendário, mas apenas os que estão classificados no Grupo Ocupacional Auditoria do Tesouro Estadual, que compreendem três classes, os Agentes de Administração Fiscal, os Auditores Auxiliares do Tesouro Estadual e os Auditores do Tesouro Estadual. Os demais funcionários da Secretaria da Fazenda, como os funcionários das demais secretarias, estão classificados como Nível Universitário (NU) ou como Nível Administrativo (NA), percebendo salários bem inferiores. O fato cria desníveis gritantes e muitas reclamações, de vez que, para os não fazendários, os trabalhos de arrecadação também dependem deles que trabalham na retaguarda, na burocracia. Essa frustração é provocada pela diferença salarial e pelo espaço de poder ocupado pelos fazendários, e tanto é assim que no folclore da Secretaria diz-se que o QF da qualificação dos fazendários significa “Que felicidade” e não “Quadro fazendário”.

Na verdade, participar do quadro Fazendário é uma situação invejável dentro do quadro de funcionários do Estado, devido a maior remuneração que percebem, mesmo na classe inferior, quando Agentes da Administração Fiscal (QF-I, QF-II e QF-III), a tal ponto isto é um fato, que ao se realizar concurso

para preenchimento de vagas, exigindo-se apenas o nível médio, serem numerosos os candidatos portadores de diplomas de nível superior.¹⁰ A entrada nesta classe facilita a ascensão à classe de nível imediatamente superior, de Auditor Auxiliar do Tesouro Estadual (QF-IV, QF-V e QF-VI), de vez que as vagas que se dão são preenchidas em 50% por concurso público externo e 50% por concurso interno.¹¹ O mesmo ocorre para ascensão desta classe para a mais elevada, de Auditor do Tesouro Estadual (QF-VII, QF-VIII e QF-IX). Os fazendários dispõem de forte poder de pressão sobre o Governo Estadual, de vez que de sua atuação depende a arrecadação. Daí as vantagens salariais que desfrutam e que, acrescidas de gratificação de produtividade, podem se elevar até o nível salarial dos secretários de Estado.

O ato de cobrar impostos, de fiscalizar não é simpático; o imposto, mesmo quando justo, é encarado como uma imposição, e além disso, no Brasil, o contribuinte não confia no retorno do imposto cobrado em bons serviços e em obras, ele tem sempre a sensação de que o imposto pago é dinheiro perdido.

De qualquer forma, com o nível de renda e o poder que dispõe, o fazendário é uma figura acatada e respeitada no meio em que atua. Um Auditor Auxiliar que dirige uma Agência de Receita Estadual (ARE), antiga coletoria, em uma cidade média do interior, é uma figura de projeção, ao lado de autoridades como o Prefeito, o Juiz de Direito, o Promotor Público e o Padre. Mas, para chegar aos lugares-chaves, ele necessita se entrosar com o grupo político no poder, apoiar o partido dominante e muitas vezes até se sujeitar a caprichos dos poderosos do dia, do Prefeito, dos deputados federais e estaduais com influência na área, do Secretário e do Governador.¹² Algumas vezes o funcionário se acomoda e fecha os olhos diante de certas circunstâncias, mas muitas vezes ele reage, defende os interesses do Estado e arrisca-se a ser transferido. A intensidade da pressão varia diante de cada caso e de acordo com o temperamento dos participantes. É verdade que as nomeações para o cargo inicial de cada classe só são feitas mediante concurso, mas as promoções de um nível para outro são feitas sem maiores exigências. Da mesma

10) Araújo, Tânia Bacelar — Entrevista inédita.

11) Edne, Eneida Oreinstein — Entrevista inédita.

12) Entrevistas inéditas de Cláudio Couceiro d'Amorim e de Petrônio Omar Quirino Tavares.

forma ocorrem as transferências entre lotação nos serviços internos e externos e de uma cidade para outra.

Se a vida do fazendário, em princípio, é doce, no seu dia-a-dia ela pode se tornar, por certos períodos, amarga; o fazendário geralmente reside no Recife e considera o trabalho muito duro quando é lotado em lugares distantes, como Petrolina ou Araripina, fazendo viagens semanais de centenas de quilômetros.

Há histórias do passado, quando o Estado não dispunha de estradas asfaltadas, em que o funcionário, transferido de uma cidade da Região da Mata ou do Agreste, para o Sertão, fazia viagens muito incômodas como a feita por Dinamerico Sedycias, ao ser transferido da coletoria de Queimadas, hoje Orobó, para a de São Gonçalo, hoje Araripiná. Na época, as estradas, quando existiam, eram carroçáveis, e os transportes coletivos praticamente não existiam em grandes áreas do Estado. É interessante transcrever o texto do próprio autor para se ter o relato com maior autenticidade: "No Serviço Estadual estreei com segurança, sob as luzes do Exator. Homem probo, cuja vida sempre esteve bem à altura das melhores tradições do Tesouro, em Pernambuco: Manoel Moraes de Vasconcelos, para quem, expresso aqui, caloroso testemunho de respeito e estima.

Trabalhamos pouco tempo.

Decorridos cinco meses, tive que me apartar do convívio de Moraes. É que eu fora efetivado.

Nas Queimadas, hoje Orobó, pus o matolão nas costas e rumei em direção ao oeste do Estado.

Pra chegar ao meu destino, tive que ir a Campina Grande já era naquela época! Fui subindo. Pernoitei na cidade de Pombal, onde mergulhei num trem, que acordou a madrugada e partiu, Sertão a dentro. Ia para o Cariri, fértil vale cearense.

Era noite de domingo, quando ao Crato nós chegamos. Eu havia então vencido a penúltima etapa.

Na segunda, apalavrei, logo cedo, a viagem com o dono de um Ford, caminhão de bons pneus e boléia bem cuidada.

Em seguida fui andando para conhecer as praças e as ruas. E a feira, por sinal bastante grande (os matutos gostam muito duma feira. E eu sou um deles!).

Visitei a Prefeitura, sob Alexandre Arraes, homem sério e fidalgo. Disse-lhe para onde ia. Ressaltei, na ocasião, com orgulho, meus começos na municipalidade do Curato de Sant'Ana, cujo nome oficial é apenas Bom Jardim.

E do Crato, ao meio-dia nós saímos. Na partida começou o bate-papo. Entre mim e o motorista.

Lá se foi a tarde toda! Fez-se noite na chapada. Às dez horas, finalmente, conclui a travessia. Eu estava em São Gonçalo. São Gonçalo, no passado. No presente, é Araripina".¹³

Por esta viagem se pode ver como era difícil ir do Recife ao Sertão, onde havia coletorias em várias cidades. Se para ir a Araripina o coletor necessitava viajar pela Paraíba e pelo Ceará, para ir à Petrolina ele necessitava tomar um navio da costeira no Recife, para Salvador, e em seguida fazer uma viagem de trem até o Juazeiro e depois atravessar de barco o rio São Francisco.

Mais difícil ainda era atingir cidades do Sertão Central, como Ouricuri, Triunfo, Serra Talhada ou Salgueiro. Ficavam coletores e escrivães de coletoria isolados do centro de poder, necessitando impor a lei fiscal com a sua própria autoridade, enfrentando fazendeiros e comerciantes, chefes políticos locais ligados a governadores e a deputados. E ainda havia o problema do cangaço, aguçado na década de Vinte, o das secas, etc. A pressão política, talvez, fosse das mais difíceis, uma vez que os governistas se julgavam isentos de pagar impostos e pressionavam para que estes fossem cobrados de forma mais rigorosa aos oposicionistas.

Atribui-se a um coronel do Sertão uma frase que exprime bem o estado de espírito então dominante. Diz-se que ele afirmou "Para os amigos os favores da lei, para os inimigos as penas da lei".

Para se compreender as agruras por que passava um coletor no Sertão, pode-se refletir sobre a ação de João d'Albuquerque Uchôa Cavalcanti que, no início do século, foi nomeado coletor de Floresta, no Alto Sertão. Como se tratava de um homem honesto e cumpridor dos seus deveres, o Governo "rosista" lhe confiou um posto chave para a repressão ao contrabando feito por Delmiro Gouveia, grande comprador e exportador de peles. Delmiro Gouveia, que se desaveio com Rosa e Silva por questões políticas e chegou a agredí-lo na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, adquiriu a fazenda Pedra, em Água Branca, Alagoas, e tornou a mesma seu centro de comércio. Posteriormente, nela instalou uma fábrica de linhas, utilizando a energia elétrica de Paulo Afonso. Desse modo, João Cavalcanti teria sido designado para a coletoria de Flo-

13) SEDYCIAS, Dinamérico. Memórias Fazendárias. **Fisco & Finanças**, Recife, a. 2, n. 17, p. 33, out./dez. 1983.

resta para enfrentar o inovador da indústria, que era opositor ao Governo da velha oligarquia.

E a oportunidade logo chegou, como conta o escritor Paulo Cavalcanti, "Certo dia, na coletoria de Floresta, que se chamava então Mesa de Rendas, João Cavalcanti soube que os cabras de Delmiro passariam, na manhã seguinte, com um comboio de peles pela estrada principal da cidade. Afeito aos ardis do "Coronel", o administrador da Mesa de Rendas montou guarda, auxiliado pelo alferes Manoel Nunes da Silva, delegado de polícia, na outra estrada de rodagem, à mesma hora. E foi a conta. Apreenderam os 1.705 quilos de peles. Era o dia 30 de dezembro de 1910. Como sempre, as mercadorias em trânsito vinham acompanhadas de uma guia de imposto, sempre a mesma para todas as operações. Desta vez tratava-se de uma guia expedida pela coletoria de Salgueiro. Nem o peso nem as qualidades coincidiram".

João Cavalcanti não hesitou. Apreendido o contrabando, abriu processo administrativo contra a firma de Delmiro; Delmiro, com bons advogados, contestou a acusação, mas foi derrotado perante o Tribunal do Tesouro do Estado, por unanimidade.

No ano seguinte, graças à intervenção federal, cai a oligarquia rosista e assume o Governo do Estado o Gal. Dantas Barreto, que tivera o apoio de Delmiro em sua campanha política. A retaliação foi implacável, transferindo o coletor de Floresta para outra cidade e em seguida demitindo-o, apesar de ter mais de 10 anos de serviços prestados ao Tesouro.¹⁴ Quantos coletores não tiveram punições semelhantes por haverem defendido os interesses do Estado e da sociedade?

Bem diferente era a situação do funcionário do fisco que se colocava sob a proteção do "coronel", do chefe político. Há um fato interessante, ocorrido em Bom Conselho. Ulisses Vianna conta que não gostava de participar de comissões de sindicância a respeito de irregularidades cometidas por colegas, mas, certa vez, não pôde fugir de participar de uma para que fora designado. E relata com humor "A viagem naquela época representava verdadeiro sacrifício e isto em face do precário estado das rodovias. O lençol de poeira envolvia os enviados da Fazenda. A incidência da gripe seria,

14) CAVALCANTI, Paulo. Apresentação. In: MENEZES, Hildebrando. **Delmiro Gouveia, Vida e Morte**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1991. p. 6, 8.

de resto, a condecoração de honra ao mérito dos responsáveis pelo processo.

Chegamos, afinal, ao território agradável e acolhedor do “Cel.” José Abílio de Albuquerque Ávila. Por uma questão de deferência especial, mantivemos contato imediato com o “Senhor de Papacaça”, detentor de todos os títulos honoríficos outorgados por sua majestade o Imperador.

A amabilidade de Zé Abílio emocionou os visitantes. Hábil e sagaz, chefe político notável, o “Cel.”, após mandar servir lauta mesa de queijo, bolo, café e leite, fez uma pausa para meditação e arrematou: “Segundo os preceitos bíblicos, Jesus, o mestre e o mito, sentenciou, “Perdoai os que erram” Poucos entenderam a proverbial sentença”.¹⁵

E o cronista continuou, “O indiciado, cidadão de ótimas virtudes, inteligente, bom colega, bom cabo eleitoral, era simplesmente afilhado do magnata bomconselhense. Os interrogatórios se sucederam e a cidade toda acompanhou o desenrolar do processo, de vez que para os protegidos do “coronel” era o prestígio do mesmo que estava em julgamento.

A comissão, após acurados estudos, concluiu que só encontrara indícios e a punição pelos indícios, seria o simples afastamento da vítima da função por ele exercida. Destruindo a causa, os efeitos não tinham mais importância. No dia do veredicto todos dormiram na santa paz do Senhor”.

Pitoresco foi o caso do coletor de uma cidade do Agreste que em uma campanha política entusiasmou-se com o candidato do Governo e colocou o nome do candidato a Governador pela oposição em um cachorro que recebera de presente. E o cachorro logo ficou famoso porque ao ouvir o nome do candidato se aproximava de quem o chamava, balançando a cauda e latindo alegremente. Acontece que o coletor foi azarado e o candidato opositor venceu as eleições. Mudou o nome do cão para Peri, mas este não aceitou o novo nome e só atendia pelo anterior. Depois de empossado, o Governador enviou um dos seus secretários à cidade e este procurou o coletor, conversando a princípio sobre os problemas de arrecadação no município, após ganhar alguma confiança perguntou pelo cachorro que o coletor possuía. Este respondeu que estava ali, na coletoria, e que se chamava Peri. O Secretário chamou Peri várias vezes e o cão não se manifestou. mas de repente chamou-o pelo nome do Governador e o cachorro alegre pulou no seu colo. Evidenciado

15) VIANNA, Ulisses. Memórias de um fazendário. **Fisco & Finanças**, Recife, a. 1, n. 5, p. 24, out./dez. 1980,

o fato o Secretário voltou ao Recife e uma semana depois o coletor recebeu a comunicação de que havia sido transferido para uma pequena cidade do alto Sertão.

As relações entre agentes do fisco e autoridades políticas dão margem a um rico folclore. Em uma pequena cidade sertaneja em que a vontade do chefe político era lei, onde só o filho, deputado estadual, legislava em escala local, sem ouvir a Câmara, ocorreu, na década de Sessenta, um fato pitoresco: o coronel determinara que no município não havia nada a cobrar e que a coletoria poderia permanecer fechada a maior parte do mês. O coletor, que possuía fazendas de gado em município distante, se aproveitava da situação e ia cuidar de suas terras, enquanto o jovem escrivão, estudante, passava vinte dias no Recife, todos os meses. Um belo dia, chega à cidade uma comissão da Secretaria da Fazenda para fiscalizar a coletoria e encontra o escrivão ao qual ela passa a dar ordens. Este, educadamente, vai cumprindo as determinações dando tempo a que o coletor chegasse. Chegando o coletor, os membros da comissão verificam os documentos que desejam e o convidam para dar uma volta pela cidade. O escrivão fecha a porta para acompanhar a comitiva. O chefe da comissão, que supôs que aquele rapaz, de cerca de 20 anos de idade, fosse um zelador da coletoria, disse que ele não fosse a fim de que a coletoria não ficasse fechada. O escrivão, indignado, respondeu que não tinha a menor importância, de vez que ela vivia fechada. Criou-se um caso, foi feito inquérito e escrivão e coletor foram transferidos para cidades sertanejas mais distantes do Recife.

Passada a onda, certamente o coronel e o filho deputado, sendo governistas, retomaram o controle da coletoria, como tinham das demais repartições. Eram donos de pessoas, coisas e animais do município e nas eleições davam votação quase unânime aos candidatos que apoiavam.

Outro caso interessante, que merece registro, é o de uma pequena cidade sertaneja em que o coletor residia no Recife e deixava a coletoria a cargo do escrivão, que se sentia com autoridade para cobrar os impostos, contrariando o Prefeito. Na cidade ele era grande autoridade porque não havia Juiz nem Promotor e o delegado de polícia era um simples sargento. Obteve o apoio do delegado, que era a autoridade mais forte, cobrou impostos devidos dos amigos do prefeito e intimou o agente arrecadador a depositar na coletoria, em cada oito dias, o resultado da arrecadação, impedindo que o Prefeito usasse o dinheiro do Estado em seus negócios. O

Prefeito retrucou que o dinheiro na mão dele estava bem guardado ao que respondeu que “bem guardado ele estava no cofre da coletoria”. A população da cidade entendeu que o escrivão da coletoria e o Prefeito estavam rompidos e tomou partido; os que moravam na cidade alta, onde residia o Prefeito, apoiaram o mesmo, e os que moravam na cidade baixa e que apoiavam o candidato derrotado na última eleição para a Prefeitura, apoiaram o escrivão da coletoria que recebeu garantias do delegado de polícia. Criou-se o impasse e o Governador procurou evitar a continuação do mesmo oferecendo promoção ao escrivão. Era o que ele desejava e aceitou prontamente a oferta.

Vê-se, assim, como era difícil, até alguns anos atrás, desenvolver uma política tributária que defendesse realmente os interesses do Estado e impedisse a sonegação. As injunções políticas eram muito fortes e os sonegadores, muitas vezes, eram protegidos por autoridades constituídas. Aos fiscais que queriam defender o erário público restava a esperança de uma transferência para lugar melhor, cidade maior ou mais próxima do Recife, onde a maioria absoluta deseja terminar a carreira.

Mas nem sempre ocorrem coisas amargas, há também as pitorescas, como se pode citar em alguns exemplos. Conta-se, que na década de Quarenta, o grande poeta Ascenso Ferreira, funcionário fazendário, ocupou interinamente uma Diretoria; chegando a ele um processo, não soube como despachar e não querendo estudar o caso, deu o despacho seguinte: “Ao Prefeito de Exu para que tome conhecimento e informe”. O Secretário, informado do parecer, estranhou, de vez que o processo nada tinha a ver com a cidade de Exu, e mandou chamar Ascenso à sua presença. Perguntou a razão daquele despacho e o poeta, tranqüilo e rindo, respondeu “Porque Exu é muito longe e daqui que o processo chegue lá, que o Prefeito compreenda que nada tem com o mesmo e o devolva já tem passado o tempo de minha interinidade”. Tendo deixado o cargo, ficaria com o titular do mesmo a responsabilidade para dar solução ao problema.

Outro caso interessante ocorreu com um funcionário de carreira, “Dilermando Raposo, rígido, competente e padronizado, adorava sistema impessoal de administração, exigindo de todos os subordinados apenas o cumprimento do dever e o respeito aos regimentos departamentais. Permanece vivo em nossa lembrança um episódio engraçado. Dilermando estava em seu gabinete quando uma funcionária, acometida

de forte “influeza” aproximou-se do Diretor, com um chale envolvendo a cabeça. O titular ergueu a voz e sem mudar o olhar dos documentos sobre a mesa, disse, apressadamente: “perdoe!”. Ele achava que era uma pessoa pedindo esmola. Quando se inteirou ficou traumatizado e desfez o equívoco, na presença de sua auxiliar”.¹⁶

E ainda há o caso de completa adaptação à vida interiorana, do funcionário da Fazenda que servia em Araripina. Um funcionário exemplar do Posto de Serviço situado na serra do Araripe, não descansava em nenhum dia da semana, trabalhando de domingo a sábado todas as semanas e admitia que a melhor forma de descansar era trabalhar. Toda semana vinha à coletoria prestar contas das cobranças feitas. Uma semana não veio e mandou por um portador o talão e o dinheiro arrecadado, de vez que estava de cama.

O colega, que era seu amigo, foi fazer uma visita ao enfermo e perguntou: “Arriado”?

— Reumatismo do brabo, compadre!... Ontem não preguei as pestanas. Ao quebrar da barra, para me sentar nesta rede, até a alma se arrepiou.

Na mesinha da sala jazia um vidro de salicilato de sódio sobre a receita do Dr. Araújo.

— Sempre me dei bem com essa “pila”, mas desta vez!... Vou pra cascavel, compadre!

— Pra onde?

— Pro pirão de serpente.

E explicou porque:

— Há tempo, velho amigo do Belmonte estava assim como eu, e o jeito que teve foi almoçar uns escaldados de cobra. Da que tem chocalho na cauda. Preveniu-me que a bicha rança, mas cura.

Encarei o meu amigo com olhos de espanto e repugnância. Indaguei-lhe quando ia mudar de cardápio, pois gostaria de assistir à primeira refeição offídica.

— Se Antônio chegar à tarde com a caça, ainda hoje vou comê-la.

À noite, “Seu” Zeca-Mina jantou o crótalo. E só por falta de aviso, perdi o flagrante!...

No dia seguinte fui visitá-lo.

— Já comecei compadre! O primeiro bocado é de não descer na goela. Mas já engoli remédio pior.

— E as dores?

16) VIANNA, Ulisses. Memórias de um fazendário. **Fisco & Finanças**, Recife, a. 1, n. 4, p. 28, ago./set. 1980.

— Parece que são menores. A minha Nossa Senhora do Perpétuo Socorro já me está ajudando nesta empreitada.

— Quer dizer que hoje...

— Não compadre Dino! É um dia sim e outro não. Quem comer todos os dias estupora.

— Vão ser quantos pratos?

— Depende. Enquanto doer estarei só almoçando cascavel.

Na sexta-feira, à tarde, o Guarda Arrecadador José Pereira de França foi à Coletoria. Seu visual era de quem havia mesmo conseguido exorcizar o diabo do reumatismo.

— Seja muito bem vindo!

— Muito obrigado!... Estou pronto compadre. Dê-me as suas ordens porque amanhã, ao escurecer, estarei de volta a Serra".¹⁷

Vê-se, como o homem pode integrar-se à natureza e aos hábitos mais simples de uma população rural que não absorveu os usos e costumes da cidade. Quantos coletores, escrivães de coletoria e arrecadadores de impostos tiveram que, em momentos difíceis, longe da família e dos amigos, adotar costumes e hábitos a que não estavam familiarizados. E, como fatos como este, que devem ter provocado uma grande repugnância, tornaram-se, com o tempo, motivo de chiste, de brincadeira e até de saudosas recordações? Daí admitirmos que a vida do fazendário, como a de todos os mortais, tem seus momentos de doçura e de amargo. O povo sabiamente afirma "não há mal que sempre dure nem bem que nunca se acabe".

17) SEDYCIAS, Dinamérico. Memórias Fazendárias. **Fisco & Finanças**, Recife, a. 2, n. 17, p. 33, out./dez. 1983.

3.3 O FAZENDÁRIO SE ORGANIZA E LUTA: ASSOCIAÇÕES, SINDICATO E FENAFISCO

Os fazendários formam um grupo funcional altamente qualificado e são, quase sempre, portadores de diploma de curso superior e muito conscientes dos seus direitos e deveres. Até 1990 eles formavam grupos funcionais com muitas distorções de classificações salariais, até que foram organizados em um Grupo Ocupacional de Auditoria do Tesouro Estadual, compreendendo três classes, a dos Agentes de Administração Fiscal, a de Auditor Auxiliar do Tesouro Estadual e a de Auditor do Tesouro Estadual.

Como não podiam se organizar em um sindicato, devido à proibição constitucional, se associaram em três entidades, uma para cada classe; a primeira formou a Associação Pernambucana dos Agentes de Administração Fiscal — APEAGA —, a segunda a Associação dos Auditores Auxiliares do Tesouro do Estado de Pernambuco — ASAATEPE — e a terceira a Associação dos Auditores do Tesouro do Estado de Pernambuco — AATEPE —. Antes da fundação do sindicato, elas realizavam um grande trabalho de apoio às reivindicações dos seus associados, mas recusavam se unir, não queriam se integrar. Havia restrições e preconceitos daquelas classes mais elevadas contra os das classes menos eleva-

das,¹⁸ sobretudo contra os Agentes de Administração Fiscal, porque, para ocupar postos nesta classe não era exigido o diploma de curso superior, no entanto, os seus membros eram quase sempre diplomados, de vez que os altos salários atraíam essas pessoas para os seus concursos de ingresso. Como dentro de cada classe existem três níveis, o funcionário pode ser promovido de um nível para o outro por antiguidade ou por merecimento. A diferença de salário entre um nível e outro é da ordem de 5%, enquanto do nível superior de uma classe para o nível inferior da outra classe mais elevada é da ordem de 20%. Mas, para passar de uma classe para outra, é necessário concurso.

Além da rivalidade entre as classes, existe também a rivalidade, dentro de uma mesma classe, entre os funcionários que trabalham no serviço externo e os que trabalham no serviço interno. Os primeiros acham que são eles, que trabalham na rua e autuam os infratores, os que produzem as gratificações de produtividade, enquanto os do serviço interno acham que a sua função tem maior importância. Isto, fora as disputas individuais, como ocorrem em todas as classes e funções, por promoções e por classificação no interior ou na Capital.

O problema da luta para não ficar no interior, sobretudo nas pequenas cidades sertanejas, é tão grave que já se pensou em fazer concursos regionais; mas, mesmo quando feito a nível de grandes regiões, ocorrem queixas daqueles que são localizados em municípios distantes da cidade em que viviam ou em que desejam viver.¹⁹

Daí a dificuldade de se reunir em um único órgão os funcionários das três classes fazendárias, quando a Constituição de 1988, em seu art. 37, VI, permitiu a organização sindical dos servidores públicos. Como esta organização está sujeita às restrições impostas pelo art. 8 da mesma Constituição, que em seu inciso II diz que “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregados interessados, não podendo ser inferior a área de um

18) QUINTAS NETO, Manoel Rodrigues; COSTA, Maria Odenheimer; BRITO, Widja Maia. **Uma Análise do Confronto Entre as Categorias Profissionais do Grupo Ocupacional Auditoria do Tesouro Estadual**. Recife: FESP, 1990. Mimeografada. p. 61-67.

19) Maciel, Everardo de Almeida — Entrevista inédita.

Município”,²⁰ não se poderia organizar mais de um sindicato de fazendários no Estado de Pernambuco. Do número total da categoria, menos de 1.200 em todo o Estado, cerca de 900 são sindicalizados.

As divergências entre as três associações para fundar um sindicato, eram grandes,²¹ não sendo fácil contorná-las. A idéia de sua formação nasceu na AATEPE, com o apoio da FAFITE (Federação Nacional de Sindicatos e Associações de Fiscais de Tributos Estaduais — Brasil), graças ao apoio da Vice-Presidência da Regional Nordeste, exercida, na ocasião, por Petrônio Omar Querino Tavares.²²

Organizado o Sindicato (SINDIFISCO) a 19 de dezembro de 1988, em Assembléia realizada no Auditório Beberibe, do Centro de Convenções, promoveu-se a posse de sua primeira diretoria, a 20 de dezembro, em solenidade realizada no Espaço Cultural José do Rego Maciel; na ocasião foram empossados como primeiro presidente, Ivo de Lima Barboza, como primeiro vice-presidente Nilo Otaviano da Costa Filho, e segundo vice-presidente Octácio Alves de Sant’ana Filho. O primeiro era Auditor, o segundo Agente de Administração Fiscal e o terceiro Auditor Auxiliar. Houve, assim, uma composição entre as várias associações a fim de que o sindicato começasse a funcionar. Com a fundação do sindicato, as associações perderam grande parte do poder e tiveram que restringir as suas atividades às culturais e sociais, uma vez que aquelas ligadas às atividades profissionais passavam para o novo órgão. Mas a classe saía vitoriosa com o acordo porque se apresentava unida e forte frente ao poder estadual, podendo pressionar, em função da consolidação e ampliação dos direitos dos seus associados.

O Sindifisco, mal iniciou os seus trabalhos, estabeleceu as metas e programas que se seguem:

1 — revisão do sistema de gratificação e produtividade fiscal;

20) FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988** São Paulo : Saraiva, 1990. v. 1 p. 108.

21) QUINTAS NETO, Manoel Rodrigues; COSTA, Maria Odenheimer; BRITO, Widja Maia. **Uma Análise do Confronto Entre as Categorias Profissionais do Grupo Ocupacional Auditoria do Tesouro Estadual** Recife : FESP, 1990. Mimeografada.

22) SINDIFATOS, Ano I, nº 1. Recife, março de 1989.

- 2 — ativar, junto à administração estadual, as promoções nas diversas classes das séries de classes constitutivas dos respectivos cargos;
- 3 — atualização monetária dos valores recebidos com atraso, a qualquer título;
- 4 — corrigir as distorções do sistema de indenização e despesas com transportes a serviço da reparação;
- 5 — lutar contra a distorção feita ao texto constitucional pela Comissão de Coordenação do Sistema de Pessoal — COSIPE — em relação ao pagamento do abono de férias;
- 6 — adequação da política salarial do Estado à realidade da economia estadual;
- 7 — melhoria das condições de trabalho em postos fiscais, terminais de embarque e desembarque de mercadorias e volantes;
- 8 — recomposição do quadro funcional;
- 9 — reciclagem do corpo funcional técnico;
- 10 — criação e implantação de plano de cargos e salários;
- 11 — combater as contratações por via indireta, com burla da proibição constitucional;
- 12 — evitar a falta de continuidade administrativa na Fazenda;
- 13 — aumento da segurança nas atividades de fiscalização, especialmente das mercadorias em trânsito;
- 14 — agilização no fornecimento do instrumental de trabalho;
- 15 — Lei orgânica do Fisco;

- 16 — funcionamento da Procuradoria Geral da Fazenda;
- 17 — interação com as demais organizações sindicais do Estado;
- 18 — adoção de um sistema de promoções coerente e justo;
- 19 — implantação de um plano diretor de informática;
- 20 — divulgação das ações.

Como se vê, das suas metas constavam os mais diversos problemas: o salarial, o das boas condições de trabalho e o da modernização da Secretaria. Logo no primeiro item se observa a preocupação, embora veladamente, com a volta da “quota-parte” que os fiscais recebiam, até a Reforma Tributária de 1966 e que perderam no momento em que o Governo autoritário quis impedir que eles tivessem uma grande elevação de salários. A proibição caiu com a Constituição de 1988, que a ela não se referiu, sendo restaurada em alguns estados. Em Pernambuco, porém, a Constituição Estadual de 1989, a proíbe, em seu art. 96, inciso IX. Interessante é que o Governador e a Secretaria da Fazenda de então, não se opunham a que os fiscais tivessem a sua quota-parte nas multas, desde que respeitado o art. 37, XI da Constituição Federal, mas os “lobbies” dos empresários, temerosos de que os fazendários tivessem maior estímulo na fiscalização, impediram que a pretensão dos mesmos passasse. Conservou-se um sistema de produtividade e a garantia de poder, com a mesma o funcionário QF-IX, atingir a remuneração de um Secretário de Estado, o que não satisfaz completamente aos fazendários. Eles argumentam que a renda do Estado não se baseia nas multas, mas nos impostos, e quanto for maior a participação do fiscal na multa, maior o estímulo ao trabalho e maior a renda do Estado.

O SINDIFISCO, agindo já como sindicato, promoveu uma Assembléia Permanente, a 4 de agosto de 1989, e programou uma greve de advertência por 24 horas, apresentando ao Governo 37 reivindicações.²³ A paralisação se realizou no dia 29 do mesmo mês, contando com o apoio de 92% do pessoal interno e externo, lotado no interior e na Capital. Con-

23) Sindifatos, Ano I nº 02 — Agosto/1989.

seguiram importante vitória, com a aprovação do Plano de Cargos e Carreira, agrupando os funcionários fiscais nas três classes antes referidas.

Os fiscais retornaram ao trabalho, anunciando nova greve para o mês de setembro. A ação sindical, porém, não enfraqueceu as associações, de vez que nos meados de 1989 Octavio Alves de Sant'ana Filho, ao se empossar na Presidência da ASAATEPE, afirmou que ia mudar a sede da sociedade e "intensificar as reuniões de lazer para que haja maior interação entre os grupos"²⁴ e na mesa da solenidade de posse se encontravam, apoiando as novas diretrizes da diretoria, o Presidente do SINDIFISCO, Ivo Barboza, da AATEPE, Petrônio Querino e da APEAGA, José Barbosa, os espaços para associações e sindicato estavam definidos. Nesse mesmo período o Presidente da AATEPE promovia o 5º ENAFEPE — Encontro anual dos profissionais da área, objetivando novas diretrizes para a atividade fiscal no Estado.

Ainda em 1990, o fazendário Ivo Barboza renunciou à Presidência do SINDIFISCO, sendo sucedido pelo Vice-Presidente Nilo Otaviano da Silva Filho que, ao concluir o mandato, se reelegeu Presidente, tendo como Vice Octavio Alves de Sant'ana Filho. Mas o movimento sindical em Pernambuco não estava isolado, ele se entrosava com movimentos idênticos na maioria dos estados do Brasil e se integrava à FAFITE.

O sindicato, apesar de novo, com apenas três anos de existência, se encontra em fase de expansão e procura quebrar tradições que prejudicam a sua ação, como a resistência de algumas associações à perda de espaço nos movimentos reivindicatórios. Ele se mantém com a contribuição de 1% do salário dos associados, descontado em folha de pagamento, e com o Imposto Sindical. Caso este seja extinto, a diretoria pensa em recorrer à contribuição confederativa, prevista pela Constituição de 1988, em seu art. 8, IV. O apoio da classe é forte e o sindicato já conseguiu fazer quatro paralisações de trabalho, de 24 horas cada uma, nas ocasiões em que pressionava o Governo do Estado a atender a reivindicações, conseguindo o reconhecimento da maioria delas. O SINDIFISCO não pretende se restringir à discussão de problemas salariais e de condições de trabalho, pensa também em organizar um serviço de assistência e atendimento médico de primeira classe para seus associados e familiares, em continuar a publicar o seu jornal "Sindifatos" e desenvolver um plano de

24) SINDIFISCO, Ano 1, nº 03, pág. 3.

ação cultural, apoiando o Coral da SEFAZ, recentemente fundado, realizando encontros de poesia, divulgando obras dos seus associados e fazendo reuniões culturais e de lazer em geral.²⁵

Existem em funcionamento, no Brasil, sindicatos de fiscais em doze estados estando os mesmos ligados ao FENAFISCO, solidários entre eles, e trocando experiências, informações, a fim de fortalecer a posição da classe em todo o país.

A Federação Nacional de Sindicatos e Associações de Fiscais de Tributos Estaduais — FAFITE — foi fundada em 6 de setembro de 1979. Em março de 1990, o pernambucano Petrônio Omar Quirino Tavares, foi eleito seu presidente, tendo como companheiro de chapa dois outros pernambucanos, José Iran Gama, como diretor-tesoureiro, e Vital Corrêa de Araújo, diretor-secretário.²⁶ Em seu discurso de posse, o novo diretor fez um veemente pronunciamento chamando atenção para a necessidade de “probridade, dignidade e modernidade” na vida pública do país, propondo-se à realização de um choque de credibilidade no setor público, com medidas como:

- 1 — credibilidade na Administração da Receita Pública;
- 2 — profilaxia e prevenção à sonegação tributária;
- 3 — criação de delegacias de crime de sonegação;
- 4 — dinamização do executivo fiscal;
- 5 — formação de uma consciência ético-tributária;
- 6 — integração dos fiscos federal e estadual;
- 7 — representação do fisco estadual a nível federal;
- 8 — mudança na representação.

De 22 a 25 de maio, realizou-se no Recife, com apoio do Governo do Estado, o II Seminário Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (II SIMNAFITE). Neste seminário os fazendários discutiram problemas da maior importância, como os da sonegação, das fraudes e da corrupção, e Petrônio Tavares, em corajoso discurso, afirmou “A impunidade é, talvez, o

25) Silva Filho, Nilo Otaviano — Entrevista inédita.

26) Jornal da FAFITE, Ano I, nº 1, março/abril 1990.

maior fator de contribuição para a sonegação. Sonega quem compra contrabando, principalmente nas fronteiras; quem abre algum negócio com intuito claro e definido de sonegar, burlar o Fisco, emitindo talonário facilmente identificável como “nota fria”; sonega quem compra e vende mercadorias sem nota; sonegam o comércio, os restaurantes, casas de peças de automóveis, bijouterias, enfim, sonegam todos, chegando isso a representar de 40 a 50% da receita que deveria ser arrecadada”. E continua “Se o povo sabe que é ele que paga imposto, tem o dever de exigir a nota fiscal. É preciso ordenar o setor, com a atualização de cadastros, boa remuneração, qualificação de pessoal do fisco e informatização fazendária, capazes de combater a sonegação.”²⁷

As lideranças fazendárias costumam destacar como um dos principais problemas para o Fisco, a falta de modernização na área da computação que, no Estado, continua a ser centralizada, não dispondo a SEFAZ de maior autonomia informática. Até o edifício histórico da SEFAZ, construído no início da década de Quarenta e que não comporta mais os principais serviços da Secretaria, começa a ser considerado obsoleto, levantando-se a possibilidade da construção de um novo edifício, problema que atinge também as demais secretarias do Estado. Daí o apoio dado pelos presidentes do Sindifisco e do Fenafisco à implantação do Instituto de Administração Fazendária e da Escola Fazendária, indispensáveis à modernização da SEFAZ e que fará investimentos sobretudo no funcionário, no homem, que é o elemento básico para o funcionamento das instituições; tem muito maior importância que os investimentos feitos em imóveis e utensílios, mesmo sabendo que estes são também indispensáveis.

Em 1990, em reunião realizada em Manaus, os fazendários resolveram mudar a denominação social de FAFITE para FENAFISCO (Federação Nacional do Fisco Estadual), com o fim de dar maior abrangência à Federação,²⁸ e alcançaram a vitória de ver o seu presidente, Petrônio Tavares, eleito vice-presidente da COTECS — Conselho Coordenador dos Trabalhadores Estatais do Cone-Sul para o período 1990/1994.

A agudização da crise econômica e a recessão, trazem, naturalmente, sérios problemas à área fiscal; a FENAFISCO, como os demais setores do funcionalismo público, vem reagindo

27) Jornal FAFITE, Ano I, nº 2. Maio de 1990.

28) Jornal FENAFISCO, Ano I, nº 4. Agosto/setembro de 1990.

do às medidas do Governo Federal que prejudicam seriamente os servidores e procuram estender sobre os mesmos um manto de descrédito. Daí o seu apoio à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) na luta pelo respeito à Constituição, em defesa do respeito ao “direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada (art. 5º inciso 36) e contra medidas provisórias inconstitucionais, como a 286, transformada, posteriormente, na lei 8612.²⁹ Empossado o novo Governador, Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, representantes do SINDIFISCO e da FENAFISCO tiveram entrevista com o mesmo, assegurando o apoio no combate à sonegação e ao contrabando.

Foram feitas articulações políticas que permitem à FENAFISCO o apoio de 21 deputados federais, dentre os quais dois do Estado de Pernambuco — Gustavo Krause e Sebastião Oliveira, e de um suplente de Deputado Pedro Torres Tunu.

Para fazer constar a sua presença e demonstrar que ela se encontra em linha de frente na defesa dos interesses dos seus associados e da sociedade, o presidente da FENAFISCO publicou, a 20 de março de 1991, na Revista VEJA, de maior circulação no país, uma Carta Aberta aos novos governadores nos termos que se seguem:

“Senhores Governadores,

Na conjuntura que atravessamos, ante o quadro de incertezas e de angústias vivido pela nossa sociedade, é tensa a expectativa da população brasileira no momento da posse dos novos governadores.

Há desesperança e temor, diante da fera da recessão, em cujo rastro prosperam o desemprego e a miséria, a fome, a criminalidade e o atraso, constringendo a classe trabalhadora brasileira.

A convulsão social ronda o País, cuja ótica governamental, até agora, não permitiu enxergar além dos muros palacianos.

Por outro lado, estende-se a campanha desestabilizadora da credibilidade dos serviços públicos, cuja oferta foi afetada pela diminuição da arrecadação tributária. Os efeitos dessa situação recaem diretamente sobre os servidores públicos, levando-os ao descrédito, aviltando-os e sujeitando todos a humilhações e desesperos. São obrigados à disponi-

29) Jornal FENAFISCO, Ano II, nº 6. Jan./fev. 1991.

bilidade, sofrem ameaças de demissões, são dispensados sem motivo e, entre outros constrangimentos, estão submetidos ao descabro do atraso no pagamento dos seus salários e a um arrocho salarial sem precedentes.

É impositivo que a FENAFISCO, entidade representativa do Fisco estadual brasileiro, congregando cerca de 40 mil fazendários, enfrente os desafios que à Nação Brasileira hoje se apresentam, especialmente ao Fisco e ao setor público em geral, no sentido de exigir dos governantes ações reais de transformação das condições de vida de nosso povo.

É fundamental, Senhores Governadores, o exercício da exigência ética e o mandado de denunciar comportamentos governamentais, funcionais ou privados, que tragam prejuízos à comunidade.

O Fisco, ao contrário do que pensam governantes equivocados, é instrumento importante para o desenvolvimento nacional e condição básica para a realização da receita tributária.

É compromisso da FENAFISCO tudo fazer para que a ação fiscal seja exercida com probidade, para que o Fisco seja tratado adequadamente, tanto a nível de profissionalização e de remuneração, quanto a nível social e político, e para que sejam modernizadas as administrações fazendárias.

É propósito da FENAFISCO combater a sonegação, lutar pelos direitos constitucionalmente consagrados dos servidores públicos, e manter vigilância sobre a aplicação dos recursos governamentais.

É também compromisso da FENAFISCO contribuir com a Nação na reestruturação econômica e social do País, buscando o incremento da Receita Tributária e a valorização do servidor público, condições imprescindíveis à realização dos programas de governo.

A FENAFISCO, sobretudo, estará vigilante e solidária na preservação dos direitos do Fisco estadual, sempre disposta ao diálogo, necessário ao entendimento, sem abdicar, jamais, de sua capacidade de luta na defesa dos seus objetivos.

A FENAFISCO, senhores governadores, aceita o desafio contido nos compromissos assumidos, exigindo, em contrapartida, a dignificação da atividade fazendária e dos servidores que a integram.”

Petrônio Omar Querino Tavares

Presidente

Com grande experiência, o dirigente de classe, Petrônio Tavares, foi presidente da Associação dos Auditores de Pernambuco durante quatro anos (dois mandatos), de onde partiu para a vice-presidência da FAFITE e, em seguida, para a Presidência da FENAFISCO. Depois estendeu a sua influência e liderança ao plano latino-americano, sendo vice-presidente da COTECS, que abarca os países do Cone Sul-Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile — filiada à CLASEP, que coordena o movimento sindical dos servidores públicos e é filiada à CMT, Confederação Mundial do Trabalho.

Ele admite que o movimento de sindicalização entre fazendários está se consolidando, tanto no Brasil como em Pernambuco, e que esta classe e este movimento se encontram em fase de conscientização, de politização, que é comprovado, inclusive, pelo fato de o Jornal da FENAFISCO, bimensal que começou com uma tiragem de 1.000 exemplares, ter hoje, em pouco mais de um ano, uma tiragem da ordem de 7 a 8.000 exemplares; sinal de que o interesse despertado pelo mesmo é cada vez maior e que o sistema de distribuição tornou-se mais eficiente, elevando-o a todas as autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de maior representatividade.³⁰

As metas que orientam a ação da FENAFISCO são a probidade na ação fiscal, a dignidade do Fisco e a moralidade fazendária. Por isto se recusa a apoiar os desonestos, que aceitam propinas, da mesma forma que os conluios, apadrinhamentos de grupos políticos, em detrimento dos fiscais independentes e dos pequenos e médios contribuintes. Isto deve ser complementado por uma campanha que leve os funcionários a vivenciarem mais o seu trabalho, que estejam interessados em se informar não só da parte adjetiva, funcional, como também da substantiva, das condições econômicas e sociais da área de jurisdição onde trabalham.

Da maior importância também seria o comprometimento do fazendário com a solução dos problemas que estão ao seu alcance, a fim de evitar a falta de compromissos com o social, com o público. Assim, ele afirma, comentando o descaso com as condições de trabalho, que "Vai criando na geração nova o sentimento de que ninguém vai consertar o mundo, a bagunça é desse jeito no Estado, nos outros estados, no Brasil, então não adianta querer ser palmatória do mundo; infelizmente eu vejo isso, hoje, na Fazenda; agora, os

30) Tavares, Petrônio Omar Quirino — Entrevista inédita.

mais velhos que estão na Casa, e eu me considero um deles, se preocupam sobre qual é a Fazenda e como a minha geração vai deixar a Fazenda para as gerações que vêm". É o compromisso de sua geração é o de encarar a Fazenda como uma arma do povo, que possibilita fornecer ao Estado, sem prejudicar os contribuintes, os recursos necessários à realização de obras e serviços públicos. Considera que a ineficiência é responsável pela sonegação de cerca de 50% da arrecadação que poderia ser feita.

Vê-se, assim, que a sindicalização trouxe para os fazendários novas metas, novos rumos, conscientizando-os de que a luta e o poder de que dispõem não devem ser canalizados apenas para a melhoria dos seus salários e de suas condições de vida e de trabalho, mas também para organizar o Estado, a fim de que se modernize e acompanhe o processo de modernização das empresas para melhor captar os recursos e que a população compreenda que o imposto pago reverte em seu benefício, em benefício da coletividade e se compromete, voluntariamente, não só a pagar os seus impostos como também a fiscalizar o pagamento dos mesmos por parte dos comerciantes que lhe vendem as mercadorias.

Sem uma conscientização política e sem espírito de conciliação, os estados não podem se desenvolver e cumprir os seus deveres para com o povo que os mantém.

ANEXOS

Relação de todos os secretários da Fazenda de Pernambuco.

NOME:	PERÍODO
01 — Afonso de Albuquerque e Melo	1891-1893
02 — Ribeiro da Costa Diniz Júnior	1893
03 — Felipe Figueiredo Faria Sobrinho	1898
04 — João Diniz Ribeiro da Cunha	1900
05 — Elpídio de Abreu e Lima Figueiredo	1904
06 — José de Góes Cavalcanti	1924-1926
07 — Joaquim Bandeira de Melo	1926-1929
08 — Afonso Neves Batista	1929
09 — Edgar Teixeira Leite	1930
10 — Francisco Barreto Campelo	1931
11 — Heitor da Silva Maia	1931-1934
12 — Nelson Coutinho	1934-1935
13 — Sílvio Granvile Costa	1935
14 — José Lagreca	1935-1937
15 — Alfredo Duarte Filho	1937
16 — Benedito Cezar Rodrigues	1937
17 — Manoel Lubambo	1937-1939
18 — José do Rego Maciel	1939-1945
19 — José de Barros Lima	1945-1946
20 — João Rosendo Carneiro de Albuquerque	1946
21 — Otávio Pinto	1947-1948
22 — Miguel Arraes de Alencar	1948-1950
23 — Félix Fausto Furtado de Mendonça	1950-1951
24 — Irineu de Pontes Vieira	1951-1952

25 — Nilo de Souza Coelho	1952-1954
26 — Mário Pinto de Campos	1954-1955
27 — Clélio Lemos	1955-1957
28 — José Henrique de Abreu Wanderley	1957-1958
29 — Isaac Pereira da Silva	1958-1959
30 — Miguel Arraes de Alencar	1959
31 — Salviano Machado Filho	1959-1961
32 — Paulo Frederico do Rego Maciel	1961-1963
33 — João Evangelista de Souza Guerra	1963-1964
34 — Heraldo José de Almeida	1964
35 — Mário Pinto de Campos	1964
36 — José Henrique de Abreu Wanderley	1964-1967
37 — Oswaldo de Souza Coelho	1967-1971
38 — Jarbas Vasconcelos dos Reis Pereira	1971-1975
39 — Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho	1975-1979
40 — Everardo de Almeida Maciel	1979-1983
41 — Luis Otávio de Melo Cavalcanti	1983-1986
42 — Antônio Carlos Bastos Monteiro	1986-1987
43 — Flávio Tavares de Lyra	1987-1988
44 — Tânia Bacelar de Araújo	1988-1990
45 — Wilson de Queiroz Campos Júnior	1990-1991
46 — Heraldo Borborema Henriques	1991

CADERNO ICONOGRÁFICO



Paisagem da Praça da República (Campo das Princesas) em 1910, observando-se o edifício da Biblioteca Pública à direita e do Tesouro do Estado, à esquerda

Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

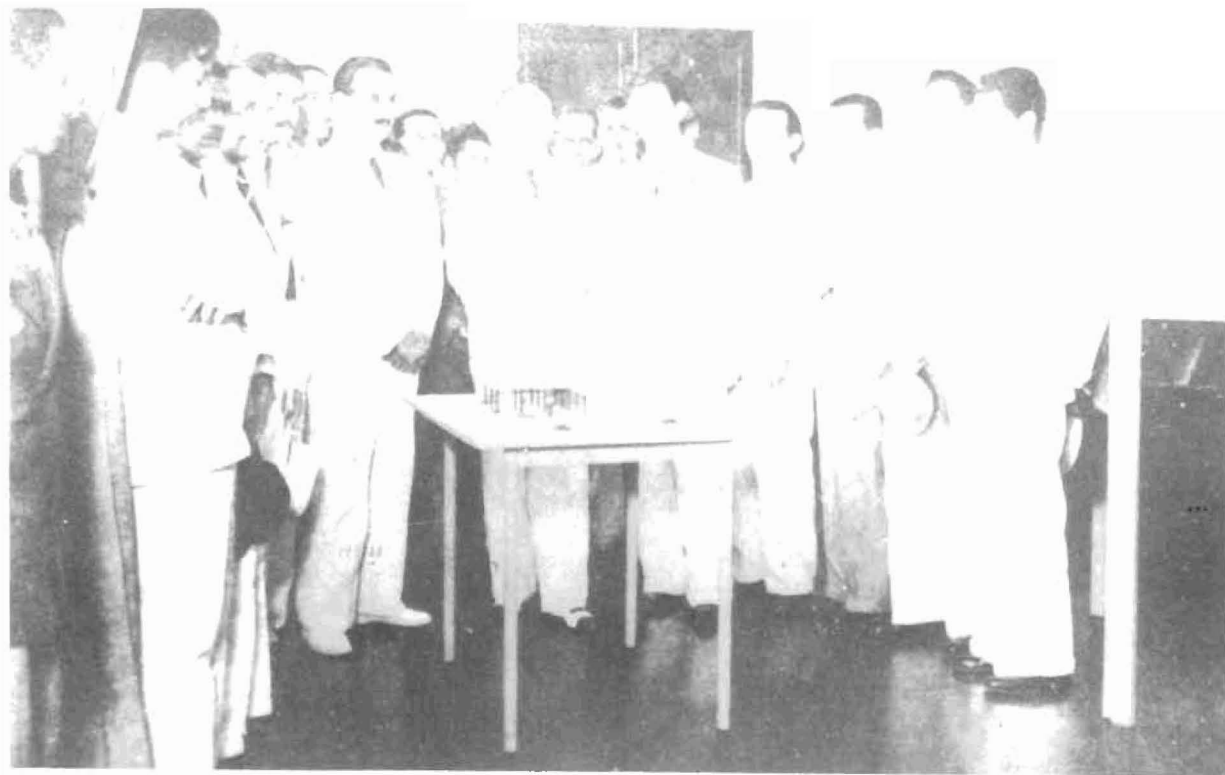


Antigo prédio da Secretaria da Fazenda e casas vizinhas da Avenida Martins de Barros que foram demolidos para a construção do novo prédio da Secretaria

Acervo da Fundação Joaquim Nabuco



Edifício ocupado em 1910 pela Biblioteca Pública e Tribunal da Relação e, posteriormente, pela Secretaria da Fazenda, visto da Praça da República
Cartão postal "Made in Switzerland"



Apresentação da maquete do Edifício da Secretaria da Fazenda, feita pelo Interventor Agamenon Magalhães em salão do Grande Hotel. O Dr. José do Rego Maciel, então secretário da Fazenda encontra-se ao lado do Interventor



Aspecto do edifício da Secretaria da Fazenda, visto da Praça da República, durante sua construção

Acervo da Fundação Joaquim Nabuco



Edifício da Secretaria da Fazenda, à margem do rio Capibaribe, visto do bairro do Recife



Governador Segismundo Gonçalves (1904/1908) e família no ano de 1892.
London Stereoscopic and Photographic Company. Londres

Acervo da Fundação Joaquim Nabuco



General Emydio Dantas Barreto, Governador de Pernambuco de 1911 a 1915

Acervo da Fundação Joaquim Nabuco



Manoel Borba, Governador de Pernambuco de 1915 a 1919. Foto Albert Henschel & Co. 1887, (Alemanha)

Acervo da Fundação Joaquim Nabuco



Sergio Loreto, Governador de Pernambuco de 1922 a 1926



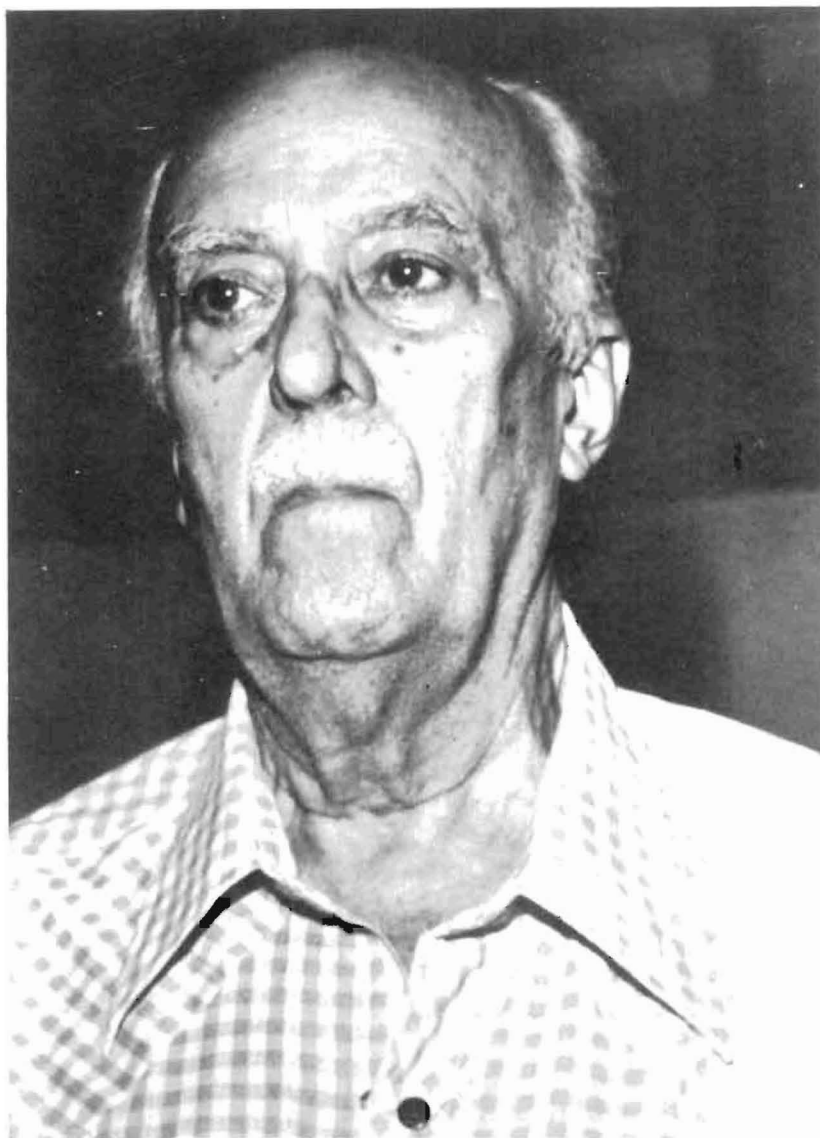
Advogado a Fazendário José de Goes Cavalcanti, Secretário da Fazenda no Governo Sergio Loreto



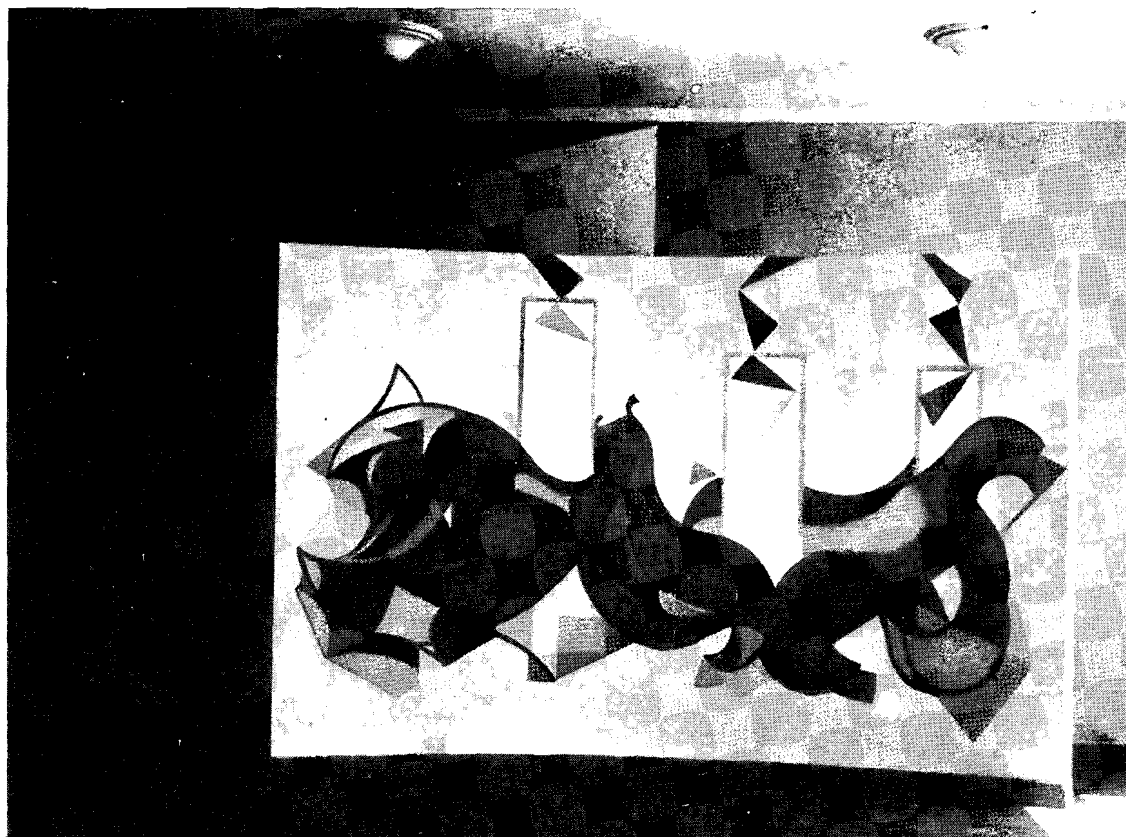
Grupo de funcionários da Secretaria da Fazenda, em 1934. Sentados, no centro se encontra o Prof. Francisco d'Auria, tendo à direita os senhores Benedito Bezerra Magalhães e Antônio Francelino Barbosa, respectivamente Contador e Subcontador Geral do Estado e a direita Fernandi Pessoa de Amorim e Luís da Veiga Pessoa, Técnicos em Contabilidade. De pé, atrás, se encontram os técnicos em contabilidade Ludjero de Farias Neves Sobrinho, Carlos Moreira, Mariano Pontes Teixeira, Nabor Carlos, Raul Barbosa da Silva e Gilberto Campelo Pimentel



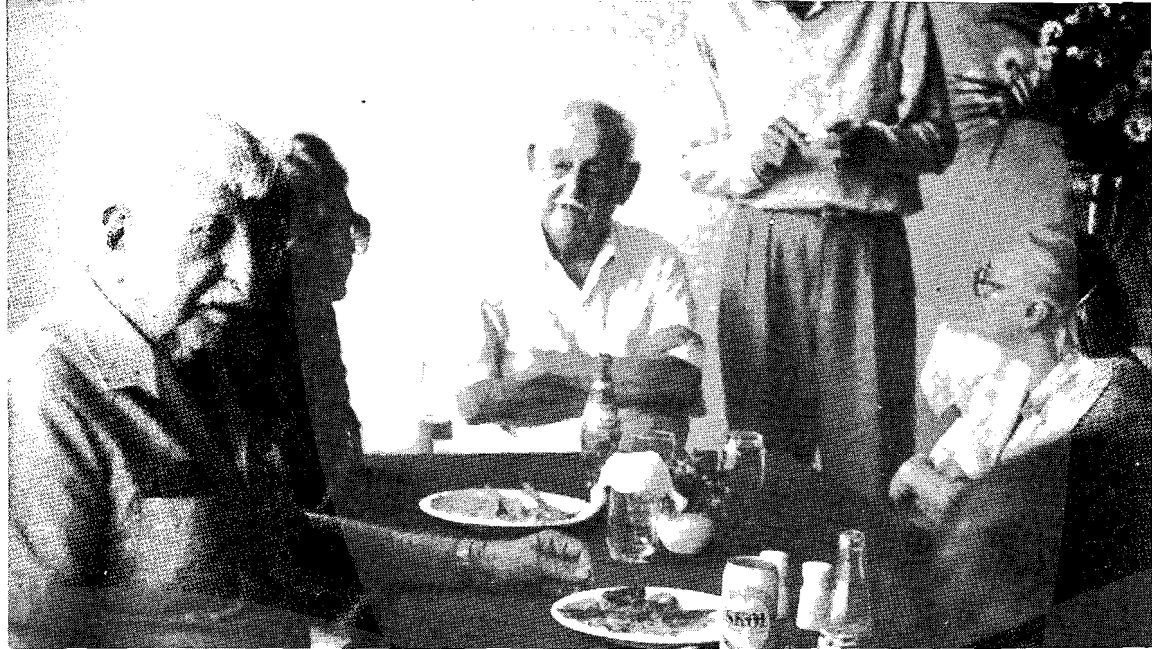
Solenidade de inauguração da Biblioteca da Secretaria da Fazenda, na ocasião em que discursava Frei Aluizio Fragoso. Observa-se a presença do Governador e ex-secretário Nilo Coelho e do secretário Oswaldo Coelho



Cícero Dias, pintor pernambucano de renome internacional, autor dos primeiros painéis murais de arte abstrata pintados na América do Sul, existentes no prédio da Secretaria da Fazenda



Um dos murais de Cicero Dias, localizado no 9º andar do prédio da Secretaria da Fazenda



Ao centro, o Fiscal de Rendas aposentado Felicíssimo Lima Torres Leite, durante as comemorações dos seus 97 anos em setembro de 1990

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ABRA o Peito e Cante Forte: É o Coral dos Fazendários. **O Fazendário**, Recife, a. 1, n. 10, p. 3, jun. 1989.
- 2 ANDRADE, C. Mayrink D'. **O Governo Sérgio Loreto: 1922-1926**. Recife : [s.n.], 1926.
- 3 ANDRADE, Manuel Correia de. **Departamento de Estradas de Rodagem: 40 Anos a Serviço de Pernambuco**. Recife : DER: FUNDAJ, 1990. Mimeografado.
- 4 ————. **História das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. Recife : Massangana, 1989.
- 5 ————. **João Alfredo: O Estadista da Abolição**. Recife : Massangana, 1988.
- 6 ————. **1964 no Nordeste: Golpe, Revolução ou Contra Revolução**. São Paulo : Contexto, 1989.
- 7 ————. **A Revolução de Trinta: Da República Velha ao Estado Novo**. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1988.
- 8 ————. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 1986.
- 9 ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. **O Estado e a Agro-indústria Canavieira no Nordeste Oriental: Modernização e Proletarização**. Recife, 1990. Tese (Doutorado em Geografia — Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) — USP. Mimeografada.

- 10 ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Pronunciamento por Ocasião da Reunião com os Funcionários da Secretaria da Fazenda.** Recife : SEFAZ, 1988.
- 11 ARAÚJO, Vital Corrêa de. **Burocracia** Recife : [s.n.], 1982.
- 12 ARAÚJO, Vital Corrêa de. **Gesta Pernambucana.** Recife : FUNDARPE, 1990.
- 13 ———. **Título Provisório.** Natal : Fundação José Augusto, 1977.
- 14 BASTOS, Tavares. **A Província.** 2. ed. Rio de Janeiro : Nacional, 1937.
- 15 BORBA, Manuel. **Sérgio Loreto e seu Governo em Pernambuco: História de Quatriênio Calamitoso, 1922-1926.** Rio de Janeiro : [s.n.], 1926.
- 16 BORGES, José Souto Maior. Introdução. In: RÉGIS, Edmir (Org.). **Código Tributário do Estado de Pernambuco com Leis Modificadoras, Jurisprudência e Índice.** Recife : [s.n.], 1965.
- 17 CARLI, Gileno de. **O Processo Histórico da Usina em Pernambuco.** Rio de Janeiro : Pongetti, 1942.
- 18 ———. **Quatro Séculos de Secas.** Recife : [s.n.], 1984.
- 19 CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não Foi.** São Paulo : Companhia das Letras, 1987.
- 20 CAVALCANTI, Carlos de Lima. **Pernambuco Saqueado.** Recife : [s.n.], 1927.
- 21 CAVALCANTI, Paulo. Apresentação. In: MENEZES, Hildebrando. **Delmiro Gouveia, Vida e Morte.** Recife : Governo do Estado de Pernambuco, 1991.
- 22 CHAMPAGNOLE, Adriano; LOBO, Hilton. **Constituições do Brasil.** São Paulo : Atlas, 1986.
- 23 CÍCERO Revê Sua Arte. **O Fazendário,** Recife, a. 1, n. 4, p. 5, set. 1988.
- 24 CÓDIGO Tributário do Estado de Pernambuco. 2. ed. Recife : Departamento Gráfico do Jornal do Comércio, 1966.

- 25 CÔSTA, Porto. **Tempos de Rosa e Silva**. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- 26 CRUZ, Paulo Bandeira da. **O Evangelho Consoante José da Silveira Severino: E Outros Poemas Menores**. Recife : Ed. Pirata, 1981.
- 27 DELGADO, Luís. **Carlos de Lima Cavalcanti: Um Grande de Pernambuco**. Recife : [s.n.], 1975.
- 28 DEPOIS de 40 Anos, Socorro Se Despede. **O Fazendário**, Recife, a. 1, n. 8, p. 6, jan./fev. 1989.
- 29 FACTOS e Cifras: O Governo de Pernambuco. Recife : Typografia do Jornal de Recife, 1908.
- 30 FAZENDA Inaugurou Ontem Sua Biblioteca com 1.200 Volumes. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, a. 47, n. 77, 4 abr. 1970, p. 2263.
- 31 FERNANDES, Aníbal. **Pernambuco no Tempo do Vice-Rel**. Rio de Janeiro : Schmidt, [19--].
- 32 FERREIRA, Ascenso. **Cana Calana**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1939.
- 33 FERREIRA, Pinto. **Comentários à Constituição Brasileira**. São Paulo : Saraiva, 1990. v. 1-2,
- 34 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentário à Constituição Brasileira de 1988**. São Paulo : Saraiva, 1990. v. 1.
- 35 FIGUEIRÊDO, Elpídio de Abreu e Lima. **Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado em 30 de janeiro de 1907**. (Recife) : Typ. do Diário de Pernambuco, 1907.
- 36 FREIRE, Felisbelo. **As Constituições dos Estados e a Constituição Federal**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1908.
- 37 FREYRE, Gilberto. **Um Engenheiro Francês no Brasil**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1940.
- 38 FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 4. ed. Recife : Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.
- 39 GAMA, Iran. **Fragmentário**. Recife : Ed. Pirata, 1983.

- 40 GRIZ, Jaime. **Rio Una**. Recife : Ed. Diário da Manhã, 1951.
- 41 LEITE, José Roberto Teixeira. **Pintura Moderna Brasileira**. Rio de Janeiro : Record, 1978.
- 42 LEVINE, Robert. M. **A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira 1889-1937**. São Paulo : Paz e Terra, 1980.
- 43 LIMA, José de Barros. **Poesia de Uma Vida**. Recife : Ed. da Família, 1984.
- 44 LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A Verdade Sobre a Revolução de Trinta**. São Paulo : Unitas, 1933.
- 45 LORETO, Sérgio. **Subsídios Para a História Política e Administrativa de Pernambuco: 1922-26**. Rio de Janeiro : Typ. Gráfica Brasil, 1931.
- 46 LUBAMBO, Manuel. **Capitais e Grandeza Nacional**. São Paulo : Ed. Nacional, 1940.
- 47 MAGALHÃES, Agamenon. **Idéias e Fatos**. Recife : Raís, 1985.
- 48 MAIA, Nayala de Souza Ferreira. **Açúcar e Transição Para o Trabalho Livre em Pernambuco: 1874-1904**. Recife : FASA, 1985.
- 49 MARCONI, Celso. **Equipe Técnica Pernambucana de Restauração é Tão Boa Como as Melhores do Mundo**. Recife : Jornal do Comércio, 1984.
- 50 MELO, Eduardo Freyre de Magalhães. **Poetas da Rua do Imperador**. Recife : Pool Ed., 1986.
- 51 MENEZES, José Maria Mota. **Palácio do Campo das Princesas**. 2. ed. Recife : Pool Ed., 1986.
- 52 ———; REINAUX, Maurício. **O Palácio da Justiça**. Recife : Comunicarte, 1990.
- 53 NOGUEIRA, Rui Barbosa. **Curso de Direito Tributário**, 10. ed. São Paulo : Saraiva, 1990.
- 54 OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **A Reforma Tributária de 1966 e a Acumulação de Capital no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1991.

- 55 PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife : Massangana, 1984.
- 56 PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães: Uma Evocação Pessoal**. Recife : Taperoá, [19--].
- 57 PERÉIA, Padre Romeu. **Diálogos com Agamenon Magalhães**. Recife : Governo do Estado de Pernambuco, 1977.
- 58 PERNAMBUCO. Governo (1890-1891 : J. A. Corrêa da Silva). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife : Typ. Manoel Figueiroa de Farias & Filhos, 1891.
- 59 PERNAMBUCO. Governo (1892-1896 : Barbosa Lima). **Mensagens Apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco em 1893, 1895 e 1896: Homenagem do Governo Revolucionário**. Recife : Imprensa Oficial, 1931.
- 60 PERNAMBUCO. Governo (1896-1899 : Joaquim Correia d'Araújo). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife : Typ. Manoel Figueiroa de Farias & Filhos, 1897.
- 61 _____ . Recife : Typ. Manoel Figueiroa de Farias & Filhos, 1898.
- 62 PERNAMBUCO. Governo (1899-1900 : Segismundo Gonçalves). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo de Pernambuco**. Recife : Typ. Manoel Figueiroa de Farias & Filhos, 1900.
- 63 PERNAMBUCO. Governo (1900-1904 : A. G. Ferreira). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife : Typ. Manoel Figueiroa de Farias & Filhos, 1901.
- 64 _____ . Recife : Typ. do Diário de Pernambuco, 1902.
- 65 _____ . Recife : Typ. do Diário de Pernambuco, 1906.
- 66 PERNAMBUCO. Governo (1908-1911 : H. Bandeira de Melo). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife : Typ. do Diário de Pernambuco, 1909.
- 67 PERNAMBUCO. Governo (1911-1915 : Dantas Barreto). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco**. Recife : Typ. d'O Tempo, 1913.

- 68 _____ . Recife : Typ. d'O Tempo, 1914.
- 69 _____ . Recife : Jornal do Recife, 1915.
- 70 PERNAMBUCO. Governo (1915-1919 : M. Borba). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco, na 3ª Seção da 9ª Legislatura.** Recife : [s.n.], 1916.
- 71 _____ . **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco.** Recife : Imprensa Oficial, 1917.
- 72 _____ . Recife : Imprensa Oficial, 1919.
- 73 PERNAMBUCO. Governo (1922-1926 : Sérgio Loreto). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco.** Recife : Oficinas Gráficas da Penitenciária, 1924.
- 74 PERNAMBUCO. Governo (1926-1930 : Estácio Coimbra). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco na Abertura da 4ª Seção da 12ª Legislatura.** Recife : [s.n.], 1927.
- 75 PERNAMBUCO. Governo (1926-1930 : Estácio Coimbra). **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco.** Recife : [s.n.], 1929.
- 76 PERNAMBUCO. Governo (1930-1935 : Carlos de Lima Cavalcanti). **Mensagem Apresentada à Assembléia Constituinte do Estado de Pernambuco : Anaes da Assembléia Constituinte.** Recife : [s.n.], 1935.
- 77 _____ . **Mensagem Apresentada à Assembléia Constituinte do Estado de Pernambuco.** Recife : Imprensa Oficial, 1936.
- 78 PERNAMBUCO. Governo (1948-1951 : Barbosa Lima Sobrinho). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.** Recife : [s.n.], 1949.
- 79 PERNAMBUCO. Governo (1955-1958 : Cordeiro de Farias). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.** Recife : [s.n.], 1955.
- 80 _____ . Recife : [s.n.], 1957.
- 81 _____ . Recife : [s.n.], 1958.

- 82 PERNAMBUCO. Governo (1959-1962 : Cid Sampaio). **Quatro Anos de Governo:** Período 1959-1963. Recife : Mousinho Artefatos de Papel, 1963.
- 83 PERNAMBUCO. Governo (1963-1964 : Arraes). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.** Recife : [s.n.], 1963.
- 84 PERNAMBUCO. Governo (1964-1967 : Paulo Guerra). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.** Recife : [s.n.], 1966.
- 85 PERNAMBUCO. Governo (1967-1970 : Nilo Coelho). **Mensagem: O Governo de Pernambuco. Programas e Realizações.** Recife : (s.n.), 1971.
- 86 PERNAMBUCO. Governo (1971-1975 : Eraldo Gueiros). **Mensagem: Assim Servi a Pernambuco; Período 1970-1974.** Recife : (s.n.), 1975.
- 87 PERNAMBUCO. Governo (1975-1979 : Moura Cavalcanti). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.** Recife : [s.n.], 1977.
- 88 _____ . _____ . Recife : [s.n.], 1978.
- 89 PERNAMBUCO. Governo (1979-1982 : Marco Maciel). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.** Recife : [s.n.], 1982.
- 90 PERNAMBUCO. Governo (1982-1983 : José Ramos). **Mensagem do Exmo. Sr. Governador do Estado à Assembléia Legislativa.** Recife : [s.n.], 1983.
- 91 PERNAMBUCO. Governo (1983-1986 : Roberto Magalhães). **O Governo de Pernambuco Presta Contas.** Recife : Pool Editorial, 1984.
- 92 _____ . **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.** Recife : [s.n.], 1983.
- 93 _____ . _____ . Recife : [s.n.], 1985.
- 94 PERNAMBUCO. Governo (1986-1987 : Gustavo Krause). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.** Recife : [s.n.], 1987.

- 95 PERNAMBUCO. Governo (1987-1990 : Arraes). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife : [s.n.], 1988.
- 96 _____ . Recife : [s.n.], 1989.
- 97 _____ . Recife : [s.n.], 1990.
- 98 PERNAMBUCO. Governo (1990-1991 : Carlos Wilson). **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife : [s.n.], 1991.
- 99 PORTO, Costa. **Tempos de Rosa e Silva**. Recife : UFPE, 1970.
- 100 QUINTAS NETO, Manoel Rodrigues; COSTA, Maria Odenheimer; BRITO, Widja Maia. **Uma Análise do Confronto Entre as Categorias Profissionais do Grupo Ocupacional Auditoria do Tesouro Estadual**. Recife : FESP, 1990. Mimeografada.
- 101 REENCONTRO da Arte Quase Perdida. **Fisco & Finanças**, Recife, a. 3, n. 14, p. 31, 1979/1982. Edição Especial.
- 102 REVENDO a Criação. **O Fazendário**, Recife, a. 1, n. 12, p. 1, ago. 1989.
- 103 SEDYCIAS, Dinamérico. Memórias Fazendárias. **Fisco & Finanças**, Recife, a. 2, n. 17, p. 33, out./dez. 1983.
- 104 SILVA, Marcio Bartolomeu Alves. **As Políticas Salariais Implantadas pelo Governo do Estado de Pernambuco no Período 1987/1990: Determinantes e Resultados**. Recife : SEFAZ, 1990. Mimeografado.
- 105 SZMRECSANYI, Tamás. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil: 1930-1975**. São Paulo : HUCITEC : UNICAMP, 1979.
- 106 URUGUAI, Visconde de. **Estudos Práticos Para a Administração das Províncias do Brasil**. Rio de Janeiro : B. L. Garnier, 1865. v. 1-2.
- 107 VIANA, Ulysses. Memórias de um Fazendário. **Fisco & Finanças**, Recife, a. 1, n. 3, p. 50, jun./jul. 1980.
- 108 _____ . **Fisco & Finanças**, Recife, a. 1, n. 4, p. 28, ago./set. 1980.
- 109 _____ . **Fisco & Finanças**, Recife, a. 1, n. 5, p. 24, out./dez. 1980.
- 110 VITA, Aldo. **Nossa Constituição**. São Paulo : Ática, 1989.

COMPOSIÇÃO, ARTE, FOTOLITO E IMPRESSÃO
NO PARQUE GRÁFICO DA



COMPANHIA
EDITORA DE
PERNAMBUCO

RUA COELHO LEITE, 530 ST.º AMARO - RECIFE-PE - FONE 231-3310

O interesse e a importância do prédio como marco da arquitetura moderna é tal que, ao escrever livro sobre a arquitetura brasileira, o americano Goodman o destaca, ao lado de outros edifícios brasileiros, expondo fotografias as mais expressivas e afirmando: **“Enquanto o resto do mundo dormia, o Brasil estava construindo”**.

M. Correia de Andrade



Foto: Edmond Dansot